

REVISTA CIENTÍFICA



ESFERA ACADÊMICA
HUMANAS

ISSN 2526-1339

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS

Volume 1, número 1

**Vitória
2016**

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2526-1339

Temática: Humanas

Revisão Português

Maria Gabriela Verediano Balardino

Capa

Marketing Faculdade Brasileira Multivix-Vitória

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências

Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Brasileira Multivix-Vitória

Rua José Alves, 301, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: pesquisa.vitoria@multivix.edu.br

FACULDADE BRASILEIRA MULTIVIX-VITÓRIA

DIRETOR EXECUTIVO

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Bom Costalonga

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra Barbosa Oliveira
Caroline de Queiroz Costa Vitorino
Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio
Michelle Moreira
Patricia de Oliveira Penina

ASSESSORIA EDITORIAL

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Patricia de Oliveira Penina

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aline Silva Sauer
Andréa Curtiss Alvarenga
Andrielly Moutinho Knupp
Gabriel Ferreira Sartório
Júlia Miranda Falcão
Kirla Cristine A. Dornelas
Lilian Pereira Menenguci
Priscila Alves De Freitas
Sandra L. Moscon Coutinho
Tatyana Lellis da Matta e Silva

SUMÁRIO

UM OLHAR DA GESTALT TERAPIA SOBRE O CONTATO NAS RELAÇÕES AMOROSAS: OS MECANISMOS DE SOLIDÃO E DO AMOR.....	06
Luanna Scardini de Souza Alves, Kirlla Cristhine Almeida Dornelas	
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA: INSTRUMENTO DE RESGATE DA FORMALIDADE EMPRESARIAL.....	22
Carlyson Santos Carvalho	
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: DA NOTÍCIA (IN)DESEJADA À ESTRUTURAÇÃO DO CONTEXTO FAMILIAR.....	29
Jhonathan Moreira Germano, Maria Isabel Pires, Natany de Souza Araujo, Pablo Cesar Teixeira, Tamiris Guaitolini, Thais de Castilho, Valesca dos Reis Defante, Warlan Renata de Sousa Lucas, Raphael do Amaral Vaz	
DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS: A (IN) CONSISTÊNCIA DA POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS.....	44
Monique Vilela Timm, João Santos Neves	
MENINOS E MENINAS DE RUA E A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA.....	55
Priscila Silva de Oliveira, Maisa Pomarolli Bernabé	
PSICOSSOMÁTICO: A CONCEPÇÃO APRESENTADA PELA PSICANÁLISE, ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL.....	74
Juliana Pereira Nunes, Lorranny Guedes de Almeida, Andrea Loss Nunes	
REFORMA PSQUIÁTRICA E O SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO (SRT).....	95
Priscila Silva de Oliveira, Alexandre de Souza	

APRESENTAÇÃO

Vivemos um momento histórico onde a informação e o conhecimento são elementos vitais na configuração dos novos formatos das relações sociais. Nesse mundo onde as tecnologias e as redes sociais transformam a realidade a cada instante, recai sobre os sujeitos sociais a exigência contínua de uma formação profissional que os torne aptos a atenderem as demandas de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Nesse “admirável mundo novo”, a informação como ferramenta de criação do conhecimento, torna-se um elemento decisivo na produção de bens materiais que, por consequência, resultarão na melhoria da qualidade de vida das populações.

Ciente de seu papel social e dos desafios impostos pela contemporaneidade, a Faculdade Brasileira/Multivix Vitória insere-se no contexto de transformações das profissões e da sociedade com muita responsabilidade através do registro dos avanços das pesquisas nas diversas áreas.

É com grande satisfação que estamos lançando o primeiro exemplar da Revista Científica ESFERA ACADÊMICA HUMANAS aportando contribuições da área das Ciências Humanas.

Nosso agradecimento a toda equipe que auxiliou na sua produção fortalecendo cada vez mais nossos vínculos institucionais.

Conselho Editorial
Revista Científica ESFERA ACADÊMICA HUMANAS

UM OLHAR DA GESTALT TERAPIA SOBRE O CONTATO NAS RELAÇÕES AMOROSAS: OS MECANISMOS DE SOLIDÃO E DO AMOR

Luanna Scardini de Souza Alves¹, Kirlla Cristhine Almeida Dornelas²

1. Graduação em Psicologia pela Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória
2. Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santos.

RESUMO

O ser humano se constituiu nos relacionamentos interpessoais, sendo que as relações amorosas têm um lugar especial. Todos desejam amar e ser amado, ao mesmo tempo, em que se observa uma dificuldade em vivenciar a experiência de maneira saudável. Ademais, estar em um relacionamento romântico não é garantia de não passar pela experiência da solidão. A partir da abordagem da Gestalt terapia refletimos sobre os aspectos positivos e negativos relatados das relações amorosas nas revistas acadêmicas: IGT na rede e Abordagem Gestáltica, considerando três conceitos básicos para a teoria: Contato, Mecanismos de defesa e *Awareness*. Conclui-se que o autoconhecimento é um elemento fundamental para a constituição de um “eu” capacidade para formar o “nós”. Há diversos aspectos nos relacionamentos, assim como a solidão, que podem potencializar o encontro e conseqüentemente, permitir, que o amor seja uma experiência de encontro.

Palavras-chave: Relações. Amorosas. Contato. Solidão. Gestalt.

INTRODUÇÃO

O amor é uma questão essencial para o ser humano, caracterizado por uma busca constante e desejo de ser amado (CARDELLA, 1994). O desejo de encontro de outro indivíduo que nos complete e garanta o nosso bem-estar é a base do amor romântico. Ou seja, graças ao amor a pessoa pode deixar de ser só para viver uma história única e pessoal. Diante desse contexto, todos os seres humanos vivem na solidão e incompletude, tendo como missão encontrar a alma gêmea.

Há na mitologia grega, o mito do andrógino, que explica o porquê da nossa sina. Braz (2005) analisa as diversas alegorias gregas sobre a origem do amor e citando Platão conta que no princípio dos tempos havia três gêneros: masculino (filho do Sol), feminino (filho da Terra) e andrógino (filho da Lua), que reunia num único ser, o princípio masculino e feminino. Esses seres especiais tinham forma esférica, deslocavam-se circularmente ou de maneira ereta, possuíam quatro mãos, quatro pernas, duas faces absolutamente idênticas, porém um único cérebro. Além disso, eram fortes e vigorosos, por isso, resolveram, um dia, atacar os deuses e tomar o Olimpo. Como não conseguiram o que desejavam, Zeus com os outros Deuses decidiram castigar o ato soberbo. Cortando-os ao meio, os separando. Assim, ficaram mais submissos e numerosos. Como não faziam nada sozinhas, quando as duas metades se encontravam, se agarravam para não se soltarem mais. Dessa maneira, muitas morriam de fome e de inatividade por não conseguirem realizar nenhuma tarefa. Se uma das metades morria, a segunda, abandonada, procurava a quem se agarrar novamente, fosse um ser masculino ou feminino. Continuando isso a ocorrer, a consequência seria a extinção, pois não sabiam ser sós e precisavam de alguém para completar a parte perdida. Zeus, vendo isso, interveio deslocando os seus sexos para frente, permitindo a reprodução por uma união fecunda entre a parte masculina e a feminina. Desde então, o amor mútuo passou a ser inato à espécie humana, na procura reconstruir

sua unidade a partir da metade perdida. Enquanto estiverem unidos como um único ser, ou seja, vivendo a vida em comum, encontram sua natureza primitiva e reconstruem sua totalidade. Assim, a origem do amor se confunde com a própria origem da humanidade.

Mesmo que as práticas amorosas tenham sido relatadas desde os gregos, por exemplo, o ideal romântico que conhecemos remete ao século XVIII com o advento do amor cortês (ROUGEMONT, 2003). Desde então, tem sido um importante ordenador da vida social e individual (BERKIN; MORALES, 2000). Os significados do amor são difundidos socialmente e as pessoas que não compartilham desses códigos são solitárias e fracassadas. Embora, as pessoas sejam afetadas singularmente pela presença ou falta do amor, o contexto sociocultural serve de base para sua exposição.

Como regulador da ordem social, o amor é base de muitas de nossas características culturais, por exemplo, o casamento e a família (PRIORE, 2005). As transformações amorosas legitimam o caráter mágico e apaixonante do amor, principalmente, a partir da popularização do ideal romântico no século XIX (SIMONNET, 2003). Essas mudanças promoveram ampliação das possibilidades de interação interpessoal. Todavia, a dificuldade de criar vínculos continua. Para Sanchez Aragon e Díaz Loving (2002), a autoaceitação, segurança e uma visão positiva de si e dos outros são características favoráveis ao desenvolvimento de relações interpessoais ricas e satisfatórias. As expectativas pessoais influenciadas pela cultura e a história de vida são fatores de influência importante para criação de vínculos afetivos.

Embora Fromm (2000) considere que o amor seja vital em nossas vidas para superarmos a angústia da solidão. A busca do apaixonar-se pode ser fruto da mesma solidão. Pois ao querer ser um, é negada ao sujeito a alteridade (BERKIN; MORALES, 2000). Assim, estar sem a pessoa que te completa é um horror e não saber quem se é quando se está sozinho, perdendo a própria identidade. Isso cria um círculo vicioso entre a solidão e a busca do amor que causam mais sofrimento ao invés da experiência do amor como vitalidade.

Neste contexto, por mais que sejam ampliadas as oportunidades de conhecer outras pessoas, não há um encontro e as pessoas sentem-se cada vez mais sozinhas (LIPOVETSKY, 2005). Contudo, esse período de solidão poderia ser utilizado para que as pessoas pudessem entrar em contato consigo mesmas e ampliar seus limites emocionais ou intelectuais. Ou seja, experimentar a solidão como “a capacidade de estar só na ausência do outro” (SEEWALD et al, 1995).

Estar sozinho pode ser uma oportunidade de recuperação criativa, no sentido de criador, tanto pessoal quanto social. Conforme Storr (1996) a aprendizagem e o contato com as outras pessoas necessitam que tenhamos a capacidade de estar só. Apesar do fato que à medida que crescemos há uma tendência de aumentarmos nossa rede social de apoio, saindo do âmbito do privado para o público. Mas, aquele que se sente sozinho apresenta dificuldade nessa transição, assim sua rede pode não ser tão ampla ou oferecer o apoio necessário.

Tanto amor como a solidão são construções sócio-históricas e fornecem modelos de comportamentos que vão legitimar nas pessoas suas experiências. A transição pelas polaridades positiva e negativa depende da história pessoal. Contudo, a propaganda em

torno do ideal romântico cria expectativas de se tornar um na presença de outro. Ao mesmo tempo, segundo Barthes (2003), “o discurso amoroso é hoje de uma extrema solidão”.

O individualismo é considerado a maior influência e o maior impacto da sociedade moderna nos relacionamentos. O que se constata na literatura sobre conjugalidade; esta só se mantém quando responde aos desejos e vontades individuais, mas quando isso não ocorre a intolerância toma espaço causando frustração pelas vontades não realizadas (PEREIRA; RAYMUNDO, 2012). Por exemplo, casais podem sofrer dificuldades em se adaptar à chegada de um bebê, momento em que haverá a necessidade de agir em prol do coletivo e não em função de necessidades pessoais (VALE, 2011).

A diversidade é outro fator da contemporaneidade que marca a área afetiva, desta forma hoje existe variedade de formas de se relacionar, o que pode ser verificável nos modelos familiares e românticos da contemporaneidade. Entretanto, independente da configuração que o relacionamento apresenta, a questão que acomete a todas suas variações é a capacidade dos parceiros de se relacionar com o outro em favor a saúde dos envolvidos (BARONCELLI, 2011).

Todas as percepções a respeito do amor e dos relacionamentos tentam traduzir um modo de viver, entretanto, apenas os parceiros podem avaliar e gerir a relação com suas características e dinâmicas particulares em prol da felicidade e satisfação do casal. Em favor da busca de algum processo que pudesse favorecer reflexões sobre as relações românticas, utilizaremos do referencial teórico da Gestalt terapia para pensar esse encontro entre parceiros e suas possibilidades.

GESTALT TERAPIA

A Gestalt se apresenta não apenas como uma terapia, e, sim, como uma concepção de vida: trabalhando a consciência da pessoa, suas experiências no aqui-agora e avaliando a melhor forma de solucionar a questão (STEVENS, 1977). Na perspectiva da Gestalt terapia, a pessoa tem capacidade de escolha e condições para perceber a saída mais satisfatória para enfrentar as adversidades da vida (DANTAS, 2011).

Não podemos nos dar suporte diante das desventuras sem um conhecimento das próprias necessidades, capacidades, obrigações, o que revela a importância de ter consciência do que nos acontece internamente e externamente (LIMA, 2008). Quando o indivíduo consegue integrar suas partes, seus sentimentos, desejos, dificuldades e ações, percebendo a realidade a partir do todo, torna-se mais autoconsciente (STEVENS, 1977).

Para Gestalt terapia esse é um processo de homeostase ou adaptação em que a pessoa vive constantemente satisfazendo suas necessidades emergentes. A todo momento aparece algo imperativo que afeta o equilíbrio do indivíduo, mas ao ser realizada, a pessoa entra em equilíbrio, e, assim, o processo dinamicamente reinicia-se (PERLS, 1988).

Fritz Perls (1988) credits que organismo mostra sabedoria/economia no preenchimento de suas necessidades, ao menos que sua habilidade de se autorregular seja perturbada. Diante disto, na Gestalt terapia, o foco está em ampliar constantemente a consciência sobre a maneira como a pessoa se comporta frente às necessidades percebendo o que está dentro de si mesmo e do mundo ao seu redor. Portanto, como a percepção e a consciência

favorecem as relações amorosas será discutido a partir da apresentação de algumas considerações básicas.

CONTATO E AWARENESS

O conceito elaborado em Gestalt terapia para se entender as formas que o ser humano estabelece relação com o mundo é conhecido como “contato”. É nesse processo que o indivíduo pode interagir. O contato é a forma que o indivíduo tem de se encontrar com o mundo externo, pessoas, as coisas, os sentimentos, a vida e dar sentido a eles (POLSTER; POLSTER, 2001). Diante do exposto, essa abordagem também é considerada como “terapia do contato” (CASTELLO; MORAES, 2009).

Em sua obra *O Ciclo do Contato*, Ribeiro (2007) define contato como encontro pleno, a possibilidade de promover sentido e harmonia diante das experiências consigo mesmo e com o mundo, ou seja, a própria vida. Portanto, trata-se de uma necessidade tanto psicológica como fisiológica de encontrar-se com o mundo de forma consciente para uma experiência de união provedora de sentido (MOREIRA; FERREIRA, COSTA, 2007).

Todo contato é novo, ocorre no momento presente, e envolvem as funções emocionais, sensoriais, cognitivas e motoras. Assim que o indivíduo tem a possibilidade de se desenvolver, aprender e amadurecer (CIORNAL, 1995). O crescimento a partir dessa experiência ocorre porque “o contato é a consciência ‘de’ e o comportamento ‘para’ com as novidades assimiláveis, e a rejeição das novidades não assimiláveis. O que é difuso, sempre igual, ou indiferente não é um objeto de contato” (PERLS; HEFFERLINE, GOODMAN, 1951, citado por POLSTER; POLSTER, 2001, p.113).

Ao encontrar o novo, o que difere, o ser humano se adequa para estar em contato. Essa acomodação entre organismo e o meio é a fronteira de contato (GINGER; GINGER, 1995). Trata-se de uma alegoria sobre o “local” no qual se entrelaçam o interno e o externo ocorrendo o contato (RIBEIRO, 2007). Na fronteira de contato há o “eu” e o “não eu”, momento em que os eventos psicológicos sucedem (PERLS, 1977). Por isso, para sua efetividade é necessário a troca com o ambiente, ser flexível, permitindo nutrição a partir das experiências. Ademais, no movimento expansivo de ir e vir entre a fronteira produzindo um encontro saudável com a necessidade emergente, permitirá que as necessidades sejam satisfeitas. Esse “ciclo de satisfação de necessidades” também pode ser chamado de “ciclo do contato” (SILVEIRA, 2009).

As fronteiras podem ser divididas nos seguintes aspectos: fronteira do corpo, de valor, de familiaridade, expressivas e de exposição. É necessário que a pessoa vivencie integralmente a fronteira em seus diferentes meios para estar em relação com o mundo e desenvolver-se (MOREIRA; FERREIRA, COSTA, 2007). Quando alguém não consegue se expressar devido à rigidez, falta de consciência de si ou auto-reconhecimento considera-se que está no Estágio Bloqueado ou Inibido. Quando o indivíduo sabe e o que quer e se expressa, entretanto não tem integração com as suas características pessoais encontra-se no Estágio Exibido. Já quando há flexibilidade, integração, trânsito, a pessoa está no estágio Espontâneo (POLSTER; POLSTER, 2001).

Estabelecer contato é algo que requer espontaneidade e consciência. De acordo com Ribeiro (2007, p.91), “somente pode estar inteira no contato a pessoa que tem consciência

de ter intuído a totalidade de sua relação em um dado campo e em um dado momento”. Essa capacidade de estar consciente da totalidade que circunscreve o contato com o outro, é chamada de “*Awareness*”.

O objetivo da terapia gestáltica é uma *awareness* contínua, onde a cada situação que o indivíduo encontre no caminho, tenha capacidade de entrar em contato integralmente, experienciando e selecionando suas melhores possibilidades de ação (FERREIRA, 2009). Isto é, a conscientização ou dar-se conta.

Não estar consciente, geralmente, é acompanhado de comportamentos repetitivos prejudicando o contato com o meio, portanto, os distúrbios na fronteira de contato proporcionam contato não integral (BARROS; PORCHAT, 2006). Isto costuma ocorrer a partir dos mecanismos de defesa.

MECANISMOS DE DEFESA

Quando algo ameaça, amedronta ou incomoda a pessoa, o organismo tem meios de se proteger. Porém, muitas vezes, o que resguarda o indivíduo, ao mesmo tempo, pode ser um empecilho para o real crescimento pessoal (HYCNER, 1995). De acordo com Perls (1988, p.45-6), os mecanismos de defesa “são importunos, crônicos, interferências diárias no processo de crescimento e autoconhecimento, através do qual encontramos sustento e maturidade”. A terapêutica da Gestalt considera que os mecanismos de defesa como um processo de evitação de contato, podendo ser classificados como: confluência, introjeção, projeção, retroflexão e deflexão (KYAN, 2006).

Na confluência, o indivíduo não consegue distinguir as diferenças de si e do outro, não há barreira ou fronteira que demarque a separação e as diferenças do eu e do meio. Devido a não ter consciência de si e de suas próprias necessidades, se une ao outro de uma forma dependente e entregue. Segundo Cardella (1994), o relacionamento que se vivencia a utilização desse mecanismo, traz uma relação dependente que impede o espaço para a singularidade. Na confluência, qualquer separação do outro é vista como uma ameaça.

A introjeção refere-se à incorporação de ideias, valores, modos de agir e se comportar advindas do meio, sem nenhuma depuração antes de assimilação do que de fato faz parte de sua si e do que é do meio. Como o indivíduo traz para si o que não é lhe é próprio, o *self* torna-se responsável por aquilo que pertence ao meio. Ou seja, há uma invasão do mundo exterior encapsulando o eu (GINGER; GINGER, 1995).

O mecanismo de projeção é oposto da introjeção, nesse caso atribuímos ao outro aquilo que se refere a nós mesmos por não conseguir aceitar daquelas partes como parte de si. Quando a pessoa não tem consciência de si pode atribuir ao outro a responsabilidade por aquilo que é seu. Assim, muitas vezes, frustra-se por não ter suas expectativas atendidas no relacionamento; porém, são consequências de seus próprios desejos projetados no outro (CARDELLA, 1994).

O mecanismo chamado de retroflexão é quando fazemos conosco o que gostaríamos que fazer ao outro ou que outros nos fizessem. Na tentativa de satisfazer suas necessidades o retroflexivo ao invés de se voltar ao meio, ele faz dele o próprio meio que faz a ação. A pessoa torna-se alvo dela própria. Indivíduos que utilizam desse mecanismo não se

envolvem muito nas situações, se voltando sempre para si, como uma forma de autocontrole (GINGER; GINGER, 1995).

Por último, temos a deflexão que se refere a um impulso no qual o indivíduo para evitar o contato pleno, utiliza-se vários meios, como o humor, por exemplo, para evitar a viver plenamente a experiência presente (CARDELLA, 2002). Deflexivos têm dificuldade de se comunicar, muitas vezes ficam à margem das experiências, não vivendo o momento presente (SOUSA, 2009). Fogem do aqui e agora em devaneios, lembranças, abstrações (GINGER; GINGER, 1995).

Todos esses mecanismos de defesa apresentados influenciarão o contato - nossa relação com o mundo. Desse modo, esse artigo tem como objetivo ponderar sobre o contato e como os mecanismos de defesa se apresentam em díades românticas, assim como as possibilidades de potencialização das relações amorosas.

METODOLOGIA

O trabalho seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, usando os seguintes descritores: contato, relacionamento romântico ou amoroso, mecanismos de defesa. Para a seleção de material, a partir do ano de 2007, escolheu-se a Revista de Abordagem Gestáltica e o IGT na Rede devido à abordagem teórica. A partir do levantamento realizado, 12 artigos científicos atendiam a todos os critérios.

REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS

Ao analisar a amostra selecionada, observou-se a aparição de componentes negativos e positivos das relações amorosas. A presença de algumas questões negativas, muitas vezes, foi considerada como sequela da habilidade de contato, e conseqüentemente, o uso do mecanismo de defesa. Já os aspectos positivos favorecem o encontro e a potência nas relações românticas. Dito isto, apresentaremos os problemas encontrados, os mecanismos de defesa, posteriormente, os aspectos potencializadores.

ASPECTOS NEGATIVOS: NÃO ACEITAÇÃO DOS ERROS

O erro é uma resposta em desacordo com a expectativa. Em si, reside a chance de aprender com a experiência, dessa forma, negá-lo é não permitir que esse processo aconteça. A atitude de não aceitação dos próprios erros e o dos outros nas relações amorosas faz com que o casal não utilize dos erros como uma oportunidade de diálogo e criatividade. A pessoa que fica fixa a uma ideia perfeccionista e ideal produz uma fronteira rígida que levará ao desgaste da relação, uma vez que não é possível mudanças sem lidar com os erros ao longo do relacionamento. Também é importante, a capacidade de saber criticar e aceitar. Apontar os erros com respeito, não com julgamentos, evitará paralisações e brigas desnecessárias, como também promoverá a auto-exposição e intimidade (SILVEIRA, 2009).

Os erros devem ser aproveitados para a melhoria da relação: se uma das pessoas erra, é necessário que haja abertura para que isto possa ser apontado e o estabelecimento do diálogo. O contato com outro nesse momento, se ocorrido com qualidade, permitirá uma comunicação na qual o par possa expressar seus pensamentos e sentimentos, e conjuntamente encontrar modos de lidar com a situação e melhorar a qualidade do

relacionamento (ZINKER, 2001). Despatologizando a fronteira e mecanismos de defesa como a projeção, a deflexão ou a retroflexão.

INFLUÊNCIA SOCIAL

O aspecto negativo da influência do meio é a adoção de formas ideais de pensar e agir em desacordo a quem se é. Quando aceitamos modelos prontos acabamos nos afastando de nós mesmos, e, conseqüentemente, temos pouco acesso aos nossos recursos e habilidades. Essa assimilação de concepções do meio social utiliza-se da introjeção. Esse mecanismo de defesa bloqueia o contato entre o casal que se relaciona cheia de ideias pré-concebidas de como deve ser as demonstrações de afeto e comprometimento.

A pessoa necessita ter consciência de seu funcionamento e de suas próprias convicções, para que possa lidar com o mundo conforme sua percepção e não através do que é introjetado. A *awareness*, ou tomada de consciência, é um dar-se conta do que acontece consigo mesmo em todos os níveis (RIBEIRO, 2006), permitindo a utilização de todo aporte pessoal para compreender seu ambiente, saindo do “deve ser assim” para lidar com um relacionamento romântico dentro do limite da realidade.

COMPORTAMENTOS REPETITIVOS

Os comportamentos quando se tornam estereotipados e repetitivos afastam a pessoa do contato com o aqui-agora. Quem absorve as influências do mundo de modo a produzir apenas uma forma de funcionamento, repetindo sempre os mesmos comportamentos independentemente das circunstâncias, não permite um encontro verdadeiro com o parceiro (FERREIRA, 2009).

De acordo com cada circunstância que vivemos, deve-se entrar em contato de forma integral, para assim perceber a melhor forma de agir. Entretanto se esse contato é empobrecido, pessoas adotam formas que estão “acostumadas”, perdendo a capacidade de ter consciência da experiência. Isso pode gerar conflitos improdutivos que somete desgastam a relação numa adaptação passiva promotora de ressentimentos (ZINKER, 2001).

Os comportamentos repetitivos podem acontecer, porém é necessária a consciência para saber quando utilizá-los, pois, quando não há discriminação dos eventos ocorre uma mecanização da relação social, o que é contrário a criatividade e homeostase presentes na vida (PERLS, 1988) necessárias para interação ativa e comprometida com o outro.

CIÚMES

Trata-se de uma emoção negativa que aparece mediante a uma ameaça real ou imaginária de uma relação íntima (BUSS, 2000). Quando se manifesta produz um contexto de instabilidade, vulnerabilidade, ansiedade e medo de perder o par amoroso. Desse modo, propicia um monitoramento incessante limitando o direito do outro gerando sofrimento psíquico (PINTO, 2013). Esse autor considera que o monitoramento e o ciúme, produz uma dinâmica de perseguição de um e fuga do outro, que assegura ao casal uma distância mascarada pela busca de proximidade.

O ciúme representa a insegurança e a dificuldade de promover confiança no relacionamento, portanto, não é permitido que o casal viva um momento “eu” para depois viver um momento “nós”. Pelo contrário, numa relação mediada pelo ciúme. A preferência é fazer todas atividades possíveis juntos, não permitindo muitas diferenças entre o par. Isso é comum para aos casais confluentes, em que qualquer separação é vista como ameaça. Na confluência, o indivíduo não consegue aceitar as singularidades e diferenças vivendo uma relação dependente (CARDELLA, 1994). Essa constante indiferenciação é uma dinâmica doentia, em que os envolvidos apresentam distúrbios de contato, com fronteiras rígidas e impedindo crescimento da relação (PINTO, 2013). Dessa forma, não se consegue aproximação adequada para ocorra o contato conforme a abordagem gestáltica.

INFIDELIDADE

Quando o acordo entre o casal é rompido gerando desconfiança e sofrimento ocorre a traição (PITTMAN, 1994). Geralmente, vem acompanhada de sentimentos dolorosos, como culpa, diminuição da autoestima, impotência, insegurança, mágoa, ressentimento, solidão, abandono, rejeição, falta de apoio familiar e social e falta de perspectiva futura (ALMEIDA, 2007). De acordo com Magalhães (2009), a traição pode ser influenciada por fatores como: falta de carinho, afeto, admiração, zelo, comunicação; as necessidades insatisfeitas do passado não dialogadas; a imaturidade emocional e o abandono da área sexual.

O contato saudável contribuirá de duas formas para essa situação: Preventivamente, pode influenciar positivamente mudanças nos fatores citados anteriormente. Todavia, ocorrida a traição, reconfigurar o relacionamento, transformando essa situação sofrível em possibilidade de crescimento e fortalecimento da relação entre o casal.

DISFUNÇÕES SEXUAIS

As disfunções sexuais, de acordo com a CID-10 (OMS, 2008) refere-se às diferentes manifestações nas quais a pessoa é incapaz de participar de uma relação sexual como desejaria. Se a sexualidade é uma expressão do contato, as disfunções sexuais são as dificuldades ao longo do ciclo de contato (PINTO, 2012). Diversos fatores podem influenciar: enfermidades; experiências anteriores negativas que afetam segurança e autoestima; crises pela condição atual do sujeito; situações preocupantes, dentre todas vivências que contribuem, favorecem e mantêm a disfunção. Ademais, temos os valores sociais podem ser introjetados de tão forma que geram uma rigidez que conflita com os desejos (PESSANHA, 2011).

O envolvimento sexual demanda o corpo, suas fronteiras e funções de contato, isto é, olhar, tocar, falar, movimentar, cheirar, degustar. Se essas funções não se realizam, há prejuízo de contato, o responsável pela resposta sexual que permite viver as fases de desejo, excitação e orgasmo (PINTO, 2012; PINHEIRO, 2009).

O contato pode ser influenciado por diversos fatores contribuindo para que as disfunções sexuais ocorram e anteriormente apontamos algumas dessas possibilidades. Entretanto, independentemente de quais fatores que estão gerando essa disfunção, só um contato consciente com o próprio corpo e do parceiro, além da disponibilidade de experimentar podem minimizar as condições para que as questões sexuais surjam e se tornem, problemas.

MECANISMOS DE DEFESA

Diante dos aspectos negativos apresentados, os distúrbios de contato muitas vezes se refletem nos mecanismos de defesa, dessa forma, serão discutidos a seguir.

CONFLUÊNCIA

Quando esse tipo de mecanismo está presente na relação amorosa, faz com que um dos membros não aceite as diferenças, querendo que o outro seja igual a si, tornando o outro alguém que ele não é. Como Pinheiro (2009) aponta o relacionamento perde a delimitação das fronteiras entre si e o outro, como se ambos fossem um só. Essa recusa de diferenças e exigências de semelhanças caracterizam uma confluência patológica, pois a relação que é completamente ligada e dependente do outro, não caracteriza um bom contato com par, e, sim, demonstra ser uma relação construída baseada no medo e insegurança (PINTO, 2012).

Esse mecanismo pode ser utilizado quando é necessário viver um momento “nós”, entretanto se utilizado excessivamente produzirá falta de liberdade, autonomia, independência, gerando sentimentos negativos a quem impõe esse funcionamento, que pode ser frustrado, como também a quem se submete, que sofre por ter que vivenciar essa dinâmica ou por decepcionar o outro devido a não conseguir estar sempre nesse processo.

INTROJEÇÃO

Trata-se de um mecanismo de defesa em que a assimilação do mundo externo é inadequada. Pode-se introjetar diversas formas de pensar e agir advindas de modelos: os pais, personagens de novelas e filmes, conceitos sociais, diretividade do parceiro ou algum motivo pessoal que assumiu essa forma de assimilação (FERREIRA, 2009). Geralmente, na introjeção, a pessoa não sabe por que faz determinada ação, a resposta é rígida e sem questionamentos.

Quando se introjeta demais, não sobra espaço para o desenvolvimento da própria identidade, fazendo do indivíduo um ser desintegrado, perdido de si mesmo. Em alguns relacionamentos isso é perceptível através da necessidade que um dos membros tem de se tornar o parceiro ideal para o outro. Porém ao querer tanto ser perfeito para o outro traz afastamento de si mesmo, que foi a pessoa por quem seu par se apaixonou (HANSEN, 2010; PINTO, 2010).

Outro problema, é que se a pessoa real tenta aparecer gera conflitos, que se não trabalhados podem levar a dissolução do laço romântico. Ou ser abafada para responder ao ideal do outro e não às próprias necessidades (PINHEIRO, 2009). Ademais, se não me conheço não consigo entrar em contato com outro para satisfazer o que desejo e investir no relacionamento romântico.

RETROFLEXÃO

Nesse mecanismo de defesa, a pessoa não consegue estar em contato com o par por voltar a energia que deveria ser direcionada ao outro para si próprio. Se por um lado, a sociedade valoriza a independência e a autossuficiência, por outro lado, esse excesso de energia direcionada a si mesmo, apenas denuncia a dificuldade encontrada de contato com o outro produzindo uma batalha consigo mesmo, enquanto o outro não entra na relação (PINTO, 2012).

A capacidade de se relacionar e viver o amor depende da comunicação do casal. O diálogo, entre outros aspectos, promove a construção da história do casal ao longo do tempo, o conhecer um ao outro ultrapassando as barreiras, os conflitos, facilitando a intimidade e a proximidade do casal (BARTHES, 2003; OLTRAMARI, 2009). Quando isto não ocorre, o casal, na prática, está junto, mas separados. O que pode ser compreendido como uma experiência solitária.

PROJEÇÃO

A maior consequência negativa da utilização desse mecanismo é tornar o outro terreno de suas próprias idealizações, assim como responsabilizar o parceiro por seus próprios impulsos negativos que não são aceitos (HANSEN, 2010; PINTO, 2010; PINHEIRO, 2009).

De acordo com Pinto (2013), diante de expectativas que não se encontram em si mesmo, indivíduos projetam sua idealização no parceiro. A utilização desse mecanismo é comum a quem não aceita seus próprios sentimentos e ações, negando-os e atribuindo ao outro. Esperamos que possamos viver no outro, as nossas resoluções e quando não há correspondência, estabelece-se a culpa (no outro).

DEFLEXÃO

É uma forma de fugir ou desviar do contato com o outro, através de manobras como: falar excessivamente não escutando o outro, sendo mais abstrato do que específico, fugindo de falar sobre o que realmente importa em determinada situação ou agindo como se nada estivesse acontecendo (HANSEN, 2010).

A interferência desse mecanismo nos relacionamentos pode acontecer, pela distância com o parceiro deflexivo vivencia a relação (MAGALHÃES, 2009). Desse modo, o outro parceiro pode sentir-se pouco motivado melhorar a relação por não ter ressonância (HANSEN, 2010). Ou estar sempre reclamando para chamar atenção do companheiro.

COMPONENTES POSITIVOS

Da mesma forma que há componentes que prejudicam os relacionamentos, há também os que favorecem o encontro e potencializam as relações românticas de acordo com a Gestalt terapia.

CRIATIVIDADE

A criatividade é um modo de responder ao aqui-agora, sem respostas pré-determinadas. Diante das diversas situações vivenciadas a dois, sejam elas conhecidas ou não, difíceis ou fáceis, responder com espontaneidade, é uma forma de transformar a situação de forma inovadora e criativa (ALVIM; BOMBEN, CARVALHO, 2012; DANTAS, 2011).

A criatividade na Gestalt terapia relaciona-se a própria vida. Ela permite uma reafirmação do eu na medida em que possibilita a consciência (ZINKER, 2001). Quando há um fator na relação que não está satisfatório e as tentativas para a melhoria delas fracassaram, responder da mesma forma continuamente não produzirá mudanças. A criatividade é uma oportunidade de não responder mecanicamente e repetitivamente aos encontros com o par, permitindo que o contato seja inovador gerando transformações cada vez mais positivas a relação.

DIÁLOGO

Somos relacionais e no diálogo encontra-se a possibilidade de expressões de sentimentos, sensações, pensamentos, dificuldades, necessidades, em qualquer tipo de relacionamento. A liberdade na comunicação permitirá um diálogo favorável à reflexão sobre todos os aspectos que perpassam o relacionamento romântico (SILVEIRA, 2009; ZINKER, 2001). Se existe boa comunicação é possível que se escute um ao outro, favorecendo acordos e a construção da dinâmica do casal.

O amor existe sob as mais diversas formas de agrupamentos, o que importa são as regras construídas entre os parceiros que favorecem a convivência e o bem-estar da relação (BARONCELLI, 2011). Essa capacidade dialógica contribuirá para convivência saudável e mais satisfação em estar juntos. Quando há negociações democráticas e acordos facilitadores de contato, conseqüentemente, ocorre a sensação de acolhimento (DANTAS, 2011; PINTO, 2013). Fortalece-se o laço amoroso.

INTIMIDADE

Abertura ao outro pode ser compreendida como intimidade e se apresenta de diversas formas: preocupação recíproca, disponibilidade e pelo apoio mútuo entre o casal (MOLLER; ANDRADE, 2011; SILVEIRA, 2009). O conforto de uma palavra, o toque ou qualquer forma de expressar que está presente para ajudar a enfrentar as dificuldades que aparecem são demonstrações afetivas de contato.

Estudos na área de amor romântico demonstram que a intimidade entre o casal é desenvolvida tendo como base a comunicação e autoexposição. Além disso, quanto maior a intimidade percebida maior é o nível de satisfação com o relacionamento (SERRANO; CARREÑO, 1993; STERNBERG, 1989). A disponibilidade ao outro demonstra acolhimento, cuidado, comprometimento e preocupação com a relação e com o parceiro (PINTO, 2013; SILVEIRA, 2009). Além da satisfação, uma das vantagens da abertura ao outro é o fortalecimento da confiança.

CONFIANÇA

Mesmo com menor exposição pública de afeto entre a díade ao longo dos anos, a confiança no amor e comprometimento do par possibilita que a satisfação conjugal se mantenha (PONTES, 2014). Vale ressaltar que Oltramari e Camargo (2010) encontraram em seu trabalho que o amor tem na confiança no parceiro um elemento fundante.

Quando se confia é possível que ocorra uma maior exposição de si (HINDE, 1997). Com a expressividade positiva, observa-se: carinho, a empatia com o outro e a intimidade emocional (PESSANHA, 2011; FERREIRA, 2009; SILVEIRA, 2009). Pessanha (2011) acrescenta que o fortalecimento dos laços contribuirá para melhora da autoimagem, autoestima e a autoconfiança sexual.

CONTATO SAUDÁVEL

O tema de nossa pesquisa tem o contato como elemento organizador dos relacionamentos, ademais seu fortalecimento possibilita a melhoria dos aspectos negativos apontados.

Não há possibilidade de falar de contato saudável sem destacarmos a importância do autoconhecimento. Este diz respeito a conhecer a si próprio, suas necessidades, desejos,

vontades, sentimentos, modos de pensar, seu próprio funcionamento (SILVEIRA, 2009). Se não há autoconhecimento, não há como ir em busca de satisfazer suas necessidades com o outro, pois não se sabe quais são essas necessidades. Já quando a pessoa se conhece, é possível a autorregulação e o equilíbrio, abrindo espaço para satisfações e emergência de nova necessidade. Essa capacidade de fluidez irá permitir um ciclo de contato saudável (DANTAS, 2011). No caso da Gestalt terapia, a *awareness* é o processo de estar consciente do que acontece no momento presente consigo mesmo, tanto a nível corporal, emocional e mental (FERREIRA, 2009).

A capacidade de estar bem ao estar consigo mesmo é conhecida como solidão, a solidão positiva. O autoconhecimento, advindo da solidão, possibilita a cura de feridas internas e desmaterializa idealizações que prejudicam a percepção de si e das relações sociais; ou seja, o contato (DORNELAS, 2010). A solidão é fundamental para a maturação emocional e a qualidade dos relacionamentos interpessoais, além da concretização do encontro. A solidão também facilitaria a integridade psíquica do sujeito que, ao se conhecer, desenvolveria sua autonomia e seria uma pessoa completa em si mesma (WINNICOTT, 1982).

Para um relacionamento sadio, é necessário que se conheça um ao outro e que o par saiba reconhecer que apesar de ser um casal, também existe a individualidade de cada um, para que assim, consigam viver ambos os momentos de forma saudável. A autoconsciência torna possível a separação do que é seu e o que é do outro, permitindo que as diferenças apareçam e o contato entre o casal seja claro e permissivo a totalidade e singularidade de cada um (PINTO, 2013; DANTAS, 2011). De acordo com Silveira (2009) a capacidade de flexibilidade e se separação do momento “eu” e do momento “nós” permite um ritmo de autonomia e dependência saudável ao casal.

Não há nenhum relacionamento perfeito, todos apresentam situações e necessidades de melhorias e resoluções, mas estar em contato possibilita o encontro nutridor, favorecendo a vida integralmente (PESSANHA, 2011). Como afirmou Fromm (1970), a racionalidade deve fazer parte da vida emocional. Isso, para o autor, significa que as emoções afirmam e ajudam a estrutura psíquica a manter o equilíbrio favorecendo o desenvolvimento pessoal. Diante do exposto, Fromm considera que o amor racional é aquele em que o sujeito se relaciona intimamente com o outro preservando a independência e a integridade. Quando o relacionamento romântico desenvolve a dependência trata-se de um amor irracional. Para a Gestalt terapia, a racionalidade é possível mediante o contato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto amor como a solidão são construções sócio-históricas e fornecem modelos de comportamentos que vão legitimar nas pessoas suas experiências. A transição pelas polaridades positiva e negativa depende da história pessoal. Contudo, a propaganda em torno do ideal romântico cria expectativas de se tornar um na presença de outro.

Os momentos solitários podem propiciar um encontro consigo mesmo e melhorar as qualidades relacionais, pois ao reconhecer-se, a pessoa se separa do outro e obtém uma forma própria. Tornando-se dois é possível haver momentos de ser um, a separação é que possibilita, gestalticamente falando, o encontro (DOLTO, 2001).

Quanto a relação com o par, haverá momentos em que aparecerá a necessidade de uma reflexão acerca do relacionamento, pois aparecem dificuldades de convivências, insatisfações, necessidades individuais e conflito. Se o contato com o par é sadio, as dificuldades não desaparecem da relação, mas são preferencialmente resolvidas, ou minimizadas, diminuindo a necessidade de utilização de mecanismos de defesa de maneira patológica.

Ao encontrar-se consigo e com o outro podemos pensar as situações como potencializadora de forma mais saudável de experimentar os relacionamentos interpessoais. Portanto, ainda que não existam prescrições para a vida, sugerimos: Entre em contato!

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, M.B; BOMBEN, A; CARVALHO, N. Pode deixar que eu resolvo – retroflexão e contemporaneidade. **Revista de Abordagem Gestáltica**. Rio de Janeiro, v.16, nº2, 2010.

ALMEIDA, T. **Infidelidade heterossexual e relacionamentos amorosos contemporâneos**. Pensando Famílias, V. 11, nº2, p. 49-56, 2007.

BARTHES, R. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERKIN, S. C.; MORALES, Z. R. El amor como vínculo social, discurso e história: aproximaciones bibliográficas. **Espiral**, v. 17, nº6, p. 49-70, 2000.

BRAZ, A. L. N. Origem e significado do amor na mitologia greco-romana. **Estudos de psicologia** (Campinas), Campinas, v. 22, nº1, p. 63-75, 2005.

BARONCELLI, L. **Amor e ciúmes na contemporaneidade: Reflexões psicossociológicas**. Psicologia & Sociedade; v. 23, nº1, p- 163-170, 2011.

BARROS, P; PORCHAT, I. **Ser terapeuta: depoimentos**. 5º ed. São Paulo: Summus, 2006.

BUSS, D. **A paixão perigosa: por que o ciúme é tão necessário quanto o amor e o sexo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

CARDELLA, B.H.P. **A construção do psicoterapeuta: uma abordagem gestáltica**. São Paulo: Summus, 2002.

CARDELLA, B.H.P. **O amor na relação terapêutica: uma visão gestáltica**. São Paulo: Summus, 1994.

CASTELLO, L.N.; MORAES, K.F.B. O estabelecimento de contato afetivo durante a gestação, sob a perspectiva da Gestalt terapia. **Revista IGT na rede**, v.6, nº10, 2009.

CIORNAI, S. Relação entre criatividade e saúde na Gestalt-terapia. **Revista do I Encontro Goiano de Gestalt-terapia**, Goiânia, v.1, n. 1, 1995.

DANTAS, M.F. A Gestalt terapia diante do amor nas relações afetivas heterossexuais. **Revista IGT na Rede**, v.8, nº14, 2011.

DOLTO, F. **Solidão**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DORNELAS, K. C. A. Um olhar sobre a solidão feminina e os relacionamentos interpessoais nas histórias de brasileiras e mexicanas. **Tese** (Doutorado em Psicologia) - Programa de pós-graduação em psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2010. 228p.

FERREIRA, T.B.M. Implicações dos comportamentos repetitivos no contexto das relações amorosas. **Revista IGT na rede**, v.15, nº1, 2009.

FROMM, E. **A arte de amar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FROMM, E. **La revolucion de la esperanza** – Hacia una tecnologia humanizada. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1970.

HANSEN, I.D. As relações amorosas a luz dos mecanismos neuróticos. **Revista IGT na rede**. [S.l.], v.7, nº12, 2010.

HYCNER, R. **De pessoa a pessoa**: psicoterapia dialógica. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1995.
KYAN, A.M.N. **E a Gestalt emerge**: vida e obra de F. Perls. 2 ed. São Paulo: Summus, 2006.

GINGER, S.; GINGER, A. **Gestalt**: uma terapia do contato. 4. ed. São Paulo: Summus, 1995.

LIMA, S.B.L. A dor amorosa da perda amorosa e a Gestalt terapia. **Revista IGT na Rede**, v.5, nº9, 2008.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.

MAGALHÃES, M.M.A. Infidelidade conjugal e seus mitos: uma leitura gestáltica. **Revista IGT na rede**, v.6, nº 10, 2009.

MOOLER, C.V; ANDRADE, C.C. A sexualidade feminina pela perspectiva da Gestalt terapia: uma pesquisa qualitativa-fenomenológica. **Revista de Abordagem Gestáltica**. [S.l.], v.8, nº1, 2011.

MOREIRA, J.A.M; FERREIRA, L.P.; COSTA, V.E.S.M. Descrição de uma vivência orientada pela Gestalt pedagogia. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v.13, nº2, 2007.

HINDE, R. A. **Relationships**: a dialectical perspective. UK: Psychology Press Publishers, 1997.

OLTRAMARI, L. C.; CAMARGO, B. V. AIDS, relações conjugais e confiança: um estudo sob representações sociais. **Psicologia em Estudo**, v. 15, nº2, p. 275-283, 2010.

OLTRAMARI, L.C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: Uma revisão de literatura. **Psicologia em estudo**, v.14, nº 4, Maringá, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10** Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. vol.3.7ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2008.

PEREIRA, M.M.C.M; RAYMUNDO, R.S. A conjugalidade em pauta: uma análise da literatura publicada nos últimos dez anos. In: Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades. **Anais**, Niterói: UFRJ, 2012.

PERLS, F. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1988.

PERLS, F. **Gestalt Terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1977

PESSANHA, F.S.D. Disfunção de desejo ou interesse sexual: um olhar gestáltico. **Revista IGT na rede**. [S.l], v.8, nº15, 2011.

PITTMAN, F. **Mentiras privadas**: a infidelidade e a traição na intimidade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINHEIRO, M.A.O. O casal com vaginismo: um olhar da Gestalt-terapia. **Revista IGT na Rede**. [S.l], v.6, nº 10, 2009.

PINTO, B.C.V. O ciúme nas relações amorosas contemporâneas: um olhar gestáltico. **Revista IGT na rede**. v.10, nº 19, 2013.

PINTO, B.C.V. A influência dos aspectos contemporâneos na sexualidade feminina: uma visão gestáltica. **Revista IGT na Rede**. [S.l] v. 9, nº 17, 2012.

PINTO, B.C.V. Eu e você somos um: Implicações do ciúme na sexualidade feminina e nas relações amorosas da atualidade sob o olhar da Gestalt-terapia. **Revista IGT na rede**. [S.l], v.7, nº12, 2010.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

PONTES, T. R. Amor, satisfação e desilusão: um estudo exploratório sobre a conjugalidade. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde, Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica, Universidade de Lisboa, Portugal, 2014. 65p.

PRIORE, M. D. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, J.P. **O ciclo do contato**: temas básicos na abordagem gestáltica. São Paulo: Summus, 2007.

RIBEIRO, J.P. **Vade-mécum de Gestalt-terapia**: conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.

ROUGEMONT, D. **A História do Amor no Ocidente**. 2ª. ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003.

SANCHEZ ARAGON, R.; DÍAZ-LOVING, R. Auto-estima y defensividad: Los ingredientes de la interacción saludable con la pareja? **Revista de psicología**, v. 11, nº 2, p. 19-38, 2002.

SEEWALD, F. *et al* O tema da solidão: Klein e Winnicott revisitados. **Revista de Psiquiatria**, RS, v. 17, nº1, p. 29-37, 1995.

SERRANO, G.; CARREÑO, M. C. La teoría de Sternberg sobre el amor - análisis empírico. **Psicothema**, v. 5, suplemento, p. 151-167, 1993.

STERNBERG, R. J. **El triángulo del amor**: intimidad, pasión y compromiso. Barcelona: Paidós, 1989.

SILVEIRA, T.P. O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”. **Revista IGT na rede**, v.4, nº7, 2009.

SIMONNET, D. **A mais bela história do amor**: do primeiro casamento na Pré-História à revolução Sexual no século XXI. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

SOUSA, L.E.E.M. O encontro dialógico na prática clínica: relato de experiência. **Revista IGT na rede**, v.6, nº 10, 2009.

STEVENS, J.O. **Isto é Gestalt**. 7ª ed. São Paulo: Summus, 1977.

STORR, A. **Solidão**. São Paulo: Paulus, 1996.

VALE, K.S. A relação conjugal em debate: uma análise gestáltica. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) - Programa de pós-graduação em psicologia, Instituto de filosofia e ciências humanas, – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. 92p.

WINNICOTT, D. W. A capacidade para estar só. In: **O ambiente e os processos de maturação**. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

ZINKER, J. C. **A busca da elegância em psicoterapia**. São Paulo: Summus, 2001.

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA: INSTRUMENTO DE RESGATE DA FORMALIDADE EMPRESARIAL

Carlyson Santos Carvalho¹

1. Professor da disciplina de Direito Empresarial e Tributário da Faculdade Multivix – Vitória

RESUMO

Este artigo abordou a temática empresarial envolvendo o aspecto da responsabilização dos sócios, decorrente de obrigações oriundas de atividades empresariais. Demonstrou-se que a EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, independente de imperfeições no texto normativo aprovado ou das controvérsias apontadas por parte da doutrina, é considerada um avanço para o direito societário, na medida em que permite a formalização de empresários que estejam em situação irregular. Possibilita, portanto, a constituição de uma empresa sem a necessidade de um sócio, blindando o patrimônio pessoal do proprietário.

Palavras-chave: Empresa. Individual. Responsabilidade. Formalidade. Empresarial.

INTRODUÇÃO

Há tempos se discute uma forma de limitar a responsabilidade patrimonial do empresário individual. Diversos juristas e empresários sempre questionaram a razão pela qual é imperioso ter um sócio para obter tal condição. O empresário individual é uma pessoa física que exerce atividade empresarial que, normalmente, na prática, limita-se a atividades de pequeno porte e sem necessidade de grandes investimentos. As atividades desenvolvidas por eles, na maioria das vezes, são pequenos negócios, como padarias, pequenas mercearias, artesanato e outros. Dadas as limitações financeiras e o desconhecimento sobre a vida empresarial, um contingente muito grande de empreendedores acaba sendo empurrado para a informalidade, vivenciando diversas dificuldades para manter sua empresa no mercado.

Nesse contexto surge a Lei 11.441, publicada no dia 12 de julho de 2011 é o resultado de anos de discussão no congresso nacional e consagra exatamente uma forma mais simples de permitir ao empresário individual, exercer sua atividade de forma legal. Assim, questionamos de que forma a nova lei, que criou a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada pode contribuir para resgatar empresários individuais da informalidade.

A VISÃO DO EMPRESÁRIO NO CÓDIGO CIVIL

O EMPRESÁRIO E A SOCIEDADE EMPRESARIAL

O Código Comercial baseava-se na figura do comerciante e no exercício profissional da mercancia. Naquele tempo, comerciante era aquele que fazia da mercancia sua profissão habitual, ou seja, limitava o objeto do Direito Comercial apenas a pessoa que praticava a atividade de compra e venda de produtos.

Com o crescimento das cidades e o ressurgimento do comércio, a profissão de comerciante foi fortalecida e uma nova classe social se formou, em contraposição aos senhores feudais: a burguesia.

A partir daí, iniciou-se a formação e expansão do conceito objetivista calcado sobre os atos de comércio. A proposta da teoria dos atos de comércio é alterar o modo de classificar o comerciante de forma puramente subjetiva (aquele que estava matriculado nas corporações, que tinha acesso aos tribunais do comércio), para um critério mais objetivo (praticar determinado ato de comércio de forma profissional). É o exercício profissional de determinada atividade que fará com o que o comerciante seja considerado como tal. (MACHADO, 2007)

A partir dos anos 90, pelo menos três leis (Código de Defesa do Consumidor, Lei de Locações e Lei de Registro do Comércio) são editadas no Brasil sem nenhuma inspiração na teoria dos atos de comércio. Mas com a aprovação do Código Civil de Miguel Reale em 2002, após vinte e sete anos de tramitação, o Direito Privado nacional finalmente transita do sistema francês para o sistema italiano, adotando-se a Teoria da Empresa em contraposição à Teoria dos Atos de Comércio. O Código Civil de 2002 concluiu, assim, a transição, ao disciplinar, no Livro II da Parte Especial, o direito de empresa.

A Teoria da Empresa é o desenvolvimento de um direito comercial mais moderno, voltado ao desenvolvimento do capitalismo e à grande variedade de atividades econômicas existentes. O núcleo do Direito passa a ser a empresa, não o ato comercial. A empresa é a atividade comercial cuja finalidade é a obtenção de lucro através da disposição de bens ou serviços no mercado, sendo estes racionalmente organizados. Segundo a Teoria da Empresa todo empreendimento organizado economicamente para a produção ou circulação de bens ou serviços está submetido à regulamentação do Direito Comercial. O problema jurídico principal aqui analisado era como aplicar às normas referentes ao Direito Comercial em um conceito abstrato, ou seja, sem materialidade necessária para aplicação das normas ditadas pelo legislador.

Segundo art. 966, CC/2002, caracteriza-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, salvo quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, a não ser que o exercício da profissão constituía elemento de empresa.

A empresa não é um sujeito de direito e obrigações, e, sim, uma atividade, portanto, pode ser desenvolvida por um empresário de forma individual ou por uma sociedade empresarial. De acordo com Waldo Fazzio Jr (2010, p.19), sob a epígrafe de empresário estão compreendidos tanto aquele que, de forma singular, pratica profissionalmente atividade comercial, como a pessoa de direito constituída para o mesmo fim.

O empresário unipessoal, conforme conceituado no Art. 966,CC, é aquela que exerce profissionalmente a atividade organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

Já o conceito de Sociedade Empresária está previsto no Art. 982, que é aquela que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário.

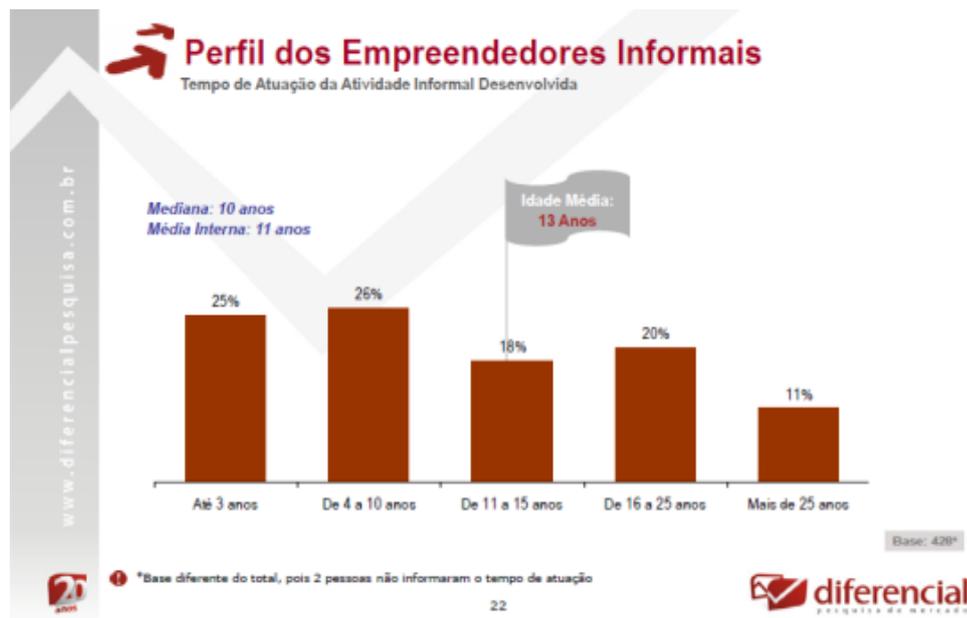
A confusão entre Empresário Pessoa Física e Empresário Pessoa Jurídica ocorre tendo como causa o fato de que, para fins tributários e na questão de movimentação financeira o Empresário Individual tem tratamento de Pessoa Jurídica. Apesar disso, o Empresário Individual não adquire a Personalidade Jurídica. Apenas cumpre ele, como pessoa física empresária, algumas exigências referentes às pessoas jurídicas.

Assim, empresário pode ser pessoa física ou jurídica. No primeiro caso, denomina-se empresário individual e no segundo, sociedade empresária.

EMPREENDEDORISMO E ATIVIDADE INFORMAL NO BRASIL

Particularizando para o caso brasileiro, um aspecto relevante sobre o empresário individual refere-se ao espírito empreendedor. Conforme resultado apontado pela pesquisa feita pelo SEBRAE, em 2011, uma parte significativa dos empreendedores informais brasileiros consegue manter suas atividades por um longo tempo, com média superior a 10 anos:

Figura 1: Tempo de atuação da atividade informal. Fonte: Diferencial Pesquisa de Mercado, 2011.



Nesta mesma linha, pesquisa internacional da Global Entrepreneurship Monitor (GRECO, 2010), que mediu a evolução do empreendedorismo no Brasil e em outros países, permitiu a identificação de determinados aspectos que diferenciam o Brasil. Alguns resultados desse estudo revelaram, por exemplo:

- que desde 2003 os empreendedores por oportunidade são maioria no Brasil;
- dentre os 17 países membros do G20 que participaram da pesquisa, o Brasil é o que possui a maior Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA), 17,5%;
- a mulher brasileira é uma das que mais empreende no mundo;
- todas as faixas etárias tiveram aumentos nas taxas de empreendedorismo, com destaque para os jovens de 25 aos 34 anos, com 22,2%.

Com base nesses resultados, observa-se que apesar das condições macroeconômicas não estarem favorecendo o empreendedorismo no Brasil, muitas pessoas diante das dificuldades veem seus negócios crescendo em um ambiente favorável para os empreendedores informais atuando por longos períodos nos seus segmentos comerciais, e mesmo assim ainda precisamos evoluir nas condições mais ligadas às políticas de apoio ao empreendedor.

Torna-se, portanto, imperioso pensar em ações que de fato permitam que o potencial empreendedor seja plenamente aproveitado. Não há dúvidas quanto ao elevado número de empreendedores que apesar de movimentarem a economia do país, o fazem na informalidade da lei.

Responsabilidade Ilimitada

É importante destacar que a limitação de responsabilidade dos sócios diz respeito à sua responsabilização pessoal por dívidas decorrentes do exercício empresarial, ou seja, a possibilidade dos credores executarem o patrimônio particular dos sócios para satisfazer obrigações sociais. Ou seja, a responsabilidade da sociedade será sempre ilimitada, mas o que se estuda aqui é tão somente a responsabilização dos sócios.

A forte presença da sociedade empresária tem uma razão simples: minimizar os riscos empresariais. Assim, a constituição de uma sociedade empresária permite aos sócios separar o patrimônio empresa, isolando-o do patrimônio particular, fato que até recentemente não era permitido para o empresário individual. Desta feita, no Brasil, até pouco tempo atrás, ou a pessoa exercia a atividade como empresário individual, sujeitando todo o seu patrimônio ao risco do empreendimento ou constituía uma sociedade empresária, para se beneficiar da separação patrimonial.

Muitos empresários têm optado pela constituição de sociedades fictícias, nas quais assumem praticamente a totalidade do capital social cedendo uma parcela mínima a outra pessoa, exclusivamente para preencher o pressuposto de no mínimo dois sócios e conseguir, assim, limitar a responsabilidade pessoal dos riscos que a atividade econômica acarreta. Certamente isso configura uma sociedade unipessoal disfarçada com claro intuito de utilizar uma brecha legislativa para viabilizar o exercício da atividade comercial de forma menos arriscada.

Conforme descreve Waldo Fazzio Jr (2010. p.153),

[...] a característica essencial de uma sociedade limitada é a limitação da responsabilidade subsidiária dos sócios à integralização do capital social. Cada sócio responde, solidariamente, pela integralização de todas as cotas sociais. Uma vez completo o capital social, o patrimônio particular dos sócios não será afetado por débitos da sociedade. Esta responderá ilimitadamente, com seu próprio patrimônio, pelas obrigações sociais [...]

A separação do patrimônio particular do da empresa tem função primordial para a exploração da atividade empresarial, na medida em que reduz o risco do empreendimento e fomenta o empreendedorismo. Ao contrário do que ocorre com os sócios, numa sociedade empresária, os empresários unipessoais assumem integralmente os riscos do empreendimento e seu patrimônio particular responderá, de forma ilimitada, por eventuais prejuízos causados no exercício da atividade comercial.

A EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA- EIRELI

A Lei instituidora, nº 12.441/11, foi sancionada pela presidente em 11 de julho de 2011 e entrou em vigor em janeiro de 2012, depois de vencido o prazo de *vacatio legis* de cento e oitenta dias, após sua publicação no Diário Oficial da União. A EIRELI surge seguindo uma tendência mundial de positividade do tema, como um novo tipo de pessoa jurídica de direito privado, tornando legítima uma realidade que há muito vinha se concretizando no Brasil sob formas disfarçadas.

Essa norma introduz no nosso ordenamento jurídico a limitação de responsabilidade patrimonial para o pequeno empreendedor que exerce de forma unipessoal a empresa, aqui entendida como atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens e serviços. Trata-se de uma técnica de limitação de responsabilidade aplicável àquele empreendedor individual que registre no órgão competente um patrimônio especial, constituído pelos bens e direitos.

Fabio Ulhoa Coelho (2011, p.39) ressalta:

[...] o empresário individual, em regra, não explora atividade economicamente importante. Em primeiro lugar, porque negócios de vulto exigem naturalmente grandes investimentos. Além disso, o risco de insucesso, inerente a empreendimentos de qualquer natureza e tamanho, é proporcional às dimensões do negócio: quanto maior e mais complexa a atividade, maiores os riscos [...]

Hoje tem-se a noção clara de que o empresário unipessoal é responsável pela geração de múltiplas oportunidades de desenvolvimento econômico e social, sobretudo nas classes menos favorecidas. Pela tradição jurídica, somente a sociedade empresária, ou seja, a entidade jurídica contratada por duas ou mais pessoas (Art. 981,CC), regularmente inscrita, adquire autonomia patrimonial e, de modo reflexo, conforme o tipo escolhido, admite que os sócios limitem sua responsabilidade ao patrimônio social integralizado, não respondendo com seus bens particulares pelas obrigações sociais.

Em nossa ordem jurídica, não havia qualquer proteção que pudesse separar os bens pessoais do empresário individual, pessoa física, daqueles afetos ao empreendimento econômico.

Em linhas gerais, a ideia central da nova lei é exatamente conceder responsabilidade limitada ao empresário individual e evitar as sociedades fantasmas, tipicamente aquelas formadas majoritariamente por um único sócio, tendo o outro apenas um papel figurativo e com participação exígua no capital social da empresa.

Para poder ser incluído nessa nova modalidade empresarial, o empresário deve seguir os mesmos passos que são previstos para obter o registro de sua empresa individual, mas, conforme previsto na lei, recém-criada para a EIRELI, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- possuir um capital, no mínimo, igual ou superior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no Brasil. É certo que tal restrição não há para a constituição de sociedades empresariais sendo, portanto, questionável a referida exigência para a EIRELI. Há inclusive uma ADI (nº 4.637) em tramitação no STF sobre o tema;
- possuir efetivamente capital integralizado, para o exercício empresarial;
- limitação à pessoa natural para figurar em apenas 01 EIRELI;

- identificar-se com a sigla EIRELI, acrescida ao nome civil do empresário, para a formação de sua firma ou razão social. Há aqui outro ponto controverso na doutrina já que o Legislador utilizou a nomenclatura “empresa” quando na verdade deveria ter feito menção ao “empresário”, pois o mais correto seria chamar o instituto de “empresário individual de responsabilidade limitada”, porque “empresa” é a atividade desenvolvida;
- se submeter ao regime jurídico das sociedades limitadas, no que este for com ela compatível.

Também acerca desse tema, a doutrina acena para a criação de uma nova espécie de pessoa jurídica de direito privado, além das outras já existentes (sociedade, associação, fundação, partidos políticos e organizações religiosas), quando o texto normativo incluiu um novo inciso no Art. 40, CC.

Importante ressaltar que o titular da empresa individual só responderá pelas dívidas sociais se ficarem provadas as situações que levam à desconsideração da pessoa jurídica (uso da empresa para fins diversos daqueles que nortearam sua constituição) ou por atos ilícitos que tenha cometido no exercício da administração dela (como o são aqueles que envolvem subtração de recursos superiores aos lucros produzidos, o não recolhimento de valores retidos dos empregados e assim por diante).

Em suma, com os devidos ajustes à realidade do nosso sistema jurídico e social, que abranda as exigências no mundo empresarial, o ideal seria instituir uma base legal que sirva aos interesses do pequeno empreendedor, empresário individual, da sociedade empresarial, em consonância com princípios constitucionais como o da livre iniciativa, igualdade e livre concorrência.

CONCLUSÕES

É notório a evolução do direito nesse campo, que tenta acompanhar as necessidades apresentadas em cada geração, buscando intervir nas relações para assegurar a competitividade, a livre concorrência, o empreendedorismo, o exercício da atividade econômica e, por fim, um mercado mais transparente e mais integrado ao pensamento global.

A EIRELI, a despeito de algumas incorreções ou imperfeições no seu texto normativo, é sem dúvida um sinal positivo na linha do incentivo ao empreendedorismo, que é uma característica marcante da população brasileira.

Com a criação da nova lei, viabiliza-se a formalização de microempresários que são resistentes a constituir empresas, diante do alto risco de verem seu patrimônio pessoal sendo utilizado para dar quitação às obrigações inerentes do negócio empresarial, forçando-o a constituir sociedades fantasmas apenas para se alinharem uma deficiência legal. Com isso, busca-se a formalização de milhares de empreendedores que atuam na economia de maneira desorganizada e sem contribuir devidamente para a arrecadação de impostos.

REFERÊNCIAS

COELHO, F. U. **Manual de direito comercial**. 18. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIFERENCIAL PESQUISA DE MERCADO. **Análise do segmento de empreendedores individuais**. 2009. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/livro_gem_2010.pdf>. Acesso em: 23 abr.2015.

FAZZIO JUNIOR, W. **Manual de direito comercial**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRECO, S. M. S. S. et al. **Empreendedorismo no Brasil: 2010**. Curitiba: IBQP, 2010.

MACHADO, D. C. **O novo código civil brasileiro e a teoria da empresa**. 2007. Disponível em: < <http://jus.uol.com.br/revista/texto/2901/o-novo-codigo-civil-brasileiro-e-a-teoria-da-empresa>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: DA NOTÍCIA (IN)DESEJADA À ESTRUTURAÇÃO DO CONTEXTO FAMILIAR

Jhonathan Moreira Germano¹, Maria Isabel Pires¹, Natany de Souza Araujo¹, Pablo Cesar Teixeira¹, Tamiris Guaitolini¹, Thais de Castilho¹, Valesca dos Reis Defante¹, Warlan Renata de Sousa Lucas¹, Raphael do Amaral Vaz²

1. Acadêmicos de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX.

2. Docente de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX.

RESUMO

O presente trabalho objetivou apreender percepções, crenças e atitudes sobre o tema gravidez na adolescência a partir das concepções de graduandos em Psicologia. Foram convidados 50 estudantes a participarem de um grupo focal, no qual eles falariam sobre questões relacionadas ao tema proposto abertamente. Os resultados revelam significados diversos sobre o tema, mas apesar de possuírem um olhar ampliado, indicam caminhos em rever o conceito de gravidez na adolescência, sob a perspectiva junguiana, a partir do complexo materno não somente como uma experiência negativa, mas como um novo modelo de vida, ou seja, no aspecto positivo, ambas vivências do mesmo complexo inicia desde a infância com a mãe e perdura até a fase adulta por meio das projeções nos relacionamentos conflituosos ou não, no qual estudantes tem papel primordial nas mudanças de paradigma e no sentindo de ressignificação da conduta do psicólogo neste contexto.

Palavras-chave: Gravidez. Adolescência. Psicologia. Junguiana.

ABSTRACT

This study aimed at understanding perceptions, beliefs and attitudes on the subject teenage pregnancy from graduates concepts in psychology. They were asked 50 students to participate in a focus group, in which they would talk about issues related to the proposed topic openly. The results reveal different meanings on the subject, but despite having an expanded look, indicate ways to review the concept of teenage pregnancy, in the Jungian perspective, from the mother-complex not only as a negative experience, but as a new model life, that is on the positive side, both experiences the same complex starts from childhood with his mother and lasts until adulthood through projections in conflictual relationships or not, in which students have key role in paradigm shifts and feeling of reframing the conduct of the psychologist in this context.

Keywords: Pregnancy. Adolescence. Psychology. Jungian.

INTRODUÇÃO

A percepção que existe uma etapa do desenvolvimento humano, a qual se convencionou chamar de adolescência, decorre de uma construção histórica e social que se consolida no século XX. Ariés (1978) observou que na idade média não havia uma concepção clara de infância e tão pouco de uma fase correspondente à adolescência.

O conceito de adolescência só foi criado pela cultura ocidental no final do século XIX, motivado pela ética individualista romântica. A construção social da adolescência na família moderna é fruto de uma série de transformações socioeconômicas que a civilização ocidental sofreu ao longo dos séculos XVIII e XIX, que marcaram a chegada do ideal individualista. O romantismo e a modernidade ajudaram a disseminar o individualismo e propiciaram o surgimento do entendimento atual da adolescência, no sentido de que cada sujeito é livre para construir uma trajetória singular. Assim, já no século XX, a adolescência passou a ocupar um lugar cada vez mais importante no imaginário social.

No século XX e início do século XXI presenciamos um aumento de agravos sociais, em especial nos jovens, desencadeados por violência, uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outros. Assim, um grupo etário de pessoas jovens, as quais, vivendo em período de mudanças intensas, de natureza biofisiológica, psíquica e social, cognominando a chamada fase de adolescência. A organização mundial de saúde (WHO, 2006) considera adolescentes os indivíduos na faixa etária dos 10 aos 20 anos, já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) considera adolescentes os indivíduos de 12 aos 18 anos.

Do ponto de vista psicológico, a adolescência “corresponde ao período que se estende da terceira infância até a idade adulta, marcado por intensos processos conflituosos e persistentes e por esforços de autoafirmação. Corresponde à absorção dos valores sociais e à elaboração de projetos que impliquem plena integração” (FERREIRA, 1975, p.11).

Outra perspectiva psicológica que também colabora ao estudar sobre a influência do inconsciente na educação individual, sobretudo na infância vem a ser a psicologia analítica, em que Jung (2006, § 253-260) afirma três tipos de educação: *educação pelo exemplo*; *educação coletiva consciente* e, por último, *educação individual*. Em relação à primeira, o autor se refere que a educação ocorre de modo inconsciente e espontâneo por meio do exemplo, pois acredita que a criança ao se identificar com seus pais, no âmbito psicológico, ela poderá repetir comportamentos emocionais que estejam fundamentos em uma identidade psíquica. Ao segundo, Jung deixa claro que ele não entende a educação coletiva como uma educação em grupos, mas aquela que fundamenta em regras, princípios e métodos. O autor afirma que o indivíduo é formado a partir desses três pontos, quando a índole individual do adolescente cede à natureza coletiva da atuação educacional. Na medida em que surgem outros com um tipo semelhante ao anterior, originar-se-á a uniformidade associada ao método aplicado. No entanto, ao terceiro, Jung advoga que as regras, princípios e métodos coletivos ficarão como segundo plano na educação das crianças, pois o que será valorizado vem a ser uma índole específica do indivíduo. Logo, este terceiro tipo se opõe ao objetivo da educação coletiva: todos terão o mesmo nível e a uniformidade.

A partir desse pensamento de Carl Gustav Jung, notamos que a sociedade vivencia em um relacionamento que tenta impor constantemente princípios e regras que se tornam grandes conflitos para muitas famílias. Cada família vem desenvolvendo seus próprios princípios cada vez mais sólidos com regras construídas pela própria família, conforme o autor supracitado afirmou anteriormente com o conceito da educação individual. Entretanto, muitos jovens enfrentam situações angustiantes na sua história de vida por conta dessa *educação individual* bem como da *educação exemplo* que são desenvolvidas na estrutura familiar podendo ser saudável ou não quando são confrontadas com uma *educação coletiva*, ou seja, com os princípios, regras e métodos da sua sociedade. A partir desses momentos de grande conflito que o adolescente começa a enfrentar nessa sua nova etapa da vida, o confronto entre a educação que ele adquiriu pelo exemplo dos pais e embasada em uma educação individual com a educação coletiva que, por sua vez, está sempre vulnerável às alterações de regras e princípios estabelecidos socialmente.

Dentre esses processos conflituosos que podem se apresentar a gravidez e a maternidade na adolescência rompem com uma trajetória tida como natural e emergem socialmente como problema e risco a serem evitados. A gravidez na adolescência vem adquirindo proporções significativas. Estima-se que de 20 a 25% do total de gestantes no Brasil sejam

adolescentes, ou seja, em média, há uma adolescente entre cada cinco mulheres grávidas. No Brasil, quase 18% das adolescentes do estrato de renda mais baixa são mães, enquanto no estrato de renda acima de cinco salários mínimos essa proporção não chega a 1%. Dessa forma, a importância do meio social na determinação do papel feminino nos ajuda a compreender o papel da mulher na sociedade, papel que é transmitido às adolescentes, influenciando as suas escolhas e os seus projetos de vida.

A saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes é motivo de constante preocupação para pais, educadores, profissionais de saúde e governantes, uma vez que suas consequências são de alto impacto individual e social. Um dos aspectos agravantes dessa questão é que a gravidez na adolescência é mais frequente nos estratos de renda mais baixa e, para muitas jovens, engravidar poderia ser considerado como uma escolha de inserção social. É notável, ainda, a relação existente entre gravidez e abandono escolar, pois se estima que 57,8% das meninas brasileiras com filhos não estudam nem trabalham.

Desejada por alguns, inesperada por outros, a gravidez é um processo que envolve muitas transformações na vida da mulher, ainda mais quando está na fase da adolescência. Desde o momento da descoberta da gestação até os últimos dias da mesma, a mãe particularmente é acometida das mais diversas experiências e mudanças: oscilação de humor, mudança de papéis, medos, angústias, dúvidas, fantasias, incertezas.

Do ponto de vista junguiano, Gallbach (1995) afirma que a gravidez se torna uma preparação de um processo estendido na maternidade. Muitas vezes a relação da mãe com o filho inicia-se antes do parto, pois essa relação associa com o modo como a mulher estabelece a sua relação consigo mesma e com seu filho, criação dela. Para autora, o processo de gravidez está totalmente integrado à mulher que vivencia, de sua atitude e consciência. Toda a maternidade, sentimento ou instinto materno age naturalmente para os filhos, porque são ações instintivas. No entanto, a autora enfatiza que se a atitude materna permanecer totalmente em uma atitude instintiva, a mãe não consegue alcançar um desenvolvimento psicológico real nessa sua relação com o filho. Por fim, a autora finaliza que a gravidez pode ser uma aventura psicológica profunda, pois poderá sentir sua identidade com a imagem arquetípica da mãe criativa. O que constitui sua individualidade de mulher por meio da realização de um papel coletivo.

Diante dessa perspectiva, notamos que o processo de gravidez possibilita a mulher vivenciar momentos de grande significado psicológico no seu desenvolvimento pessoal. Esse crescimento psicológico perpassa por muitas transformações que se percebe desde o momento em que interage com o filho, tanto no aspecto biológico quanto psicológico. Com esse contato físico e emocional que vem amadurecendo ao longo percurso dos nove meses de gestação entre mãe e filho, ocorre as influências da história de vida pessoal da mulher que será mãe e da conscientização do entendimento a respeito da maternidade.

Cabe enfatizar que o contato da mulher com a maternidade, de maneira instintiva, do ponto de vista junguiano, estará diante de uma manifestação do arquétipo materno. Esse arquétipo será constelado a partir do momento em que a mulher constitui biologicamente a concepção de um filho. A partir desse momento, a mulher começa a integrar novas experiências que ocorrem durante a gestação e, por sua vez, essa convivência integrará na sua pré-disposição de ser mãe. Nesse caso, a mulher estará sob influência do seu arquétipo materno o qual manifestará por meio das imagens arquetípicas da maternidade que surgirão

no campo da sua consciência. Essas imagens estarão atreladas à história de vida pessoal dessa gestante e nesse momento em que o papel do psicólogo se tornará fundamental para que esta futura mãe consiga superar suas dificuldades emocionais.

No que tange ao arquétipo materno, Jung (2007a, § 156-160) afirma que esse arquétipo está presente em toda humanidade e manifesta-se em algumas características de maternidade: mãe e avó; madrasta e a sogra; e qualquer mulher com quem nos relacionamos de maneira cuidadora. Além dessas imagens que projetam o arquétipo, há também figuras mitológicas e culturais que expressam a manifestação arquetípica da maternidade, tais como a deusa, a mãe de Deus, a Virgem, dentre outras. Com base nesses símbolos, o autor enfatiza que todos eles podem ter um sentido positivo ou negativo. Logo, a figura materna pode ter um sentido positivo tendo a imagem de uma mãe bondosa ou cuidadora; enquanto, no sentido negativo, terá uma imagem materna de uma mãe bruxa ou destruidora. Por fim, o autor aponta que esses dois sentidos consistem como atributos do arquétipo materno em que se diferenciarão a partir da experiência prática individual de cada história de vida pessoal.

Diante dessa afirmação conceitual, a respeito do arquétipo materno exposto por Jung, notamos ao acompanhar histórias de adolescentes que vivenciam o tempo da gravidez que muitas dessas jovens projetam em seus filhos sua experiência de maternidade que desenvolveram na relação com as mães delas. No entanto, além da vida pessoal dessas mulheres com suas mães, há também as projeções arquetípicas da maternidade como uma pré-disposição presente na estrutura psíquica adquirida desde os povos primitivos. Sendo assim, muitas jovens que vivenciam a maternidade, mesmo não sabendo como conduzir esse período de cuidado tão importante com o filho, terão capacidade inata vinda do arquétipo para desempenhar sua função materna. Mesmo que tenha tido uma experiência desagradável com sua mãe durante a infância até a idade atual.

Conforme afirma Jung (vol. 2007a, §159):

[...] não é apenas da mãe pessoal que provêm todas as influências sobre a psique infantil descritas na literatura, mas é muito mais o arquétipo projetado na mãe que outorga à mesma um caráter mitológico e com isso lhe confere autoridade e até mesmo numinosidade.

Ao considerar, portanto, a vivência da maternidade na vida da adolescente como uma forma de expressão da sua história pessoal associada às potencialidades da maternidade que constituem o arquétipo materno, estaremos diante de um complexo materno no qual a jovem poderá acarretar tanto um reforço dos instintos femininos quanto a debilitação e inibição desses instintos. No que se refere ao reforçamento dos instintos maternos, ocorre um predomínio maior do mundo instintivo, resultando em uma inconsciência da personalidade da mulher. Enquanto, a debilitação e inibição dos instintos acabam desenvolvendo uma projeção do instinto sobre a imagem da mãe que a adolescente constitui nas suas primeiras experiências com a maternidade. Consequentemente, esta adolescente manifestará uma gravidez desejada ou indesejada (GALLBACH, 1995).

Para obtermos maior esclarecimento como esse complexo materno pode manifestar-se de vários tipos e compreendermos a diferença individual de atitude em relação à gravidez e à maternidade, Jung (2007b, §167-171) descreve quatro tipos de complexo materno que expressam formas diferenciadas que as mulheres manifestam quando estão influenciadas

por este arquétipo materno: *hipertrofia do materno; exaltação do eros; identificação com a mãe; defesa contra mãe.*

No que se refere ao primeiro, *hipertrofia do materno*, Jung (2007b, §167) afirma que o complexo materno na filha gera uma exacerbação do feminino na qual tem intensificação dos instintos femininos, sobretudo do instinto materno. O homem para ela é visto como algo secundário, visto apenas como instrumento de procriação e nada mais do que isso. A personalidade dessa mulher fica como segundo plano, o que prioriza é a forma como ela vive em função dos outros e através dos outros, na medida em que ela se identifica com eles. Sendo assim, após o nascimento dos filhos, ela se apega demais a eles chegando a permitir que seu instinto materno se imponha com um poder imenso que acarreta a aniquilação da vida e personalidade dos filhos (GALLBACH,1995).

Por outro lado, a *exaltação do eros*, Jung (2007c, §168) aponta que ocorre na filha uma extinção total desse instinto materno gerando uma exacerbação do eros que pode levar a quase uma relação incestuosa com o pai. O fato da filha ter ciúmes da mãe e a necessidade de superá-la são motivos suficientes de empreendimentos futuros desastrosos. Mulheres desse tipo têm costume de buscar relacionamentos sensacionais por homens casados, não por eles, mas para perturbar uma relação estabelecida e que manifesta o instinto materno nessa relação do homem casado. Por fim, o eros fica direcionado a um homem que deve ser retirado do predomínio do materno-feminino. O que provocará um conflito dos afetos e emoções que são fonte de toda transformação da consciência da mulher (GALLBACH,1995).

Em relação à *identificação com a mãe*, Jung (2007d, §169) advoga que nesse tipo de complexo há uma paralisação do instinto materno e do eros, bem como da projeção da filha sobre a mãe, o que gera dependência e submissão a esta última provocando sentimentos de inferioridade na filha. Uma mulher desse tipo pode tornar-se uma tirana com sua mãe e nos relacionamentos com os homens poderá ser uma esposa abnegada, pois ela precisa ser retirada da mãe (GALLBACH,1995).

Por último, a *defesa contra mãe*, Jung (2007e, §170-171) afirma que nesse tipo de complexo se manifestará na forma de uma resistência contra a predominância da mãe. Observa-se que a mulher tem um fascínio pela mãe, porém nunca ao ponto de identificar-se com ela; e por outro lado, há um aumento do eros que limita-se na resistência ciumenta contra a mãe. Uma mulher sob a influência desse tipo de complexo, ela demonstra em saber o que não quer, mas tem dificuldades em saber o que deseja. A sexualidade, casamento e filhos não desejados serão sempre carregados de dificuldades inesperadas, pois para essa mulher o que importa é a defesa contra a mãe em todas maneiras, tanto nos deveres maternos quanto na vida conjugal. Logo, todas essas necessidades citadas anteriormente receberão a projeção dessa defesa contra a mãe. No caso da gravidez, a mulher poderá demonstra essa resistência contra a mãe com as dificuldades no útero como, por exemplo, hemorragias durante a gravidez; dificuldade de concepção; parto prematuro ou até mesmo horror à gravidez (GALLBACH,1995).

Diante de tudo que foi exposto até o momento, podemos salientar que o período da gravidez, de modo geral, perpassa por muitas mudanças tanto biológicas quanto psicológicas. Essas mudanças muitas vezes estão baseadas na história de vida de cada indivíduo, sobretudo na mulher que vivencia a gravidez. No caso da adolescente não será

diferente, pois ela vive um período de transição da sua vida que consiste entre a fase da infância com a fase adulta e, por conta desse período, que uma gravidez desejada ou indesejada estará sendo influenciada e agregada no seu complexo materno, conforme observamos no pensamento de Carl Gustav Jung.

Cabe ressaltar ainda que perante essas transformações da adolescente vivenciadas durante a gravidez, sobretudo no aspecto psicológico, vem demonstrar nas atitudes de desejar ou não a gravidez pode estar associada a aspectos sombrios, do ponto de vista junguiano. Entendemos que a sombra, segundo Jung (2000, §13-19), é uma problematização de ordem moral que enfrenta a personalidade do eu, pois uma vez que conscientiza a sombra aspectos obscuros da personalidade são reconhecidos, conforme existem na realidade. Por isso, que o autoconhecimento é um expediente terapêutico que acarreta um trabalho árduo, podendo ser realizado em longo prazo.

Com base conceitual da sombra, podemos notar que a manifestação da adolescente diante de uma gravidez indesejada parece estar diante de um aspecto da sombra dessa jovem. Ao escutarmos depoimentos de jovens que rejeitam seus filhos ou o próprio estado de estar grávida nos deparamos, no primeiro momento, de um forte complexo que provavelmente esteja associado à maternidade, e, segundo momento, poderemos encontrar outros elementos que constituem como elementos obscuros da personalidade da jovem que, por sua vez, encontrará possíveis ajustamentos emocionais se aderir a um acompanhamento psicoterapêutico.

Enfim, todas essas maiores transformações acontecem nos aspectos físicos e psicológicos, que se misturam e crescem a cada semana gestacional. Por ser um período rico e intenso de vivências emocionais e que por si só traz, para o relacionamento familiar, novas atitudes e responsabilidades, percebemos como é fundamental compartilhar e esclarecer questões referentes às ansiedades e preocupações que envolvem a responsabilidade de se ter um filho.

Tendo por base essas premissas, pensamos então, na elaboração e concretização de um grupo focal, atendendo aos requisitos do cumprimento da disciplina de Estágio Básico I, oferecido para estudantes de Psicologia, do 5º período noturno da Faculdade Multivix Vitória, no intuito de compreender o que pensam acerca do tema gravidez na adolescência, desde a notícia aos aspectos de reestruturação familiar.

O presente estudo tem como objetivo compreender como os alunos do curso de Psicologia pensam a respeito sobre gravidez na adolescência desde a notícia (in)desejada aos aspectos da nova estruturação familiar.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada será a técnica de Grupo Focal, entendendo que para Morgan (1997) grupos focais são técnicas de pesquisa qualitativa, derivadas das entrevistas grupais, que coletam informações por meio das interações grupais. Tendo por objetivo reunir informações detalhadas sobre o tópico específico do presente trabalho, sendo ele gravidez na adolescência, buscando colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre o tema, sendo feito dentro de sala de aula, com 50

participantes, em que os participantes estarão dispostos em cadeiras arrumadas em forma circular, com uma variação de tempo entre 90 minutos (tempo mínimo) e 110 minutos (tempo máximo).

Convidaremos voluntariamente os 50 alunos para participarem diretamente das perguntas do processo de intervenção. Em interação direta com os participantes, haverá 8 moderadores (Integrantes do grupo de Estágio Básico I) que terão a tarefa de condução do grupo focal, introduzindo a discussão, incentivando a participação de todos, evitando que um ou outro tenha predomínio sobre os demais, e conduzindo a discussão de modo que esta se mantenha dentro dos tópicos de interesse.

Os moderadores se basearão no seguinte roteiro de questões abertas:

- O que você pensa sobre gravidez na adolescência?
- Como é visto o papel da adolescente antes, durante e depois da gravidez?
- Como você atuaria, enquanto estudante de Psicologia, com adolescentes grávidas?

Antes das questões abertas, promoveremos discussões e reflexões acerca do tema, sensibilizando os presentes através da dinâmica do varal, que trará imagens e objetos que reportam o tema, isso se refere ao quebra-gelo. (Tabela 1).

Tabela 1: cronograma de atividades a serem realizadas em grupo.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES			
	Atividade	Por que fazer	Material
1º	Quebra Gelo (Varal)	Proporcionar sensibilização nos alunos e Introduzir o tema "Gravidez na Adolescência" dentro de sala.	Varal com constituição de figuras, objetos e músicas que reportem a infância e a gravidez. O material utilizado será uma caixa de som, um data show, objetos de bebê e fotografias.
2º	Realização do grupo focal	Apreender a percepção dos alunos a respeito do tema gravidez na adolescência e proporcionar um espaço no qual todos os estudantes tenham direito e liberdade de falar o que realmente pensam sobre o tema.	Um número de 60 cadeiras dispostas de maneira circular, uma mesa com café para os participantes e um roteiro semiaberto com três perguntas sobre o tema.
3º	Finalização	Coletar e analisar dados sobre as diferentes percepções e opiniões em relação ao tema gravidez na adolescência.	Vídeo sobre o documentário "Meninas" e devolutiva dos moderadores em relação ao que perceberam através deste método de pesquisa.

RESULTADOS

O trabalho iniciou-se com uma técnica de quebra-gelo, em que foi feito um varal com imagens e objetos que remetem à gravidez e adolescência. Dessa forma, os participantes poderiam observá-lo com o intuito de sensibilizar o grupo a respeito do tema, para fomentar a discussão. A metodologia adotada foi a técnica de Grupo Focal, entendendo que para Morgan (1997) grupos focais são técnicas de pesquisa qualitativa, derivadas das entrevistas grupais, que coletam informações por meio das interações grupais. Teve por objetivo reunir

informações detalhadas sobre o tópico específico do presente trabalho, sendo ele gravidez na adolescência, buscando colher informações que puderam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre o tema, sendo feito dentro de sala de aula, com 52 participantes, em que os participantes estavam dispostos em cadeiras arrumadas em forma circular, com uma variação de tempo entre 90 minutos e 110 minutos.

Foi explicitado por um dos moderadores sobre a condução do grupo, sendo falado que todos poderiam falar livremente o que pensavam sobre o tema, que não existiam respostas certas ou erradas e que se constituiria por 3 perguntas de respostas abertas com o objetivo de coletar dados a respeito do projeto.

Intervenção – Gravidez na Adolescência

1º MOMENTO: QUEBRA GELO

Foi possível perceber que cada pessoa reagiu de maneira singular no momento em que se deparou com as fotos no varal e com o coffee break. Porém, houve uma reação que foi comum a todos: A expressão de espanto positivo ao deparar-se com as imagens no varal e o cuidado manifestado com o coffee break cedido pelo grupo, tendo o objetivo de promover o envolvimento dos participantes. As expressões faciais diziam mais do que palavras. Frases como essa foram ditas: “Nossa, que lindo, deu até vontade de engravidar” – disse uma aluna ao focar as imagens. “Ai que fofo, gente... que demonstração de cuidado” – expressou outra aluna.

A música agiu de maneira complementar nesse processo de sensibilização, que antecede a intervenção propriamente dita.

Um dos moderadores solicitou que todos se levantassem para abraçarem-se.

GRUPO FOCAL

Foram feitas as seguintes perguntas:

1) O que você pensa sobre gravidez na adolescência?

A gravidez foi colocada na perspectiva de um problema de saúde pública, por algumas pessoas; não houve consenso.

Outras pessoas fizeram um paralelo sócio-histórico, posicionando o fenômeno *gravidez na adolescência* numa outra esfera. Nessa perspectiva, o fenômeno não nasceu pronto, mas foi construído com o passar do tempo; com as mudanças que se desencadearam na cultura, princípios, modo de ser, entre outros, no seio da sociedade – nesse caso, a sociedade brasileira.

Com o advento da saúde começou-se a se preocupar com esse fenômeno. No passado – mais ou menos 50 anos atrás -, era comum as pessoas se casarem cedo (entre 12 a 18 anos de idade). Contudo, com o passar dos anos e as mudanças sociais, culturais e de saúde, houve alterações nessa perspectiva. A gravidez na adolescência passou a ser um problema de saúde pública: Conforme os autores Júnior e Neto: “A gravidez na

adolescência é um problema de saúde pública de caráter social, que necessita a implementação de políticas públicas saudáveis para sua redução e melhoria da qualidade de vida das adolescentes.”.

Além disso, tivemos outros posicionamentos, tais como:

“Falta informação e controle de natalidade, uma vez que informação não é conhecimento. Não adianta ter tanta informação, se as pessoas não sabem convertê-la em conhecimento. Mudanças profundas somente acontecerão se isso acontecer. Enquanto as pessoas (principalmente as adolescentes) não se conscientizarem sobre as consequências – em todas as áreas da vida pessoa e social – que a gravidez na adolescência desencadeia, nada ou pouco irá avançar em relação a esse fenômeno.” (Aluno 1)

“Penso que a visão em relação a um tema tão complexo e amplo, não pode ser visto numa perspectiva única e inflexível, mas deve-se ser visto numa visão multifocal. Esse fenômeno não deve ser colocado dentro de uma caixinha e ponto. É essencial fazer um deslocamento e deixar de naturalizar ou sentenciar, para fazer uma análise mais ampla, antes de qualquer coisa deve-se fazer um processo minucioso de investigação no contexto da adolescente em questão – esse deve ser o ponto de partida.”. (Aluno 2)

“Não se deve culpabilizar “esse ou aquele”, pois isso não mudará nada, contudo acentuará ainda mais o problema. A gravidez na adolescência é uma tragédia pessoal e social e também financeira – claro, quando “indesejada” e quando a mãe não tem os meios para subsistência. Como já foi dito: esse é um fenômeno complexo e com muitas variáveis, portanto, deve-se se analisado com muita cautela, cuidado e amplitude. Perguntas como essa devem ser feitas, ao invés de se preocupar os culpados, em minha opinião: Quem está errado - o governo, os pais ou adolescente? Quem é (ou são) o culpado (s)? Será que a gravidez na adolescência é sempre “indesejada”? Qual a razão maior de uma adolescente querer engravidar?” (Aluna 3)

“Quero lançar duas perguntas: Informação é conhecimento? Há muita informação, mas por que há tantas adolescentes grávidas?”. (Aluno 4)

“Bem, a crise chegou lá em casa, não tinha dinheiro para comprar anticoncepcional... não tinha outra opção.” (adolescente 1) Eu precisava de cuidado e de comida, portanto, eu engravidei, e consegui.” (adolescente 2)(Aluno 5)

“Pensem comigo: A gravidez na adolescência não é desejada ou não foi programada? Se ela não foi desejada, então a vida que virá a existência também não será. Em minha opinião, devemos ponderar o que dizemos; e sempre ter em mente que a um ser humano vitimizado e uma vida que está vindo à existência que nada tem haver com o “erro” de quem a gerou.”. (Aluno 6)

2) Como é visto o papel da adolescente antes, durante e depois da gravidez?

“Ela é uma criança grande. É uma criança cuidando de outra criança.” (Aluno 1)

“No que se refere ao pessoal e o social, muitas modificações se desencadearão na vida dela, pois diversas transformações – biológica, psíquica e afetiva – irão acontecer.” (Aluno 2)

“Acredito que se não houver um processo interventivo (seja do pai, mãe, outros) com a adolescente, o papel – seja antes, durante ou depois – dela pouco mudará. É algo delicado, pois envolve muitas variáveis e a singularidade do sujeito.”. (Aluna 3)

“Sobre o papel dela eu pouco posso lhe dizer, mas posso lhe dizer uma das principais causas do “querer engravidar na adolescência”. Aqui segue: “Eu quis engravidar, pois nunca tinha me sentido amada, portanto, queria amar alguém” (frase de uma adolescente mãe). Para essa menina, que recebera pouco afeto durante sua vida, ter um filho é uma tábua de salvação. Seria justo julgá-la?”. (Aluna 4)

“O papel dela pode mudar como também pode pouco ou nada mudar. Isso vai depender tanto da estrutura da personalidade dela, das pessoas que estão a sua volta e das políticas públicas voltada para a adolescente grávida. Para mim, esse fenômeno é de cunho social, afetivo, familiar, cultural e psicológico, portanto, como já foi dito, deve ser tratado e analisado com muito cuidado, antes de qualquer palavra ou intervenção. Penso que o papel delas (das adolescentes) não se processa por uma vida única e nem só de uma forma, deve-se ampliar a visão para não restringir a ação. Antes de querer saber o papel dela, é essencial se perguntar: Qual o impacto que a gravidez na adolescência traz para a adolescente em questão? Na visão dela isso é uma tragédia ou uma dádiva existencial?”. (Aluno 6)

“Pouco posso falar sobre o papel, mas posso dizer algo que ajuda a construir esse papel: O poder da mídia. A mídia compra e vende o medo, e não o bom senso. A banalização do sexo contribui grandemente para a banalização da adolescência e da vida. Sem querer ser moralista ou fundamentalista, em nosso tempo o sexo é visto com simples e puramente como um objeto de satisfação, e não como uma dádiva, um presente. Um presente que deve ser cuidado, honrado e amado, com sabedoria e sensatez. Não vou me delongar e nem tentar explicar a minha frase, pois acredito que todos vocês têm a capacidade de refletir e tirar suas próprias conclusões. Obrigado por me permitir contribuir com a discussão.” (Aluno 7)

3) Como você atuaria, enquanto estudante de Psicologia, com adolescentes grávidas?

A proposta dessa pergunta era levantar argumentações, opiniões e/ou conceitos sobre como os acadêmicos de psicologia agiriam em casos que envolvessem grávidas adolescentes. Porém, ao questionarmos o grupo perante essa conduta, houve percepções e escutas diferenciadas ao refletirem sobre o que fariam diante de tal situação. Em um primeiro momento houve certo receio em falar sobre possíveis intervenções, talvez pelo fato de nunca terem entrado em contato com o tema em questão. Porém, em um segundo momento, conseguiram pensar sobre como agiriam diante da situação, a partir das vivências e experiências que já tiveram com o assunto, sendo elas dentro ou fora de sala de aula.

Dessa forma, os alunos tiveram os seguintes posicionamentos:

“Antes de qualquer coisa, eu perguntaria a ela o seguinte: O que essa gravidez significa para você? Como você se vê, agora que é mãe? Como é o lugar (lê-se contexto) em que

você vive? Como é a relação com sua família depois de sua gravidez? Só depois de ter essas perguntas bem respondidas, eu começaria a intervir”. **(Aluno 1)**

“Primeiramente, eu começaria a conversar com ela, objetivando estabelecer um ambiente propício para começar a intervenção. É necessário que a adolescente confie em mim, senão a intervenção não acontecerá. Após isso, eu preciso me isolar da situação, por em um caixa todos os meus pressupostos e preconceito, para que eu possa escutá-la sem julgá-la. Olhar sempre o ser humano que está a minha frente; dividir com ela o momento que ela está passando. Em suma, sair da posição de Senhor do Saber, para colocar-me somente como um ser humano disposto a ouvi-la. Assim que ela permitir-me fazer parte da história dela, eu poderei ajudá-la”. **(Aluna 2)**

“O psicólogo é um espelho, portanto, ele deve espelhar coisas boas, confiança, entusiasmos, etc. Tendo sempre em mente que ele também se constrói no processo terapêutico – ele ajuda e é ajudado. Ele deve sair da posição de senhor do suposto saber, e com humildade conduzir o processo terapêutico. Digo isso, pois se não houver uma relação de interdependência, confiança e empatia, o tratamento psicoterápico não acontece. Ou em outras palavras, não se consegue ajudar o paciente a ampliar sua consciência e vencer seus desafios, sejam eles externos ou internos.”. **(Aluna 3)**

“Eu começaria fazendo estas três perguntas: Quem você foi? Quem você é? O que você deseja ser? Você ver sentido para sua vida? A partir das respostas poderei conduzir o processo terapêutico com maior segurança e eficácia. É preciso ter em mente que deve-se escutar bem as respostas, e não somente ouvi-las. Ouvir não é escutar. Escutar é ser atento e detalhista; é conduzir o processo terapêutico a luz de um método sistematizado e claro... e estando consciente que passado, presente e futuro são interligados, não há divisão. O sujeito deve ser analisado de maneira holística”. **(Aluno 4)**

DISCUSSÃO

Encontramos no discurso dos alunos aspectos psicológicos que puderam ser identificados por meio das perguntas discutidas no grupo focal. Tais aspectos serão retomados neste momento afim de se compreenderem por meio do referencial teórico da Psicologia Analítica.

No caso da primeira pergunta, encontramos nas respostas dos **Alunos 1, 2, 3 e 4** a importância da conscientização do conhecimento a respeito da maternidade para a jovem grávida bem como compreender o contexto da história de vida pessoal dessa jovem que vivencia fortes mudanças em si mesma. Com base na resposta destes alunos nos remete a confirmação do que a autora Gallbach (1995) apontou de que o processo de gravidez está totalmente integrado a vivência, atitude e conscientização da mulher. A autora ainda enfatiza que caso a atitude materna venha permanecer apenas em uma atitude instintiva, a mãe não alcançará um desenvolvimento psicológico real na relação com o filho.

Considerando ainda na primeira pergunta, identificamos na resposta do **Aluno 5**, na expressão da adolescente citada por ele, a manifestação de um tipo de complexo materno considerado como a *Identificação com a mãe*, pois, uma vez que a jovem comenta da

necessidade de ser cuidada e alimentada, ela demonstra um posicionamento de desamparo que se expressa no sentimento de inferioridade, conforme foi mostrado por Jung (2007d, §169) e Gallbach (1995).

Por último, na primeira pergunta, destacamos a resposta do **Aluno 6** que enfatiza a gravidez indesejada na qual a criança não receberá afeto e nem amor. Diante dessa situação, que corresponde à realidade de muitas jovens pode corresponder à manifestação de outro tipo de complexo materno identificado por Jung (2007e, §170-171), *defesa contra a mãe*, a filha terá irritabilidade e impaciência ou insatisfação em tudo que se refere à maternidade e por isso não aceitando a gravidez. Por outro lado, nessa resposta podemos ainda observar a possibilidade de uma jovem ter sido violentada por um estupro, por exemplo, nesse caso estaremos diante de um aspecto sombrio na sua história de vida pessoal que, por sua vez, será projetado no filho. Logo, o filho será a projeção da sombra da mãe. Conforme citamos a respeito do conceito da sombra, segundo Jung (2000, § 13-19).

Na segunda pergunta, identificamos nas respostas dos **Alunos 2, 3, 4 e 6** a valorização da construção histórica da vida da adolescente para analisar o significado da gravidez para ela. Com base nesse valor da análise histórica da vida dessa jovem nos deparamos com aspectos obscuros da personalidade que podem ser vistos com maior clareza, sobretudo, nas respostas dos **Alunos 4 e 6**, constituindo, por fim, conforme citado por Jung (2000, § 13-19), sombra.

Cabe enfatizar ainda na segunda pergunta a resposta do **Aluno 7** que aborda o sexo sendo visto como um objeto de satisfação principal. No âmbito da gravidez na adolescência, podemos observar se uma jovem que se tornou grávida como consequência das suas aventuras sexuais sem estar associado a qualquer instinto materno, dependendo do seu contexto histórico de vida pessoal, poderá ser visto como a manifestação de outro tipo de complexo materno proposto por Jung (2007c, §168), *Exaltação do eros*, em que a mulher desse tipo de complexo fica muito vulnerável às relações apaixonadas e sensacionais por elas mesmas. Seu objetivo principal é somente a satisfação erótica pessoal sem estar associado a qualquer instinto materno.

Por fim, na terceira e última pergunta, observamos em todas as respostas dos alunos participantes que a pessoa do terapeuta descrita parece assumir a projeção da figura materna positiva, ou seja, o complexo materno positivo, conforme citado por Jung (vol. IX/1, § 156-160). Tal figura positiva consiste em expressar a maternidade por meio de atitudes de bondade, de cuidado, daquela pessoa que sustenta, que colabora no crescimento do outro, e, por fim, aquela que alimenta o outro na posição de filho. Na relação terapeuta e paciente, segundo a forma como os participantes responderam, demonstrou-se que o terapeuta assumiria uma postura dessa figura materna positiva como maneira de favorecer a confiança e aproximação no processo analítico.

CONCLUSÃO

O principal objetivo desse grupo focal foi reunir informações detalhadas sobre o tópico específico, buscando colher informações que pudessem proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre o tema. Percebemos que houve por parte dos

acadêmicos de Psicologia um envolvimento e interesse para com o tema, no qual puderam expor relatos pessoais e de terceiros, ampliando suas percepções por meio da fala.

O trabalho nos indicou caminhos em rever o conceito de gravidez na adolescência não somente como uma experiência negativa, mas que após essa gestação é possível apresentar-se com um novo modelo de vida, de novas perspectivas. Percebeu-se também que a figura do Psicólogo na saúde tem um papel principal nesse processo baseado em melhoria das condições financeiras, de educação, perspectiva de vida, alfabetização e controle de natalidade para uma melhor qualidade de vida.

A maternidade começa no período da gestação em que a mulher vivencia desde já diversas transformações tanto no corpo quanto na psique. Essas mudanças a possibilitará reconhecer aspectos psicológicos que estarão associados ao seu instinto materno bem como a sua vida pessoal constituída também na relação entre a mãe e ela. Baseado nessa relação entre o instinto materno e a vida pessoal da jovem, o terapeuta, sobretudo na perspectiva junguiana, poderá observar o desenvolvimento e a manifestação do complexo materno contextualizado na vida daquela adolescente.

No que se refere aos acadêmicos da graduação em Psicologia, foi possível observar que a partir desses quatro tipos de complexo materno poderão ajudá-los a identificar minuciosamente as causas que acarretaram essa gravidez ter sido desejada ou não, afim de encorajar a jovem de superar suas dificuldades maternas.

Logo, o grupo objetivou com a metodologia do Grupo Focal, possibilitar aos estudantes aproximarem-se de suas crenças, valores, percepções e conhecimentos, proporcionando assim, a partir de suas falas, buscar uma mudança e/ou compreensão de si e do grupo, com o intuito de potencializar a quebra do imaginário social, viabilizando a promoção de outro olhar sobre a conduta do psicólogo, a problematização da nova estrutura familiar e as perspectivas para essa adolescente mãe.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, PH. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Zahar, 3ª edição, 1978.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CAVASIN, Sylvia; ARRUDA, Silvani. Silvani Arruda: Desejo Ou Subversão?. **Prevenir É Sempre Melhor**, São Paulo, n. 2, p.40-62, 1999. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/156_04PGM2.pdf.> Acesso em: 17 mai. 2015.

DADOORIAN, Diana. **Gravidez na adolescência: um novo olhar**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 84-91, Mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012&lng=en&nrm=iso.> Acesso em: 17 mai. 2015.

FERREIRA, A.B. H. **Novo Dicionário (Aurélio) da Língua Portuguesa**. 1ª ed. 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GALLBACH, Marion Rauscher. **Sonhos e gravidez: iniciação à criatividade feminina**. Coleção Amor e Psique. São Paulo: Paulus, 1995.

GRAVIDEZ na adolescência: Contextualização sócio-histórica do tema. Puc-Rio, Rio de Janeiro, p.14-29, 23 fev. 2012. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912441_2011_cap_2.pdf> Acesso em: 17 mai. 2015.

Grupo Para Adolescentes Gestantes: Quebrando ciclos transgeracionais de violência e gravidez precoce. Acer Brasil: Desenvolvimento humano e comunitário, Diadema, p.1-3, 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.acerbrasil.org.br/arquivos/stpauls/stpauls3.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2015.

GUANABENS, Marcella Furst Gonçalves et al. Gravidez na adolescência: um desafio à promoção da saúde integral do adolescente. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, supl. 2, p. 20-24, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022012000300004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 17 mai. 2015.

JUNG, C. G. A sombra. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume IX/2: Aion – estudos sobre o simbolismo do si-mesmo.** Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha, O.S.B; revisão técnica de Jette Bonaventure. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. A importância do inconsciente para a educação individual. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume XVII: O desenvolvimento da personalidade.** Tradução de Frei Valdemar do Amaral; revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. O arquétipo materno. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume IX/1: Os arquétipos e o Inconsciente coletivo.** Tradução de Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007a.

_____. A hipertrofia do aspecto maternal. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume IX/1: Os arquétipos e o Inconsciente coletivo.** Tradução de Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007b.

_____. Exacerbação do eros. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume IX/1: Os arquétipos e o Inconsciente coletivo.** Tradução de Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007c.

_____. Identificação com a mãe. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume IX/1: Os arquétipos e o Inconsciente coletivo.** Tradução de Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007d.

_____. Defesa contra a mãe. **Obras Completas de C. G. Jung. Volume IX/1: Os arquétipos e o Inconsciente coletivo.** Tradução de Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007e.

MANFRÉ, Camila Cristina; QUEIRÓZ, Sara Gomes de; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **R. Bras. Med. Fam. e Comun.**, Florianópolis, v. 5, n. 17, p.48-54, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/viewFile/205/155>> Acesso em: 17 mai. 2015.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitativere search.** London: Sage, 1997

TEIXEIRA, Samia da Costa Ribeiro. **Gravidez na adolescência: perspectiva de um novo rearranjo familiar.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde, UESB, Jequié, BA, 2013. 192p. Disponível em:

<<http://www.uesb.br/ppgenfsaude/dissertacoes/turma3/SAMIA%20DA%20COSTA%20RIBEIRO%20TEIXEIRA.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2015.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 17 mai. 2015.

Zaganelli FL, Ferreira RA, Lamounier JA, Colosimo EA, Santos ASM, Zaganelli FL. Gravidez da adolescente em hospital universitário no Espírito Santo, Brasil: aspectos da gestação, parto e repercussões sobre o recém-nascido. **AdolescSaude**. 2013; 10(1):7-16. Disponível em: <<file:///C:/Users/rapha/Downloads/v10n1a02.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2015.

WHO (World Health Organization). Trabalhando juntos pela saúde. **Relatório Mundial de saúde**, 2006. Disponível em: <http://www.who.int/whr/2006/06_overview_pr.pdf> Acesso em: 17 mai. 2015.

DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS: A (IN) CONSISTÊNCIA DA POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS

Monique Vilela Timm¹, João Santos Neves²

1. Graduação em Direito, Faculdade Brasileira – MULTIVIX VITÓRIA.
2. Especialista em Ciências Criminais, docente– MULTIVIX VITÓRIA.

RESUMO

O presente estudo tem como ideia principal tratar sobre a forma com que as drogas são vistas nos dias atuais, uma vez que o seu uso é datado há mais de mil anos e esteve presente durante a história da humanidade. Porém, durante a Revolução Industrial foi iniciado um movimento proibicionista, visando proibir o consumo, produção e a venda, criando então, uma “guerra às drogas” que perpetua ao longo dos anos. O presente estudo fará uma retrospectiva acerca da história das drogas e o momento em que foi proibida, problematizando a política de “tolerância zero” e apontando a função da mídia em relação à vinculação de notícias referentes ao comércio ilícito dessas substâncias, posicionamento que contribui diretamente na criminalização e marginalização do pobre. Nesse sentido, busca-se com esse trabalho destrinchar o mito que foi idealizado ao longo dos anos, trazendo ainda algumas observações sobre a Lei 11.343/06, que é composta por tipos penais em branco, além de possuir dispositivos ambíguos. Portanto, a seguir será analisado a (In) consistência da Política de Guerra às Drogas.

Palavras-chave: Drogas. Descriminalização. Lei..

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas está presente ao longo de centenas de anos, conforme afirma MacRae. Porém, atualmente, grande parte dessas substâncias é considerada ilícitas, como, por exemplo, as comumente conhecidas maconha, cocaína e anfetamina. Sendo que, nem sempre as substâncias, hoje ilícitas, foram proibidas, tendo o início de sua proibição se iniciado no século XX, em decorrência da ascensão do capitalismo e da moral puritana, que acabou por criar uma guerra contra o consumo, produção e comercialização.

No presente artigo, por meio de revisão bibliográfica será exposto, em um primeiro momento, como aconteceu o movimento proibicionista, ligado às disputas econômicas capitalistas e ao controle de classes minoritárias do início do século XX. Posteriormente, trará uma visão das drogas como um “mal ontológico”, abordando notícia vinculada pela mídia que expõe a droga como esse “mal”, atuando na criação de inimigos imaginários, e abordando, ainda, uma visão de base criminológica crítica que expõe e contraria a política de “tolerância zero”.

Adota-se aqui o método dialético, segundo o qual, como afirma Marconi (2004, p.46) “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento [...]”, ou seja, o fim de um processo é o início de outro e, ainda, a concepção pós-moderna da ciência, que, como Santos (2001, p.77) traz: “sendo total, não é determinístico [...]”, ou seja, é um conhecimento acerca das condições de possibilidades.

Para analisar a Lei 11.343/2006 em seu contexto atual, o presente artigo utilizará como base o autor Salo de Carvalho, para investigar a questão da (in)constitucionalidade da referida lei antitóxicos brasileira.

Por fim, pretende-se responder se é consistente a política de “guerra às drogas” utilizada nos dias atuais, que aponta que a repressão é o único meio capaz de lidar não apenas com o comércio, mas também com a produção e o consumo dessas substâncias.

HISTÓRIA DO USO E CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

Os registros sobre o uso de drogas são datados desde a pré-história. Como aponta o autor:

Desde a pré-história os membros das diferentes culturas humanas têm sabido utilizar plantas e algumas substâncias de origem animal para provocar alterações de consciência com os mais variados fins. Assim tábuas sumérias do terceiro milênio A.C., cilindros babilônicos, imagens da cultura cretense-micênica e hieróglifos egípcios já mencionam os usos medicinais do ópio e o próprio Homero o menciona na *Odisséia* como algo que “faz esquecer qualquer sofrimento”. (MACRAE, 2001, p.3)

MacRae (2001, p. 3-4) afirma, ainda, que o uso de substâncias psicoativas começou em diferentes áreas do mundo e que cada cultura fazia uso de uma substância diferente. Por exemplo, o uso da papoula que se originou na Europa e Ásia Menor, o cânhamo na China, local onde foi encontrado restos de sua fibra de 4000 a.C. O uso dos alucinógenos é datado desde a Idade Média, na Europa e eram usados pelos celtas.

O tabaco era usado desde os tempos pré-colombianos na América, também se encontra registros sobre o uso de plantas visionárias. Já na África, fazia-se uso da iboga, dotado como princípio ativo do LSD.

Porém, as substâncias psicoativas passaram a ser utilizadas com mais frequência entre os séculos XVIII e XIX e, com a invenção da agulha hipodérmica, os médicos receitavam o ópio como analgésico e usavam a heroína como relaxante muscular.

A criminalização das drogas sempre esteve envolvida com disputas econômicas, subsequente àquelas decorrentes da ascensão do capitalismo, tendo sua proibição iniciada juntamente com a Revolução Industrial (D’ELIA FILHO, 2007, p.79).

D’Elia (2007, p.78) afirma que, no ano de 1909, a Liga das Nações convocou uma reunião na qual seria formada a Comissão de Xangai, que trataria a questão do ópio, porém, a forma de consumo proibida foi a de fumar ópio, considerada a menos agressiva, enquanto seus derivados, como, por exemplo, a morfina e a heroína, continuavam fora das restrições. O autor supracitado (2007) afirma que essa proibição se deu pelo fato de que, com o início da Revolução Industrial, era necessária uma mão de obra que trabalhasse doze (12) horas por dia e os efeitos das drogas, como ópio, eram indesejáveis. Sendo os chineses os únicos que fumavam ópio na época, tinha-se a intenção de deslocar a mão de obra deles, visto que, a competição deles se tornou ameaçadora. Portanto, torna-se evidenciado que o que predominou foi o interesse econômico.

Ainda segundo D’Elia Filho (2007, p.79)

Prejudicados com a proibição do comércio de ópio, os ingleses condicionaram a sua participação na Convenção de Haia à inclusão de outras substâncias no ternário do evento, tais como os derivados do ópio e a própria cocaína, fazendo com que o ônus econômico da proibição recaísse também sobre outros países, a exemplo da Alemanha, Holanda e França, que comercializavam a cocaína através da emergente indústria farmacêutica. Apesar de algumas resistências, o acréscimo das demais substâncias foi aprovado, dando início ao controle internacional das drogas, e

marcando, até hoje, a nomenclatura "narcótico" e "entorpecente" para designar diferentes substâncias psicoativas, haja vista que a cocaína é um estimulante; a maconha um alucinógeno, sendo somente o ópio e suas derivadas substâncias entorpecentes, mas que por encabeçarem a proibição passaram a identificar as demais substâncias por essa designação equivocada e, como já visto no capítulo anterior, funcional em sua imprecisão.

O proibicionismo se inicia por interesses econômicos e políticos, e foi marcado pela competição entre países que possuíam prevalência na economia mundial. Porém, foi nos Estados Unidos que a proibição se tornou prioridade política, sendo marcado pelo “conservadorismo da moralidade e dos bons costumes” (D’ELIA FILHO, 2007, p. 81). D’Elia Filho (2007, p.81) aponta que o proibicionismo foi uma forma de mascarar o controle social que os Estados Unidos exerciam sobre as minorias, que diziam que o uso era um elemento cultural.

No ano de 1919 foi aprovada a Lei Seca nos Estados Unidos, que proibia a produção, importação, exportação e venda de bebidas alcoólicas, e criou “a primeira grande rede de traficantes e organizações, que se dedicaram a suprir o mercado ilícito criado em consequência da Lei Seca” (D’ELIA FILHO, 2007, p. 84). A proibição levou a população ao uso de bebidas muito mais nocivas a saúde, devido à alteração em sua composição. A Lei Seca foi revogada em 1933 e, assim, o lucro que passou a ser recebido pela venda do álcool foi o principal responsável pela superação da crise de 1929, porém, mesmo com a liberação do álcool, as outras drogas continuavam proibidas e, em 1937, foi a vez de proibir o cultivo e comercialização da maconha em solo estadunidense.

A grande depressão americana parece ter sido o impulso econômico para a criminalização da maconha, que era usada naquela época de forma muito restrita pela população dos EUA, mas que tinha grande aceitação e consumo junto aos mexicanos que, a partir da quebra da bolsa de valores norte-americana, passou a ser mão de obra competitiva, não desejada em razão da crise econômica. (D’ELIA FILHO, 2007, p. 83).

Com a conferência de Genebra no ano de 1936, foi imposto o proibicionismo a partir do modelo americano, este que obrigava os países participantes a criarem departamentos de repressão ao tráfico de drogas nos seus moldes. A partir da década de 50 foram editadas duas leis que visavam combater o uso da heroína, visto que, ela se tornou mais acessível (D’ELIA FILHO, 2007, p. 83).

Como os maiores usuários da heroína eram os negros que viviam nos grandes centros urbanos, como Nova York, o aumento no consumo da heroína havia crescido, D’Elia Filho (2007, p. 85) afirma que isso “foi o estopim para uma nova e difusa associação entre depravação moral e degradação física. O fervilhante mundo do jazz e os guetos de negros passaram a ser vistos pela América branca como antros de cultivo ao vício”.

D’Elia Filho (2007, p. 85) alega que foi nos anos 60 que houve grandes modificações na política internacional de drogas, foi estabelecido e difundido o modelo “médico-sanitário, considerando a droga como sinônimo de dependência”, a partir daí, é declarado “guerra às drogas” pelo então presidente dos Estados Unidos, que abordava um discurso de controle de psicoativos alcançou um patamar de alta regulamentação. Esse discurso passa a ser utilizado no Brasil durante a ditadura militar tendo “a conduta dos usuários de drogas foi equiparada legalmente em suas penas à conduta de traficantes, um “comunista”, um

“traficante” e um “maconheiro” representavam o mesmo perigo para os valores estabelecidos pela ditadura militar” (D’ELIA FILHO, 2007, p. 98).

A partir desse modelo é que se estabelece a distinção entre consumidores e traficantes, nesse momento é que se delineia um modelo jurídico-político que culminou com a declaração de “guerra às drogas”, passando o traficante a ser visto como “inimigo” e para o usuário são oferecidas alternativas descriminalizadas. Assim, o consumo de drogas deveria ser visto como um “vírus contagioso” e não como cultura.

Como os outros países da América do Sul, o Brasil passa a assumir esse discurso “médico-jurídico”:

Em 10 de fevereiro de 1967 é editado em nosso país o Decreto-lei 159 que fazia referência expressa às "substâncias que produzam dependência", sendo o segundo Estado no mundo a considerar tão nocivo o uso de entorpecentes como o de anfetamínicos e alucinógenos. Contudo, até então, continuava em vigor o disposto no art. 281 do Código Penal Brasileiro, com a seguinte redação, que não distinguia às condutas do traficante e usuário: Importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou de qualquer maneira entregar ao consumo substância entorpecente. (D’ELIA FILHO, 2007, p. 88)

Porém, esse discurso requeria investimento e recursos não disponíveis, o que acabou gerando estereótipos bem definidos, ou seja, tudo dependia de quem consumia. Se fosse alguém da favela, estava cometendo algum tipo de crime, visto que a substância psicoativa os deixava agressivos, se fossem os meninos “brancos”, as drogas os deixavam “apáticos”, a partir daí, os habitantes das favelas passaram a ser considerados bandidos e os meninos de bem, eram enviados a clínicas particulares.

Sendo assim, é possível verificar que a proibição das drogas ao longo desses anos demonstra uma “cortina de fumaça” no que diz respeito a sua real função. A guerra às drogas tem servido para criminalizar a pobreza, tendo em vista que, as pessoas que não possuem nenhuma perspectiva de inclusão social se inserem nesse mundo apenas por considerarem ser a ‘única saída’.

O uso das substâncias psicoativas é datado há mais de 1000 (mil) anos, sendo que, cada cultura fazia uso de alguma substância que, hoje, é criminalizada. Porém, entende-se que o consumo de tais substâncias é uma decisão que cabe ao particular de cada um, no individual, sendo portando, inviolável pelo Estado.

DROGAS: UM MAL ONTOLÓGICO?

Nos últimos tempos, as drogas passaram a ser vistas pela mídia e pela população em geral como um mal ontológico, sendo a “guerra às drogas” o carro chefe da criminalização da pobreza. Imputam aos “traficantes” diferentes práticas ilícitas, passando a criar uma categoria fantasma, que não tem mais cara, não é humana, e, sim, algo ontologicamente ruim, essencialmente “do mal”.

Não somente a polícia, como os veículos de comunicação, ao difundirem a cultura do medo, por hábito, relacionam o aumento das prisões ao da participação de alguns estratos sociais

no tráfico das drogas ao aumento da violência, correlação esta, que não se faz presente. (D'ELIA FILHO, 2007, p.115).

Diariamente, são publicadas notícias que afirmam que a droga é o 'mal do século'. No Jornal do Comércio foi publicado um artigo com título de "Drogas são o verdadeiro mal do século XXI" no dia 14 de maio de 2014, dizendo que:

Nos laboratórios, ano após ano, são produzidas substâncias cada vez mais alucinógenas e que causam efeitos terríveis. Na mente e no corpo, provavelmente gerando assassinos em série como ocorre nos Estados Unidos, uma sociedade enferma.

De acordo com o autor Salo de Carvalho (2013, p. 63-64), foi com a criação de instrumentos totalizantes de repressão, como o modelo médico-sanitário-jurídico que possui o intuito de controlar os sujeitos envolvidos com drogas, passando a distinguir o usuário como uma pessoa doente e o traficante como delinquente, ou seja, trouxe o discurso que estabeleceu a ideologia da diferenciação.

A partir da ideologia da diferenciação é que o discurso do traficante visto como um criminoso, este que seria o corruptor da moral e da saúde pública, e que seria submetido ao sistema penal e sobre o usuário, seria dado o discurso médico-psiquiátrico, que vem a necessitar de ajuda, visto que, foi corrompido. (CARVALHO, 2013, p.64)

Como observa Salo de Carvalho:

O caminho percorrido pela legislação brasileira de drogas, pode-se visualizar que a tecnologia legal possibilitou o desencadeamento de política de repressão integrada na otimização do projeto global de guerra às drogas. (CARVALHO, 2013, p. 83)

Posto isso, Salo de Carvalho afirma que o Movimento de Defesa Social (MDS) nega as concepções tradicionais do direito penal liberal, tendo a função preventiva da pena pautada no conceito de ressocialização, porém, ao analisar a adoção de categorias como periculosidade, reeducação, personalidade desviante, prevenção da reincidência, acaba por desmentir o projeto humanitário exposto pelo MDS (CARVALHO, 2013, p.91).

Ainda entende que, a adesão brasileira ao processo de criação da rede de cooperação internacional para o controle da criminalidade das drogas é realidade palpável, entendendo que é possível utilizar-se dessa base ideológica para que se possa atualizar e projetar novos passos do repressivíssimo (CARVALHO, 2013, p.84).

Salo de Carvalho (2013, p. 242) traz que, no caso brasileiro, a Lei 11.343/06, apesar de dizer que possui intervenções redutoras, prevê medidas descarcerizantes que acabam sendo consumidas pela lógica da punitividade. Fato esse que propicia a identificar a base argumentativa da nova lei a inversão ideológica do discurso de contração de riscos, ou seja, ela anuncia uma política de redução de danos, porém, sua instrumentalização reforça a lógica repressiva.

Outro fator que sustenta o discurso autoritário da política criminal de drogas no Brasil pode ser identificado como Movimentos de Lei e Ordem, que possui, assim como o Movimento de Defesa Social, instrumentalizadores positivos de ideologias negativas (ocultadas), cuja função é intensificar o combate à criminalidade, eles entendem que o direito penal é o único

instrumento capaz de solucionar o problema da sempre crescente criminalidade. (CARVALHO, 2013, p.97)

De acordo com Salo de Carvalho (2013, p.113), a estratégia utilizada na Operação de Invasão do Morro do Alemão, que já havia sido utilizada no ano de 1994, foi frustrante. Segundo Salo de Carvalho, as consequências do fracasso da Operação Militar foram notórias, visto que promoveu: (a) insucesso no controle do tráfico e (b) inúmeras lesões aos direitos fundamentais da população residente nas áreas de intervenção.

Quando os representantes dos países das agências internacionais de controle e de Organizações Não Governamentais se reuniram em Viena e foram confrontados com estudos realizados pelos centros de pesquisa, que investigam a política criminal das drogas, com os diagnósticos que possuíam um balanço que possibilita verificar que a estratégia internacional de “guerra às drogas” sustentada pela criminalização:

(a) não logrou os efeitos anunciados, de eliminação do comércio ou de diminuição de consumo, (b) provocou a densificação no ciclo de violência com a produção da criminalidade subsidiária e (c) gerou a vitimização de grupos vulneráveis, dentre eles consumidores, dependentes e moradores de áreas de risco. (CARVALHO, 2013, p.121)

A tonalidade na apresentação dos relatórios e os discursos sobre as estratégias a serem seguidas na próxima década indicaram, inclusive, certo constrangimento da Comissão de Estupefacientes, tendo como reflexo a apresentação da “Declaração Política e Plano de Ação sobre Cooperação Internacional”, que possui expressamente indicada a necessidade de adoção de estratégia integral e equilibrada para abordar o problema mundial das drogas. (CARVALHO, 2013, p. 121)

Com base nas consequências econômicas da criminalização, ficam evidentes dois fatores: a variação no preço das substâncias entorpecentes e os custos de manutenção do sistema repressivo. O fato da manutenção da ilicitude faz com que a ilegalidade crie um mercado lucrativo, tendo como maiores prejudicados os consumidores. (CARVALHO, 2013, p.246)

Já nas consequências na estrutura das agências penais, constata-se o alto custo dos processos de conhecimento, de execução penal e o financiamento das políticas repressivas. Porém, o principal problema da ilegalidade, como afirma Salo de Carvalho, é a

Derivação da criminalidade secundária. A manutenção clandestina do comércio implica desdobramento de inúmeros delitos relacionados às drogas, sobretudo envolvendo profissionais das próprias agências repressivas em delitos como corrupção e extorsões. (CARVALHO, 2013, p. 249)

Paralelo a essas consequências apontadas acima existe também o ingresso de usuários e dependentes em “bocas de fumo”, além de outro dado relevante, o de que as pessoas que integram e/ou se relacionam com o mercado ilegal têm obstado o acesso ao sistema judicial para resolução de conflitos. Sendo assim, os conflitos acabam sendo resolvidos de forma violenta. (CARVALHO, 2013, p. 249-250)

Visando os imensuráveis danos que o proibicionismo traz a sociedade, Rodrigues (2003, p.7) aponta que a

Legalização com forte controle estatal, na qual o narcotráfico sucumbiria pela concorrência de um Estado droguista que produzisse e vendesse psicoativos ou que, ao menos controlasse a comercialização em pontos específicos de venda.

Seria a solução mais progressista e tolerável, visto que, os danos vêm atingindo a camada mais vulnerável da sociedade e, considerando o fato do uso de drogas estar presente ao longo dos anos, ele deve ser visto como autonomia do sujeito, que cada um seja capaz de deliberar acerca do uso de qualquer tipo de substâncias em seu entorno.

Salo de Carvalho traz que, além dos problemas relacionados à soberania dos países envolvidos, é indispensável notar que com a implementação das políticas de segurança militarizadas causou subsidiariamente violações extremas aos direitos fundamentais da população aos países que a adotaram e, sendo assim, é possível concluir que em relação com a sua finalidade declarada à política de “guerra às drogas” é um grande fracasso, visto que não possui nenhum resultado na erradicação ou no controle razoável do narcotráfico. E tem como um efeito visível a constante violação dos direitos e garantias fundamentais dos grupos vulneráveis da população. (CARVALHO, 2013, p.116)

Em contraponto a essa posição que vê a droga como um mal em si e defende a criminalização das drogas, há uma posição que entende que a descriminalização pode abrir políticas inovadoras e trazer uma eficácia maior na redução de danos provocados pelas drogas. Salo de Carvalho (2013, p. 454) afirma que, caso se tornasse legal, acabaria por possibilitar sua visibilidade, passando a abrir espaço para o incremento de informação educacional, para o incentivo agrícola de culturas alternativas e para a regulamentação do comércio e uso de substâncias entorpecentes.

Sendo assim, é possível concluir que não é o poder punitivo que irá transformar a sociedade, uma vez que a pena aplicada a quem o descumprir é apenas um repressor da mudança, essa transformação deve acontecer através da economia e com a criação de projetos sociais.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.343/06

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde):

Droga é qualquer substância que, introduzida no organismo, interfere no seu funcionamento. Consequentemente, tanto é droga a maconha quanto a aspirina e o antibiótico; tanto o álcool quanto a cocaína; tanto o cigarro quanto LSD; tanto o cafezinho quanto o lança perfume. O que varia é como atua no organismo de cada indivíduo, bem como a finalidade, pois, quando a droga é empregada com finalidade terapêutica, ela passa a denominar-se medicamento.

A Organização Mundial da Saúde entende que a prevenção ao uso de drogas é algo ‘sem sentido’, visto que não é algo que se possa prevenir e que ela pode ser usada de formas diferentes pelo homem, não se podendo dizer, portanto que ela é algo bom ou ruim, o que irá torná-la algo destrutivo ou criativo é a maneira pela qual o homem se relaciona com ela.

O Ministério da Saúde define droga e entorpecente como:

Substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária.

Entorpecente - Substância que pode determinar dependência física ou psíquica relacionada, como tal, nas listas aprovadas pela Convenção Única sobre Entorpecentes, reproduzidas nos anexos deste Regulamento Técnico. (SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998).

Ao comparar a definição dada pela Organização Mundial da Saúde e a dada pelo Ministério da Saúde, torna-se visível a diferença entre ambas, a primeira entende que droga é toda substância que interfere no organismo, podendo ser até um cafezinho, enquanto a segunda entende que droga é toda substância ou matéria-prima com finalidade medicamentosa ou sanitária e ainda define que o entorpecente, que seriam as substâncias que podem causar dependência, são aquelas especificadas em lei.

Salo de Carvalho (2013, p.140) traz que

Embora perceptíveis alterações no modelo legal de incriminação, notada pelo desdobramento da repressão ao comércio ilegal em inúmeras hipóteses típicas e pelo processo de descaracterização da conduta de porte para uso pessoal.

É possível afirmar que a base ideológica da Lei 11343/06 continuou com o sistema proibicionista da lei anterior, além disso, é o Ministério da Saúde que vem trazendo o que é lícito ou ilícito no quesito drogas/entorpecentes. Sendo assim, a lógica discursiva diferenciada que havia sido consolidada na década de 70, veio a ser novamente firmada no novo estatuto.

As graves sanções previstas para os sujeitos envolvidos, sejam estes individuais ou organizado com o tráfico de drogas, como vem afirmar Salo (2013, p. 140) “e a sutil implementação de medidas alternativas de terapêutica penal para usuários e dependentes manifestam a lógica histórica da dupla face do proibicionismo”.

Ao analisar a história da legislação brasileira de drogas, Salo de Carvalho (2013, p.83) diz que “[...] pode-se visualizar que a tecnologia legal possibilitou o desencadeamento de política de repressão integrada, na otimização do projeto global de guerra às drogas”.

Tornam-se nítidas as práticas repressivas na Lei 11.343/06, uma vez que ela vai contra as definições da Organização Mundial da Saúde e traz uma política de “guerra às drogas”, que marginaliza o usuário, colocando ele na mesma esfera do traficante, mantendo assim, inalterado o sistema proibicionista trazido pela antiga Lei 6.368/1976.

Os decorrentes problemas de interpretação dos artigos 28 e 33 da Lei 11.343/2006, como afirma Carvalho:

Derivam das formas de construção da tipicidade penal em ambos os delitos, da disparidade entre as quantidades de penas previstas e da inexistência de tipos penais intermediários com graduações proporcionais entre os dois modelos ideais de condutas (comercio e uso pessoal) que representam o sustentáculo do sistema proibicionista. (CARVALHO, 2013, p.315)

Ao comparar os verbos utilizados nos arts. 28 e 33 da lei 11.343/06 é possível verificar grande correlação destes do art. 28 com as hipóteses trazidas no art. 33, que difere as condutas incriminadoras, e que será o fator que trará imensa mudança em sua forma de processualização e punição, é o direcionamento do agir, segundo as elementares subjetivas do tipo do art. 28 (CARVALHO, 2013, p. 317), ou seja, o dolo só estaria presente caso o agente possuísse o fim agir para uso próprio.

No art. 33 da Lei 11.343/06 não existem referências específicas à intencionalidade da ação, o que vem a caracterizar o delito independentemente de sua destinação ao comércio ilícito, ou seja, o que configura o delito é o dolo genérico, basta o agente possuir vontade livre e

consciente de praticar qualquer ação incriminadora, sabendo que está atuando sem autorização legal (CARVALHO, 2013, p. 319)

Há ainda uma arbitrariedade no que diz respeito à definição do art. 28 e do art. 33 da Lei 11.343/06, visto que os verbos presentes em ambos os dispositivos são praticamente os mesmos e a polícia não possui meios eficazes para descobrir se a droga era para consumo próprio ou para venda. Assim, cabe ao juiz avaliar por critérios absolutamente subjetivos para qual fim a droga seria utilizada, atendendo à quantidade da substância apreendida, ao local e as circunstâncias pelo qual se desenvolveu a ação. Portanto, pode-se afirmar que há uma arbitrariedade de juízo no que condizem os artigos 28 e 33 da Lei 11.343/06.

Salo (2013, p. 361-362) afirma que, no caso do direito penal das drogas, “o efeito é a criminalização de condutas essencialmente preparatórias”. O artigo 34, da Lei de Entorpecentes, viola o princípio da lesividade, além de criar um tipo penal vago, vindo a instituir uma criminalização antecipada, violando, assim, a cláusula do devido processo penal. (CARVALHO, 2013, p. 363).

Sobre a insustentabilidade jurídica da criminalização das drogas, inúmeros argumentos foram apresentados. Vale ressaltar que a lógica da política de drogas no Brasil é fruto da opção de modelos punitivos moralizadores, que vêm a sobrepor a razão de Estado à razão de direito, pois desde a estrutura do direito penal constitucional, este torna o tratamento punitivo do uso de entorpecentes injustificável. (CARVALHO, 2013, p. 405).

O discurso de tutela, somado com a sobreposição do bem jurídico e saúde pública à saúde individual dos consumidores, pressupõe um modelo no qual todo usuário se transforma em um potencial traficante. Porém, não se torna lícito, dentro do sistema de liberdade democrática sustentada pelo Estado, punir o viciado, visto que, ele antes de tudo é um sujeito aliado aos argumentos do princípio da lesividade e da autonomia individual, os princípios da igualdade e da inviolabilidade da intimidade e da vida privada, permitem o aumento da tese de inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas. (CARVALHO 2013, p. 408-409).

Acerca do artigo 48, §5º da Lei 11.343/06, Salo (2013, p. 433) traz que o aspecto processual para que se possam avaliar os limites da extensão da transação penal, assim como a legitimidade das condições de cumprimento, é o da inconstitucionalidade de qualquer tipo de negociação pré-processual de natureza punitiva, sejam elas penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, multa ou medidas.

O princípio constitucional da jurisdicionalidade da pena e das medidas, ao impor o cumprimento de requisitos formais e materiais do devido processo penal para que seja limitada a liberdade ou restritos direitos individuais, veda qualquer tipo de processamento sumário sem que se garanta ao imputado o tempo e os meios necessários para defesa. (CARVALHO, 2013, p. 434)

A questão é que, no procedimento estabelecido no art.48 da Lei 11.343/06, não é respeitado o contraditório e a ampla defesa, justamente pelo fato de não ser o momento adequado para que se venha discutir o mérito da causa penal. Portanto, caso seja admitida a homologação judicial da transação penal que venha a determinar ao imputado condições com natureza de caráter análoga às penas ou às medidas previstas na lei, restarão violados os princípios de tutela dos direitos fundamentais previstos da Constituição. (CARVALHO, 2013, p. 434)

Acontece que, no artigo 48, §5º da Lei 11.343/06, como afirma Salo (2013, p. 431) quando o legislador regulamenta a forma de aplicação do instituto da transação penal, ele faculta ao agente acusador propor aplicação imediata da pena. Sendo assim, antes mesmo de pensar no devido processo legal e aplicação de pena decorrente de sentença transitada em julgado, surge a possibilidade punitiva como hipótese de transação.

Segundo Salo (2013, p. 430), a lei 11.343/06 demonstra uma perversidade do proibicionismo, visto que, ao aumentar o limite máximo da pena pela reincidência, tal circunstância atuou como qualificadora o que, no caso do uso pessoal, produziu efeitos mais gravosos do que o da reincidência em qualquer outro delito previsto na lei penal brasileira, inclusive os considerados hediondos.

Portanto, de acordo com Salo de Carvalho (2013, p. 453-455), é possível concluir que a Lei 11.343/06 é caracterizada por dispositivos ambíguos e não traz nenhum avanço no campo do consumo, além de gerar diversas consequências que geram desigual incidência das agências penais, podendo ser percebidas nas esferas econômicas, educacionais, médicas, jurídicas e, individuais. Sendo que, o modelo repressivo às drogas estabeleceu um regime de criminalização secundária, de tipos penais em branco que propiciou o caráter arbitrário, além de haver uma despenalização em relação à quantidade conferida para uso, que favoreceu a tipificação seletiva no tráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos esses anos em que existe a proibição das drogas, é possível perceber que o que se tem demonstrado é apenas um véu em relação a sua real função. Tem-se utilizado essa proibição como uma construção facilitadora da criminalização da pobreza e controle social.

A criminologia crítica, de Salo de Carvalho, assim como de outros autores, entende que o consumo das drogas é opção independente da vontade política estatal, pertence a cada um, na esfera individual, sendo, portanto, inviolável pelo Estado.

Conclui-se que, de acordo com os aspectos que influenciaram a proibição das drogas, é possível entender que a droga dentro da sociedade não deve ser entendida de forma a ser combatida pela polícia, visto que, isto vem acarretando diversos danos sociais.

Por trás do discurso declarado existe um discurso não declarado. O que se percebe é que por trás da lógica declarada de repressão à violência e implementação da saúde pública, está uma funcionalidade diversa, com uma lógica bélica de marginalização e manutenção da desigualdade.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1988.** Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Portaria Oficial da ANVISA. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf> Acesso em: 23 set. 2015

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: um estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06** – Salo de Carvalho – 6. Ed ver., atual e ampliada- São Paulo: Saraiva, 2013

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do Nada: Quem São Os Verdadeiros Traficantes de Drogas**. Editora Revan, 2007.

Drogas são o verdadeiro mal do século XXI. JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 14 de maio de 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=161634>> Acesso em: 25 set. 2015

FERNANDES, Vagner Ribeiro; FUZINATTO, Aline Mattos. DROGAS: Proibição, Criminalização da Pobreza e da Mídia. In. 1º Congresso Nacional de Direito e Contemporaneidade, 2012, Santa Maria. **ANAIS, Santa Maria**: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), p.2-9. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/4.pdf>>. Acesso em: 30 ago.2015

MACRAE, Edward. **Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos**, Universidade Federal da Bahia, 2001. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf> Acesso em: 30 ago. 2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PREFEITURA DE ARTUR NOGUEIRA, Portal da Prefeitura de Artur Nogueira: DROGAS. Artur Nogueira, Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.arturnogueira.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/DROGAS.pdf>> Acesso em: 20 set. 2015

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e repressão estatal no Brasil: um panorama do tráfico de drogas brasileiro**, Thiago Rodrigues. 2003. Disponível em: <<http://www.neip.info/downloads/artigo2.pdf>> Acesso em: 23 set. 2015

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez editora, 2011.

MENINOS E MENINAS DE RUA E A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA

Priscila Silva de Oliveira¹; Maisa Pomarolli Bernabé²

1. Docente da Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (MULTIVIX)

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós Graduação (Lato Sensu) em Transdisciplinaridade e Clínica pela Faculdade Saberes. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2. Graduação em Psicologia pela Faculdade Brasileira (MULTIVIX)

RESUMO

Este trabalho tematiza a situação dos meninos e meninas que moram nas ruas e a judicialização da vida. Objetivou-se refletir sobre os modos de vida das crianças e adolescentes em situação de rua, bem como estes se reinventam e se afirmam resistentes aos projetos de leis e políticas públicas que visam à proteção da criança através da apropriação de suas vidas. Como perspectiva metodológica, o trabalho apresentou-se pelas narrativas, segundo a ideia de Walter Benjamin. A proposta de Walter Benjamin permite que o narrador relate a experiência através de ensinamentos. Assim, a fim de promover um olhar diferente aos meninos em situação de rua, foi utilizado para a produção da narrativa, a obra do escritor brasileiro, Jorge Amado, *Capitães da Areia*. A análise da obra foi satisfatória ao permitir um encontro com a vivência desses meninos, um olhar diferenciado sobre o cotidiano do grupo subalterno e a identificação de uma vida diferente. Os estudos realizados foram norteados a partir da fundamentação teórica de autores da Psicologia Institucional.

Palavras-chave: Psicologia. Benjamin. Subalterno. Ruas. Judicialização.

INTRODUÇÃO

O ingresso no Estágio Supervisionado na Primeira Vara de Infância e Juventude de Cariacica proporcionou o contato com alguns meninos e meninas de rua no Estado do Espírito Santo. O desejo de conhecer essas crianças brasileiras, suas práticas e suas singularidades para além da instituição, impulsionou a realização deste trabalho. Assim, a partir do encontro com a obra de Jorge Amado (2015), *Capitães da Areia*, foi possível vislumbrar as potências e as constantes reinvenções das personagens para escapar das dificuldades encontradas pelo caminho. Pedro Bala, Dora, Sem-Pernas e Professor são meninos como aqueles que vagam pelas ruas do Estado. Famélicos, sofridos e plenos de desejos, vivenciam uma vida diferente, repletos de questionamentos e resistências aos modelos impostos.

O trabalho tem como objetivo a tentativa de dar visibilidade aos meninos e meninas moradores de rua, valorizando o discurso dessa população, mostrando potências de vida, resistências e afirmando a possibilidade de uma vida diferente. Como modalidade de pesquisa, a narrativa, segundo a ideia de Walter Benjamin, na obra *Capitães da Areia* (2015), irá possibilitar uma aproximação desse grupo e de sua dimensão vivencial, posto que os meninos da obra se configuram como os jovens encontrados em nossos cotidianos.

REFERENCIAL TEÓRICO

No meio a toda essa mistura está a população de rua, entre adultos e crianças, compondo esses espaços. E enquanto viajava nessa paisagem colorida, eu pensava porque essa população não poderia ser mais uma das cores a compor a aquarela desta paisagem. Este pensamento me toma quando a população de classe média vem me questionar por que não “recolhemos” os meninos em situação de rua, para algum lugar, sem saber qual nem para fazer o quê. Recolhê-los! Como se fossem coisas, ou animais sem dono (ALMEIDA, 2011, p.19).

O presente trabalho propõe uma revisão bibliográfica acerca do tema, modos de vida das crianças e adolescentes em situação de rua, bem como as implicações sociais e políticas sobre o tema. Não se trata aqui de culpar as políticas públicas vigentes no nosso cotidiano, tão pouco a compor um romantismo para a pobreza e possível sofrimento dos moradores de rua. No entanto, é necessário questionar quais os modos de ser criança e de ser adolescente que são produzidos pelas práticas e concepções dos projetos de leis que visam à proteção da criança através do apoderamento de sua infância. Mesmo que seja difícil renunciar propostas diferentes dessa apropriação, já que a concepção de pobreza é continuamente ligada à criminalidade e à imoralidade (TAVARES et al., 2011).

Para Almeida (2011), uma mistura de sentimentos é provocada em relação às pessoas em situação de rua. Há um sentimento de piedade, ao olharmos as condições de extrema pobreza em que essas pessoas vivem; o sentimento de indignação por acreditarmos que elas estão na rua por prostração, juntamente com o sentimento de medo, por acreditar que estes representam algum perigo iminente. Segundo a autora, tais sentimentos não podem ser entendidos como naturais, ou seja, eles são produzidos e, desse modo, podem ser compreendidos historicamente. “A cidade não nasceu como a conhecemos; o lugar das crianças não foi sempre o lugar do cuidado, do ser indefeso; a mulher não foi sempre a “dona do lar”; a rua não foi sempre um lugar de passagem, etc.” (ALMEIDA, 2011, p.25).

Philippe Ariès (1981) vai desconstruir a ideia de que a criança sempre foi um indivíduo fragilizado que necessita da proteção da família e da sociedade. Em “História Social da Criança e da Família” irá afirmar que, até um determinado período na Idade Média, as crianças misturavam-se com os adultos, aproximadamente aos sete anos de idade. Até o século XVI, não havia um sentimento de particularização da infância, e, por isso, as crianças eram vistas como “homens de tamanho reduzido”. No século XVI, um sentimento de paparicação emerge no contexto das famílias. Já no século XVII, o sentimento é de exasperação, ou seja, de hostilidade em relação a esse sentimento de paparicação, que surgiu em meio aos Eclesiásticos e aos homens da lei (até então, raros nesse período). Esses dois sentimentos da infância favoreceram o cenário de uma preocupação em disciplinar as crianças, além da formulação de práticas de cuidados com a sua saúde física (pois tratava-se de um período histórico com elevado índice de mortalidade infantil). Nessa fase, já era considerado que as crianças eram capazes de dispensar suas mães ou amas, e assim participarem da vida coletiva, saindo do espaço privado para o espaço público. Para o autor:

A vida no passado, até o séc. XVII, era vivida em público [...] A densidade social não deixava lugar para família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor (ARIÈS, 1981, p.191).

Por conseguinte, Ariès (1981) mostra que a grande mudança ocorrida, foi a preocupação da família com a educação das crianças no início dos tempos modernos. A noção de educação ou a necessidade desta pressupõe uma diferença, ou seja, a passagem entre a criança e o adulto que não existia na Era Medieval. Com o caráter moral da religião prevalecendo sobre o aspecto sacro, a importância da educação fica destacada. Nessa época, a educação era voltada essencialmente para as crianças e para os jovens. A partir daí, a concepção como meros transmissores de ensinamentos sobre a vida foi transferida para guardiões e responsáveis pela “alma e pelo corpo de seus filhos” (ARIÈS, 1981, p.193).

Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-las unir-se aos adultos. [...] A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas (ARIÈS, 1981, p. 194).

Ariès (1981) conclui que a escola e a família, juntas, retiraram as crianças da sociedade adulta. A escola confinou a criança, outrora livre, a um regime disciplinar, privando-a da liberdade que usufruía com os adultos.

Tratando-se de regime disciplinar, identifica-se que no século XVIII há um investimento no corpo, este que pode ser submisso e manipulado, transformado e aperfeiçoado. Não se trata aqui de cuidar do corpo fisicamente, mas de exercer sobre ele uma coerção ou controle. Foucault (1975, p. 118) ressalta: “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são os que podemos chamar as disciplinas”.

OS SABERES SUBALTERNOS

Pelúcio (2012, p. 399) denuncia que a forma de produzir conhecimento, ainda no contemporâneo, “é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes”. A autora explica que Foucault vai chamar de saberes subalternos, “um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder e que foram desqualificados, deslegitimados, em nome de um conhecimento verdadeiro” (PELÚCIO, 2012, p. 401).

A existência de um discurso alacrônico¹ por projetos políticos, institucionalizam meninos e meninas de rua e criam leis para definir o que seria “correto” ou “bom” para aqueles que são considerados como “outros”, desqualificados e tratados como atrasados na maneira de viver. Assim, para Pelúcio (2012, p. 399):

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas.

DANDO VISIBILIDADE AOS SUBALTERNOS – CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao falar de meninos e meninas moradores de rua, é possível questionar o então papel dado à família, em determinado momento histórico, que alega que esta deveria ser responsável pela criação de seus filhos, regulamentando suas condutas e adequando-os às normas sociais impostas. Sendo possível, também, entender o aprisionamento identitário realizado por políticas que institucionalizam esses meninos e meninas com a justificativa de um possível salvamento, quando, porém, esses meninos negando tal processo, reinventam práticas cotidianas visando novas possibilidades de vida.

1. Ruiseco e Vargas (2009 apud PELÚCIO, 2012, p. 400) irá conceituar discurso alacrônico como “aquele que resulta da prática de falar do “outro” colocando-o em um tempo distante do tempo daquele em que se está falando”.

Para Kunz (2012) aqueles que vivem nas ruas produzem questionamentos pelas cidades, e assim, implementam novas e antigas estratégias para o controle de suas vidas. É através da criação de políticas públicas de intervenção que esses sujeitos ignorados tornam-se visíveis.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, substituindo o antigo Código de Menores, fica proibido o acolhimento institucional de crianças pobres, uma vez que tal procedimento precisou ser regulamentado juridicamente, posto que ao longo da história brasileira de proteção da criança, a prática de retirada das crianças de suas famílias era comum até o início do século XX. Até a regulamentação desse código, foi se instaurando a ideia, inclusive para as próprias famílias, de que em nome da segurança de seus filhos, é “preferível a institucionalização da criança e do adolescente à permanência em suas famílias pobres. [...] Dessa maneira, em nome da proteção e do cuidado, implantam-se movimentos de controle e de aprisionamento da vida” (NASCIMENTO, 2012, p. 39).

Dentre as mudanças trazidas pelo Estatuto, ressalta-se que a falta ou carência de recursos materiais não mais destituiu o poder familiar, entretanto, a justificativa de negligência ou de desrespeito aos direitos impostos pelo ECA, são agora os motivos para a intervenção estatal. Mesmo com a nova legislação, que entende a criança como sujeito de direito, são produzidas formas hegemônicas de infância e família, que assim, continuam punindo os pobres, agora caracterizados por negligentes, em sua maioria (NASCIMENTO, 2012).

Em 1927, sob a influência de médicos e juristas, foi publicado o Decreto 17.943-A, classificado como o primeiro Código de Menores que regulamentava a assistência e proteção daqueles menores abandonados. Com o código dos menores consagrou-se uma divisão entre as palavras “criança” e “menor”, sendo a primeira relacionada à questão da infância inocente e segunda sempre relacionada à categoria pobre considerada em situação de risco. No estado do Espírito Santo, com a promulgação do Decreto cria-se o “Serviço de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes” (ALMEIDA, 2011).

Segundo Araújo (2007, apud ALMEIDA, 2011, p. 14) a expressão “em situação de rua” é mais utilizada por pesquisas e políticas públicas atuais, sendo, por diversos momentos, a substituição usada para a expressão “moradores de rua”, ao entender que a primeira abarca a condição de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que utilizam o espaço público para obtenção de renda, mendicância ou moradia, seja acompanhados ou não por adultos ou seus familiares.

Em 1941, nasceu o SAM – Serviço de Assistência ao Menor, com o objetivo de orientar e fiscalizar, o serviço estuda os menores para um ajustamento social. Rizzini (1985, apud ALMEIDA, 2011) vai afirmar que esse programa recebia alguns apelidos que denunciavam uma proposta contraditória. SAM como: Escola do Crime; Fábrica de Monstros Morais; SAM – Sem Amor ao Menor.

Através da lei 4.513, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em Dezembro de 1964. O programa visava à integração do menor na comunidade com participação da família ou de famílias substitutas. Contudo, o plano conservava as péssimas condições de existência, oferecia alimentação ruim, espaços precários sem higiene, com alta intolerância e discursos autoritários, não passando de mais um instrumento repressivo do regime militar. Em 1979, reformularam o Código de Menores (Lei nº. 6.696), que decretava a situação de rua como prática irregular e de desvio de

conduta. A fim de cessar com a irregularidade, os genitores eram responsabilizados, e seus filhos, levados aos abrigos e instituições de proteção. Depois do regime militar, várias discussões a cerca dos Direitos Humanos culminaram, e assim, em 1988, promulgou-se a nova Constituição Brasileira que incluía o artigo 227, no qual afirmava-se ser dever da família e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à liberdade e à educação, entre outros (ALMEIDA, 2011).

Em relação aos projetos sociais na cidade de Vitória, Almeida (2011) relata que o projeto “Abordagem de Rua” foi criado em 1994 e teve como modelo o projeto “Axé da Bahia”. Na época, a proposta do projeto não era o abrigamento, mas a produção do desejo de retornar as suas casas, nos meninos em situação de rua. Kunz (2012) complementa que nos últimos anos, a “Abordagem de Rua” propõem uma ação, através do silenciamento e domesticação de indivíduos, com a finalidade de diminuir as queixas e comportamentos intolerantes da sociedade contra os moradores de rua.

Ações que orientavam os moradores para que estes tivessem comportamentos mais toleráveis socialmente eram constantes, e nesse sentido, Kunz (2012) reflete se tal estratégia, que tinha como intenção a mediação dos conflitos sociais, não era apenas um encobrimento de práticas de controle para adequação de comportamentos pré-definidos.

Na atualidade, os variados grupos sociais sentem-se em risco, porém, as construções sociais presentes, identificam os pobres mais expostos às práticas de vulnerabilidade como o principal grupo de risco. Com o sentimento de medo, instaura-se o desejo por segurança, produzindo, assim, a ideia de que a melhor vida é aquela longe do “perigo”. “Entretanto, a vida humana tem fragilidades, e o risco faz parte dela. O risco faz parte da vida ativa. Já que ele é inerente à vida, aboli-lo é apostar na padronização, no controle contínuo e na redução da potência de viver” (NASCIMENTO, 2012, p. 40).

Em nome da proteção, Oliveira e Brito (2013) questionam se produzimos uma humanização da justiça ou uma judicialização do humano, já que as práticas judiciais ultrapassam as relações humanas, fabricam novos tipos de subjetividades, e as leis ou normas encontram-se enraizadas nos modos de vida. Em consequência disso, delimitamos outros modos de existência, vigiamos e fiscalizamos os outros, gerenciando suas vidas a fim de encontrar falhas que necessitem de uma intervenção.

Produzem-se investimentos maciços em segurança, prática que rege nossa gestão, formam-se variados projetos voltados para a atenção à criança e ao adolescente em “situação de risco social”, e, em sua maioria, o controle passa a ser feito não pensando no que se é, mas no que esses jovens das camadas populares podem tornar-se. São propostas políticas preocupadas em afastar a infância da rua, do espaço considerado inseguro, promovendo higienização e exclusão daquilo que não é considerado o correto. “Essa noção aciona a formação de uma série de instituições de sequestro que têm como finalidade fixar os indivíduos sob um controle que se pode exercer por meio da prevenção e da exclusão” (TAVARES et al., 2011, p. 96). Criamos, então, abrigos, programas e intervenções bem intencionadas para a salvação do infante considerado em risco – produzimos *meninos de projetos* (TAVARES et al. 2011).

Uma das características desses projetos sociais é a proteção da criança e do adolescente, aprisionando seu presente, manipulando seu futuro, ignorando seu passado, cultura,

desejos e identidade, que em sua maioria, são diferentes das ciências humanas. Luna (2011, apud TAVARES et al., 2011) problematiza a ideia de que tais órgãos discutem o controle de experiências existências das crianças empobrecidas, desconsiderando o outro em seus próprios termos.

Kunz (2012, p. 26) apresenta uma nova percepção do que seria a opção de morar nas ruas para ela: “são habitantes de um mundo novo, reinventando o que é necessário para existir” e assim, o que é entendido como desordem para a sociedade, para muitos moradores de rua, é a criação de algo novo, a estadia em bancos de praça perturbando a paisagem urbana passa a ser a “criação de outro modo de ver e conviver na cidade” (KUNZ, 2012, p. 26).

O romance de Jorge Amado, de 1937, Capitães da Areia, conta a história de crianças e adolescentes que viviam pelas ruas da cidade, dormindo em um trapiche abandonado. O líder, um garoto abandonado de 15 anos de idade, o famigerado Pedro Bala, vagabundava pelas ruas de Salvador desde os 5 anos de idade. A obra, mais que um romance renomado, denuncia a vida de crianças que encontramos diariamente em nossa sociedade. Para, além disso, quebra a ideia do puro sofrimento dessas crianças, vistas ora como coitadas ora como perigosas, mostrando como resistem a um sistema e criam novas formas de vida.

Como os personagens usados por Cerqueira (2010, p. 16), os Capitães da Areia “fazem circular entre nós potências puras que inundam seu percurso existencial e expressam formas ilimitadas de criação, concedendo um estatuto mais nobre à vida”. As personagens vão eliminar o olhar de piedade, estranhamento e incapacidades dado aos pobres, em face de uma visão de resistência e criação (Cerqueira, 2010).

OBJETIVO GERAL

Analisar os modos de vida das crianças e adolescentes em situação de rua e os processos de judicialização dessa vida, e ainda, compreender como essas crianças e adolescentes reinventam-se e afirmam-se como contrários aos projetos de leis e políticas públicas que visam a proteção da criança através da apropriação de suas vidas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Refletir sobre as práticas da judicialização da vida dos meninos e meninas em situação de rua. Discutir as práticas de resistência e reinvenção cotidiana desses meninos e meninas, oportunizando o pensar no outro dentro de seus próprios termos, contra um saber acadêmico que desvaloriza os saberes subalternos.

METODOLOGIA

O trabalho apresentou-se pelas narrativas, segundo a ideia de Walter Benjamin, como perspectiva metodológica. A narrativa, para Benjamin (1975), é uma forma de comunicação que propicia ao narrador relatar experiências através de ensinamentos. Para além de informações práticas e puras que só transmitem uma notícia, um romance tem a capacidade de perpetuar por gerações, produzindo reflexões e admiração.

A proposta de Walter Benjamin consiste em acreditar que a dimensão existencial pode ser compreendida através de uma narrativa (DUTRA, 2002). Desse modo, a trajetória dos contos permite a transmissão de experiências incapazes de serem vislumbradas em outra metodologia. Para esse filósofo alemão (1975, p. 66), “escrever um romance significa

chegar ao ponto máximo do incomensurável na representação da vida humana. De permeio com a plenitude da existência [...] o romance atesta a perplexidade profunda de todos os seres humanos”.

A experiência, continuamente vinculada à sabedoria e autoridade dos mais velhos, foi passada aos jovens através de discursos, histórias e provérbios, de forma extensa, e pela desenvoltura daqueles que sabem discursar. Contudo, ao longo dos anos, a transmissão da experiência tem sido silenciada, na qual a técnica de sentar e falar palavras duradouras ao longo de gerações, como lições, tornou-se miserável. No qual, os valores culturais rogam pela praticidade e conforto, os obstáculos devem ser evitados, e assim, libertados da experiência (BENJAMIN, 1987).

Uma narração para além da transmissão da história carrega consigo uma obrigação quanto à produção de uma reflexão crítica sobre o nosso discurso. A história é capaz de fazer o leitor não só compreender os fatos relatados, mas também de identificar-se com o objeto, com o seu sofrimento, e produzir uma avaliação crítica sobre suas concepções (GAGNEBIM, 1987). Assim, a fim de promover um olhar diferente aos meninos que vivem nas ruas do Brasil, foi utilizada, para a produção da narrativa, a obra de Jorge Amado, *Capitães da Areia*. O conto do escritor brasileiro fala de crianças e adolescentes que por diversas razões estão em situação de rua. A partir disso, e com a tentativa de dar voz a esses meninos, Amado (2015) incorpora elementos de sua cultura, mecanismos de sobrevivência e práticas de resistência aos modelos. Ademais, proporciona a abertura de um debate sobre as formas de coerção e punição que estes recebiam na década de 30. Assim, em meio à exclusão e marginalização dessas crianças, a obra questiona as instituições sociais de correção, que ao invés de oferecer proteção e cuidado, aumentavam o estigma desse grupo. Contrariando as normas sociais, Jorge Amado (2015) cria um herói nascido dos sulbaternos. Considerado perigoso pela polícia, as malandragens de Pedro Bala eram retratadas como arte por outros grupos menos favorecidos da região.

Os meninos e meninas de rua encontrados hoje pelas cidades brasileiras se identificam com os famigerados Capitães da Areia. Desse modo, a análise da obra foi enriquecedora ao permitir um encontro com a vivência desses meninos, um olhar diferenciado sobre o cotidiano do grupo subalterno e uma reflexão sobre a temática. A narração não foi feita apenas descrevendo os aspectos relevantes da obra de Amado (2015), mas também, construída com bases em reflexões e experiências vivenciadas dentro do Estágio Supervisionado na Primeira Vara de Infância e Juventude de Cariacica. Assim, muitos dos relatos descritos nesse trabalho nasceram de questionamentos e desconfortos trazidos por familiares e meninos que se encontravam em cenários similares.

Para a produção do trabalho acadêmico, juntamente com a reflexão literária, foi necessário o suporte de uma pesquisa bibliográfica para a discussão e legitimação da proposta. E quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa tem como preocupação fundamental “o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” (GODOY, 1995, p. 62). Assim, a abordagem permite o contato direto com o ambiente e com o fenômeno estudado. Godoy (1995) complementa que os pesquisadores qualitativos dão mais importância ao processo do que ao produto ou resultado.

A pesquisa, por ser qualitativa, será descritiva, e segundo Gil (2002), estas têm como principal objetivo a descrição das características de um certo fenômeno ou população, sempre produzindo uma relação entre as variáveis.

ANÁLISE DOS CONTOS

PEDRO BALA

Um menino, um moleque de 15 anos, que cuidava de 100 crianças de 09 a 16 anos que moravam em um trapiche abandonado cheio de ratos. O famigerado Pedro Bala, líder desse bando de ladrões, tinha a pele desbotada pelo tempo, pelo uso abusivo e desuso de cuidados. Desbotou como uma roupa desgastada, como uma pele que fica ao Sol, que corre pelo centro e cais ou por lutar diariamente, procurando novas formas de sobreviver. Seu corpo era todo marcado pela falta e pelos excessos. Faltavam cuidados, comida, carinho e conforto, enquanto o Sol, o medo e as corridas eram abundantes. Seus pés eram marcados e expressivos, eles contavam uma história só de observá-los, eram pequenos, frágeis e machucados, porém, secos e firmes. Denunciavam as condições inóspitas e gritavam sobre as potências e superações.

Conhecido por alguns moradores, apesar da idade, era temido ou idolatrado. Desconhecido pelas autoridades locais, era visto como um menor procurado que atrapalhava a vida social e merecia ser punido. Estampado em um dos jornais famosos da Bahia, há um pedido: “Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias” (AMADO, 2015, p.11). E, para eles, só quem poderia cuidar desse bando era o Chefe da Polícia local. Em nenhuma daquelas páginas do notável jornal tinha um pedido de assistência aos jovens do trapiche. Tavares (2014, p. 64) irá lembrar que alguns grupos de pessoas são rejeitados pela sociedade, e, assim rejeitados, somente “são lembrados pelas ações proscritas”, ou seja, aquilo que foi contra a lei. Assim, é pela flexibilidade e versatilidade que aos poucos o malandro vai ganhar vida (CERQUEIRA, 2010).

Bala não conheceu a mãe, e seu pai foi um estivador famoso que morreu lutando pelo povo. Não se lembra de uma casa, não sabe o que é família e tudo que conhece são as ruas daquele local. Há dez anos ele vagabunda por ali, assim sabe de tudo e conhece bem do areal ao centro, qualquer venda ou quitanda, e não há nada que Pedro Bala não entenda.

Com farrapos e pés descalçados, enrolava qualquer homem de terno, conversava com adultos, planejava os trabalhos e tinha a autoridade de um chefe. A sua errância² ensinou-lhe tudo, como reinventar modos de vida e de sobrevivência. Sobre a prática da errância e a sua importância na produção da subjetividade, Jaques (2012, p.24) irá declarar que “o errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas a experimenta de dentro; ele inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante”. Desse

²Errância - Diferentemente da concepção de engano ou de erro, a errância aqui será diretamente vinculada à ideia de experiência. “A etimologia da palavra *Erfahrung*: do radical *fahr*, usado no antigo alemão em seu sentido literal de percorrer, atravessar uma região durante uma viagem. Ou seja, esse tipo de experiência também está diretamente ligado à ideia do percurso, da experiência do percorrer e, assim, da própria ideia de errância” (JAQUES, 2012, p.19).

modo, o seu conhecimento sobre as ruas não é superficial, visto que ele é a própria cidade e se constitui a partir dela.

Para alguns, Bala não tinha educação e não tinha respeito, tampouco sabia o que era hierarquia. No entanto, todas essas características são visíveis nos Capitães, e ainda de uma forma atrevida, é possível alegar que neles eram ainda mais presentes, pois estas não eram apenas qualidades, ali tornavam-se leis.

Um episódio que demonstra tais características ocorre em um dia que chovia muito, diziam até que Xangô estava irritado. Todos os meninos se amontoavam em um pedaço do telhado, tentando se proteger na única telha que não estava quebrada. Alguns mais astutos corriam pelo areal em meio ao temporal. Foi nesse dia cinzento que Don'Aninha, dona do terreiro da Cruz de Opô Afonjá, apareceu no velho trapiche a procura de Bala. A mãe de santo contou que os policiais levaram Ogum, enquanto ele repousava em um altar de outro candomblé conhecido. Não era no terreiro de Don'Aninha não, pois este, nenhum policial tinha coragem de entrar. Antes de sair do trapiche com seu guarda-chuva branco, a mãe-de-santo ouviu Bala prometer que no outro dia Ogum estaria de volta.

Nas noites de raios, o local sem janelas e com buracos nas paredes ficava todo iluminado. Desse modo, por alguns segundos, as caras sujas e maltratadas dos meninos apareciam. Nessa hora, podiam perceber que não eram tão valentes assim, muitos ainda eram crianças e temiam os monstros lendários. Aqueles que não tinham medo, tentavam suportar o frio aconchegados uns aos outros.

Enquanto a chuva brigava com o vento, Pedro decidiu sair pelas ruas projetando seu plano mais custoso. Pois, roubar algo que está dentro da delegacia poderia levá-lo direto para o reformatório, e isto, era pior que a vida que tinha. No entanto, ele tinha certeza que aquilo que faria era correto, roubar da polícia nunca foi pecado, e por assim dizer também não era “roubo”, era devolver algo que pertencia ao terreiro, era fazer justiça. O plano era simples, mas audacioso, consistia em entrar na delegacia, passar a noite na sala dos detentos (espaço que estavam os objetos apreendidos) e sair pela porta da frente como inocente, escondendo a imagem do santo. Difícil era entender como o famigerado e procurado líder dos Capitães não seria reconhecido dentro da delegacia. Contudo, o menino sabia que apesar da reputação, nenhuma autoridade local reconheceria seu rosto. Ninguém repara nos traços dos moleques das ruas, para eles são todos iguais - meninos importunos, imundos e vestidos de trapos que ficam pelo mercado tirando a paz de outros trabalhadores.

Trabalho feito, fingindo ser o filho perdido de um saveirista, o moleque saiu com orgulho ao encontro dos outros meninos. Além de tudo, o líder agora era um menino herói. “Perícia, habilidade, sedução, artimanha, fascínio – é através da arte que o vagabundo vai se assenhorear do seu poder, do seu lugar no mundo” (CERQUEIRA, 2010, p. 55).

Com isso, as características supracitadas tornam-se evidentes. O respeito à Don'Aninha é inegável, a promessa não poderia ser desfeita, mesmo que isso custasse o que mais tinha apreço – sua liberdade. Foi educado em meio aos saberes subalternos, sabia tudo que um líder precisava saber, sabia mais que qualquer menino da sua idade. Inquestionável é o poder hierárquico, posto que existia a obediência a um chefe. O espanto foi ver o céu limpo e azul que enleava com as gargalhadas e com a correria de Pedro. Era Xangô feliz, e não havia um homem que duvidasse.

Pedro Bala vive a rua, se transforma e resiste para estar nela. Sua resistência não é estável, e, sim, de constante criação. Também não se caracteriza como uma resistência que somente se opõe ou desafia comportamentos impostos, considerados adequados socialmente, mas como uma defesa e um suporte contínuo, por meio de estratégias criativas de reinvenção de políticas de existência. Pois, “é comum sequestrar o que é estável, mas o aleatório e nômade escapa a todo instante dos aparelhos codificadores da sociedade” (VIESENTEINER, 2005, p. 3).

Pode-se compreender com Cerqueira (2010, p. 49) que é na arte da simulação que Pedro triunfa. A personagem tem a habilidade de mentir, furtar e enganar, além da flexibilidade para movimentos que lhe permitem desprender-se de tudo aquilo que o aprisiona. Nega as leis impostas e usa a ironia, logo, a graça, como principal ferramenta para demonstrar as imperfeições e fragilidades do mundo. Para alguns é apenas um “traidor do mundo [...] e da ordem estabelecida”. Para os apreciadores de Jorge Amado, Pedro Bala é mais do que um resistente às normas vigentes, é um menino que se relaciona pela simplicidade e que produz novos espaços de existência, inalcançáveis aos olhos da maioria, pois o quão absurdo seria para alguns sobreviver, almejar as ruas, ter que se reinventar todos os dias para adequar-se ao improvisado. Criar-se nas ruas e encontrar o extraordinário na errância.

Problematiza-se aqui que as histórias narradas sobre Pedro Bala afirmam uma reinvenção constante dos sentidos existências. Trata-se de uma ética que persegue sem ser capturado por moralidades que impedem a expansão da vida.

PROFESSOR

Os meninos não conseguiam dinheiro, só através de furtos ou trabalhos no parque. Um dos mais velhos, João José, o professor, desenhava passantes na rua e assim ganhava alguns níqueis. O apelido foi dado devido aos furtos de livros que era sua especialidade. Esse magrelo, alto e estranho adorava ler, passava a noite tentando enxergar as letras miúdas para contar no outro dia para o bando. Lia qualquer coisa, mas preferia as histórias de personagens heroicos ou lendários. A paixão por contar histórias fazia com que os meninos sentassem ao seu redor quase todas as noites. Sem fazer nenhum barulho, com os olhos esbugalhados e brilhantes, eles podiam imaginar um mundo diferente. Assim, ainda tomados por aquela paixão, eles enchiam os pulmões e subiam as ladeiras da cidade com uma ânsia de aventuras e heroísmos. Não eram mais meninos, eram homens poderosos, justiceiros e destemidos.

Com um pedaço de giz, ele desenhava qualquer coisa nos chãos da cidade, nas escadarias ou em um papel velho. Era assim que ganhavam um dinheiro extra para o almoço daquele dia. Um dia desses no mercado, um senhor com roupas alinhadas e uma piteira grande estava passando, Pedro Bala logo assobiou para o professor para avisar que esse cara parecia ter dinheiro. O professor então desenhava o senhor magro, sentado ao vento, lendo o livro que carregava e fumando seu cigarro. O senhor muito cortês, chegou perto do desenho e espantado perguntou quem tinha ensinado tamanho talento. Mas ninguém tinha ensinado o professor, ele aprendeu por aprender, segundo o menino, nasceu sabendo e foi assim. O homem ainda incrédulo, porém dessa vez admirado, tirou um cartão do bolso e entregou para o magrelo juntamente com a piteira que segurava como forma de pagamento pelo desenho.

Os dois meninos não tiveram nem tempo de agradecer, já saíram tropeçando pelas pernas, pois o guarda estava chegando. Para limpar a piteira, usaram o próprio cartão do senhor. Por um lépido segundo, o líder do bando perguntou o porquê de não guardar o cartão. É a chance de uma vida diferente, uma fuga e um presente de Ogum. Contudo, o artista talentoso não era besta e sabia que dali não saía nada além de ladrões. Eram ladrões e quem liga para ladrões? Não passava de petulância ter um pensamento diferente.

Coimbra e Nascimento (2005) irão discutir a necessidade de desnaturalizar a concepção do jovem pobre como um ser perigoso. Para as autoras, algumas produções, principalmente no século XX, colocaram essa categoria como mais suscetível à criminalidade, promovendo hoje alguns efeitos que apontam para esse jovem como um ser não humano. Tais teorias são sustentadas pela união de duas concepções distintas, a primeira com os estudos sobre o desenvolvimento humano e a segunda com as produções teóricas em relação à pobreza.

Pesquisas contemporâneas sobre o desenvolvimento humano caracterizam, predominantemente, a juventude como um período de formação que carrega consigo algumas alterações típicas dessa fase. Assim, certas características como rebeldia, negação, plasticidade, curiosidade entre outras, são consideradas naturais dos jovens, logo, como imutáveis (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Em relação à concepção da pobreza, no século XIX, surge juntamente com as teorias racistas e com o movimento eugênico, a obra de Morel (1857), o “Tratado das Degenerescências”, no qual se promovia o conceito de “classes perigosas”, predominantemente associada aos pobres. Para Morel, as classes perigosas são pessoas variadas que não possuem a capacidade para a realização do dever social, muito menos a compreensão de moralidade, e não podem ser entendidas por nenhuma ordem religiosa. Dessa forma, são um perigo à sociedade. Ainda no século XIX, o estudo da Antropometria³, as teses de Paul Broca⁴ e Cesare Lombroso⁵, contribuem para a fundamentação das teorias de Morel (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Coimbra e Nascimento (2005, p. 3) complementam que “fora tais devaneios cientificistas” é possível encontrar cotidianamente expressões ou ideias que advêm desses pensadores. Por exemplo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido pelos seus feitos na ditadura, que afirma a existência de um bandido natural, aquele que nasce para o crime e que não é passível de educação. Após a discussão sobre o pobre em risco, surge uma preocupação com a infância e juventude na tentativa de intervir na composição de uma classe perigosa, posto que o jovem, seguindo os estudos científicos contemporâneos supracitados, é naturalmente detentor de comportamentos mais vulneráveis à delinquência.

Consequentemente, a personagem Professor, de Amado (2015), deixa de ser um artista para a cidade e passa a ser um peralta. “É através da imposição dessas medidas de verdade que os pobres se reconhecem. A moral adverte e recomenda o conformismo e retidão redobrada” (CERQUEIRA, 2010, p. 20). O artista então se perde e se

³ Antropometria - registro ou mensuração das particularidades físicas dos indivíduos.

⁴ Paul Broca (1824-1880) – neurocirurgião conhecido pelo trabalho em 1861 sobre a determinação das localizações cerebrais (GUSMAO, S.; SILVEIRA, R. L.; CABRAL FILHO, G., 2000)

⁵ Cesare Lombroso (1835-1909) – psiquiatra e cirurgião, Lombroso foi o criador da teoria das disposições inatas para a criminalidade, tese que defende a ideia que é possível identificar perigosos natos pelas características anatômicas de cada ser (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

despotencializa, findado no conformismo que não há futuro se não aquele, logo, não há espaço para esperança de uma vida diferente.

SEM-PERNAS

Um dos mais famosos Capitães de Areia, o Sem-pernas, chamado assim porque era coxo. O briguento, espião do grupo, se metia em tudo e ridicularizava aquilo que podia. Apesar das diversas pilhérias, era o malvado dos meninos. Um dia fez tanta judiação com um gato que entrou no trapiche que não tem como contar aqui, um garçom foi cortado de navalha somente porque o coxo queria um pedaço de frango. Embora tivesse uma voz estrídula e uma risada contagiante, o Sem-pernas era o garoto mais triste do areal. Por pena da vida que levava, revelava o ridículo para enganar a realidade do dia-a-dia. O pobre do menino nunca teve família, foi cuidado por um parente que o surrava diariamente, logo conheceu a liberdade através da fuga. Seu corpo ainda é marcado por dias de fome, cortes e abusos. Na rua, antes dos Capitães, não encontrou nada muito diferente do que passara, apanhava de soldados, sentia frio e solidão. Não gostava de rezar, não tinha tempo para esperar milagres ou a salvação, tinha pressa em sorrir para afastar aquela miséria. Por trás de toda pilhéria do Sem-pernas, há o desejo de vingança das senhoras que o abandonaram. “[...] O Sem-Pernas ficava pensando. E achava que a alegria daquela liberdade era pouca para a desgraça daquela vida” (AMADO, 2015, p. 44).

Foi possível ver o Sem-pernas sorrindo uma vez. Não era uma risada que nascia de um desdenho qualquer, era um sorriso calado que enchia os olhos de tamanha alegria. O Grande japonês era um modesto carrossel, simples e quebrado. A música que saía da pianola era antiga e suas cores originais não existiam mais, contudo mesmo enferrujado, fazia peregrinação por várias cidades encantando velhos, senhores e crianças abandonadas. O dono era Nhozinho França, uma pessoa famosa por aquelas “bandas”, conhecido porque era um senhor que adorava a vida, mas também porque bebia tanto que perdeu todo o parque pelo uso abusivo de álcool, sobrando só o Grande Japonês. O proprietário em uma das suas peregrinações encontrou o Volta Seca e o Sem-Pernas, foi assim que após algumas histórias de bêbado, os dois começaram a trabalhar no carrossel. O Sem-Pernas já tinha ido a um parque, pagou a entrada e não demorou muito para ser expulso porque estava vestido com farrapos. Mesmo triste, o pobre menino foi pedir o dinheiro de volta, mas o bilheteiro recusou a solicitação. Então, o coxo com um rápido movimento, pegou o dinheiro que estava na gaveta da bilheteria e desceu calmamente a Gamboa de Cima. Evidente que o moleque tinha levado muito mais do que havia pago, mas ele daria todo aquele dinheiro extra para dar uma volta no tão desejado carrossel colorido.

Agora o menino tinha uma nova chance no Grande Japonês e não via a hora de contar a novidade para o resto do grupo. No dia seguinte, os meninos levaram todo o bando para olhar o tão falado carrossel. O brinquedo podia ser velho, porém para os Capitães era lindo como um sonho que acalmava suas noites. Eram quase 100 meninos olhando, extasiados, mudos e apreensivos para girar no carrossel, seus olhos brilhavam mais que o céu da Bahia naquele dia. O colorido do brinquedo junto com a música que vinha da pianola deixou o professor tão maravilhado quanto suas histórias, ele apertava forte a mão de Bala como se algo incrível fosse acontecer. Entretanto, eles tinham que aguardar, pois o Sem-Pernas estava esperando a permissão para mover a máquina. Nhozinho França agora não era mais um bêbado, era um ídolo para os meninos e tinha que ser respeitado. Era tão querido como os santos do Pirulito, como o capoeirista Querido-de-Deus ou Don’Aninha. Aliás, Nhozinho

França era ainda mais admirado, visto que nenhum dos outros tinham realizado um milagre como este.

Não tem como esquecer a primeira vez que o Sem-Pernas subiu no carrossel. Subiu calado e tímido. Escolheu um cavalo azul com estrelas e montou ainda sem graça. Quando o brinquedo começou a girar, seus olhos estavam abertos, anestesiados pelas luzes, seus ouvidos não funcionavam mais, tudo que ele fazia era admirar aquele colorido. Ali não tinha espaço para as lembranças ruins, ele estava no lugar em que qualquer outra criança amada pelo pai e mãe gostaria de estar. O Sem-Pernas era igual a todos aqueles meninos que balançavam o bilhete desejando subir. Apertava os olhos com tanta força para não esquecer aquela cena e suas mãos estavam tão fechadas como se não fosse deixar aquela experiência fugir.

As consequências dos maus tratos não ficaram só pelo corpo do Sem-Pernas, além das cicatrizes e feridas, o coxo se relaciona por meio de violência e isolamento, transferindo para o outro toda a maldade que recebeu durante sua infância. Segundo Oliveira-Formosinho e Araújo (2002) os efeitos mais danosos da negligência ou dos maus tratos aparecem no desenvolvimento sócio-emocional, momento em que a criança se relaciona transportando a insegurança e o medo vivido em uma interação desajustada com seus pais ou cuidadores. As autoras complementam que tais crianças são mais suscetíveis ao isolamento, a falta de empatia e a agressividade. O Sem-Pernas, ao contrário dos meninos, teve a oportunidade de ser amado por algumas famílias, contudo, evadiu todas as vezes. Não por ser um adorador das ruas, pois este carregava tanta tristeza que não conseguia capturar as belezas pelo caminho, mas, pelo receio de um novo desapontamento. Se algum dia conheceu o afeto, as surras diárias fizeram o favor de apagá-lo. O mais impiedoso dos Capitães também é o que mais lamenta sua vida, mal conseguia dormir com medo dos pesadelos que não passavam de recordações. O mais perverso dos capitães, era um menino triste que não se permitia mais ser negligenciado.

Além da fome, da pobreza e do abandono, os meninos ainda enfrentavam uma epidemia. Aquela era uma época de Varíola, doença que atingiu toda cidade. Os jornais da cidade salientavam a necessidade de uma vacina, os candomblés cantavam e faziam barulho na tentativa de abrandar Omulo, santo responsável por mandar a bexiga. Gritavam que era a vingança de Omulo contra a ganância dos ricos. Contudo, os afortunados se protegeram e o rei das Florestas Africanas, que era rei dos pobres, não entendia nada de vacina. O primeiro dos Capitães a pegar foi Almiro. Barandão, seu companheiro de amor (amor que era proibido por Bala) saiu vozeando pelo grupo, “Almiro está com bexiga, sai de perto!” Como nenhum dos líderes estava lá, o problema ficou sobre o domínio do Sem-Pernas, justo ele que acordou bem arredio nesse dia.

Enquanto todos apontavam, espantados por causa das bolhas de Almiro, o sangue frio do Sem-Pernas já foi decretando: “Ele vai sair daqui agorinha mesmo. Vai se meter em qualquer canto da rua até que os mata-cachorro da saúde pegue ele e leve pro lazareto” (AMADO, 2015, p. 141). O Volta-Seca, por sorte, chegou na hora que o desalmado chutava o Almiro e gritava para o Pirulito largar a reza, porque pior que o bexiguento era a romaria do Pirulito no seu ouvido que não findava.

Após controlar a situação, ficou decidido, os meninos iam esperar o Pedro Bala. O líder não tomou a decisão sozinho, pediram ajuda para o padre José Pedro, a quem eles tinham

muito apreço. O padre logo informou sobre a lei que lhe obrigava a denunciar qualquer caso de varíola para que fosse encaminhado ao lazaredo. Mas, todos sabiam que aquele lugar era miserável e que ninguém saía vivo de lá. Os meninos estavam confusos e irresolutos, que lei é esta que obriga a morrer sozinho e desgraçado? Então, ficou decidido que eles levariam o doente para a casa de sua mãe, uma lavadeira que não tinha notícias do filho há anos.

O segundo a pegar a doença foi o Boa-Vida, mas este não alarmou o grupo, foi voluntariamente para o leprosário. O menino tinha medo que o grupo pegasse a varíola e não almejava colocar em risco aqueles irmãos que lhe acolheram. Saiu devagar, a cada passo era apreciado, ele estava se despedindo da cidade e das ruas, coisa que os moleques mais amavam, posto que “ninguém ama sua cidade como os malandros” (AMADO, 2015, p. 155).

Lancetti (2008) anuncia a importância da cidade quanto ao “estar em movimento”, estar em contato com o outro, participar do fluxo e de tudo que o espaço possa oferecer. Estar aberto às surpresas possibilita novas subjetivações. Para o autor, grande parte das ideias é advinda de uma caminhada pela cidade.

Sujo, esfomeado e triste, Barandão parou para olhar aquela rua e imediatamente, todas as nobres lembranças do local começaram a despertar. Aquele asfalto guardava as melhores brigas, os furtos mais difíceis, seus momentos mais tristes e felizes. Como ninguém, o verdadeiro dono da cidade sabia a hora que o padeiro despertava, conhecia cada grito da baiana e os horários das rondas daqueles malditos policiais. Barandão suspirou mais uma vez e sentiu-se carregado de saudade.

A BELA DORA

Após vários pedidos e canções, Omolu decidiu ir para o sertão e levou consigo a varíola. Entretanto, a tristeza pelas mortes e pelas lembranças do sofrimento no leprosário ainda circulavam pela cidade. Um dia, duas crianças sozinhas apareceram na feira do mercado, já era comum ver andantes, filhos de bexiguento pedindo comida. A menina, Dora, foi uma que fugiu da casa dos vizinhos arrastando seu irmão, Zé Fuinha, depois da morte dos pais.

Após alguns dias perambulando pelo mercado atrás de emprego, os dois sentaram na sombra para descansar os pés que estavam queimados em virtude do asfalto ardente. Enquanto Dora foi mendigar algum pão para o padeiro, dois moleques estranhos sentaram perto do Zé Fuinha para conversar. Dora, sempre muito protetora, saiu arretada puxando o irmão pelo braço. Zé Fuinha não tinha jeito, se enturmava com qualquer um, já não bastava a fome, a exaustão e a saudade dos pais, ainda tinha que aturar as travessuras do irmão.

Mas, apesar de suspeitos, não queriam fazer mal algum. João Grande e o professor até ofereceram um lugar para dormir. Chegando ao trapiche, os garotos se aproximaram de Dora, não havia mulher no esconderijo, e aquela menina, bela com os seios crescendo, ia fazer a felicidade de todos.

Quando Pedro Bala chegou, a menina já estava assustada, o professor tinha sido ferido tentando protegê-la e o João Grande estava com um punhal na mão contendo o resto do bando. O negro implorava “Não é uma puta, é uma menina, não vê que é uma menina?”

(AMADO, 2015, p. 172). Depois de muito rogar, conseguiram convencer o líder a deixá-la em paz, contudo, ela só iria passar a noite e nada mais que isso!

O sorriso doce da menina encobria sua coragem, já estava cansada de ser considerada frágil e queria ser um capitão. Cortou uma calça que achou jogada em meio a sujeira dos meninos, pegou uma blusa tão larga que servia como vestido, amarrou o cabelo loiro maltratado e anunciou que ia para as ruas surrupiar alguns senhores. O Bala não aguentou e se jogou ao chão de tanto gargalhar. Mas a garota era atrevida e afirmou que eles não eram homens para mandarem nela, era um bando de meninos. Pedro Bala se conformou, não quis admitir para não perder a marra de valente, mas na realidade, gostava da menina.

Dora sai de um lugar entendido como protegido - do conforto da casa dos pais e perde uma vida regrada aos atos cotidianos. Vai às ruas somente com alguns níqueis que ganhou daqueles que tem sentimento de pena, encontra um bando de meninos e os afronta. Se reinventa constantemente, cria novos significados para a vida. A filha antes submissa, abdica de valores considerados essenciais e se transforma, faz desaparecer funções prioritárias e as reelabora, cria novos afetos e tudo aquilo que for necessário para a condição de seu percurso. Retira suas vestes e prende seu cabelo, a feminilidade e os vestidos agora a atrapalham, cede ao desconforto e a vida de furtos. Ao sentir e se movimentar, a bela menina se encanta com o novo e abre possibilidades para aquilo que ela “pode ser” (CERQUEIRA, 2010). “A alteração dos registros de significação, a rejeição da constituição íntima das coisas, pessoas e revelações de força compõe a estratégia fundamental para a invenção de si” (CERQUEIRA, 2010, p. 49).

Aos poucos, Dora foi perdendo o medo da cidade, andava pelos becos, ladeiras e corria como se estivesse sozinha nas ruas. Já amava aquele perigo e se sentia segura com os novos irmãos. Para Tavares (2014), a criança atualmente é foco de políticas públicas, é nela que se coloca o sentimento de “esperança para o futuro”. Assim, para além do cuidado com o este ser considerado frágil e imaturo, há uma tentativa de colonizar o tempo. Se a criança é considerada o futuro, logo, ao protegê-la ou discipliná-la, estamos tentando controlá-la. Tentando sim, pois este é imprevisível e incerto. A personagem Dora, de Amado (2015), contraria essa lógica, ela desconsidera o porvir e vivência apenas do acaso. Do mesmo modo, revela a superação de muitos meninos de rua que ao perder sua estabilidade se recriam frente às dificuldades. Com flexibilidade e desapego, a menina se permite experimentar, não tem medo de conhecer e não se conforma com o seguro, não aceita assim, apreender-se pelos velhos modelos (TAVARES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jaques (2012) descreve os moradores de rua como os “Outros urbanos”, possuidores de uma radicalidade explícita em que a experiência errante é anônima e ganha os espaços públicos de forma dissensual. Anônima pela preferência de mantê-la invisível, considerando a quantidade de projetos sociais que são uma tentativa de produção da assepsia. Dissensual pela promoção da alteridade, da construção do diferente e pelo contraste que causa. Os Capitães da Areia, assim como os meninos de rua encontrados hoje em nossa sociedade, são capazes de enfatizar algumas experiências erráticas que realçam uma vida coletiva e negam o pensamento centralizado e único. Através de andanças é possível apreender a cidade, “o errante vai de encontro à alteridade, ao Outro, aos vários Outros” (JAQUES, 2012, p. 23). Dessa forma, é possível compreender como as narrativas de Pedro

Bala encantam, pois trazem a experiência daquele que enxerga a cidade de uma forma única, daquele que é único e em sua maioria, não é compreendido, pois visualiza a rua não só como uma moradia ou passagem, mas como possibilidade para diferentes experiências.

Pelo direito de uma construção singular, esses meninos resistem à produção de uma história linear, fixa, programada e tradicional, na qual resistir não significa somente enfrentar, mas produzir outras multiplicidades diante das restrições. (CERQUEIRA, 2010).

O fascínio em Jorge Amado é por criar personagens famélicos pela inversão da tristeza, deixando de apresentá-los apenas pelo sofrimento e conseguindo retirar de cada personagem a potência para além das limitações. Então é possível um olhar crítico ao papel dos saberes PSI e do Direito, que somente visualizam a impotência dos errantes e deixam de vislumbrar o discurso de liberdade quanto a produção de constante alteridade. Ademais, há a necessidade da análise de implicações e do exercício do pensamento crítico, para que esses detentores do saber científico não reforcem o conformismo vigente.

Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, [...] O que falta é uma Nomadologia, o contrário de uma história. [...] Os nômades inventaram uma máquina de guerra, contra o aparelho de Estado. Nunca a história compreendeu o nomadismo [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1980 apud JQUES, 2012, p. 23).

Nenhuma referência poderia ser mais adequada a esse trabalho que o “Cântico Negro”, de José Maria dos Reis Pereira. O poema são como as vozes e os pedidos dos Capitães da Areia à população da Bahia, é uma afirmação que a maioria das instituições que tentam promover “benevolência” aos meninos de rua, é distante da realidade dos mesmos, é a negação de padrões estabelecidos e o reconhecimento de uma nova possibilidade de vida. “Se ao que busco saber nenhum de vós responde Por que me repetis: vem por aqui!? Prefiro escorregar nos becos lamacentos, redemoinhar aos ventos, como farrapos, arrastar os pés sangrentos, a ir por aí ...” (PEREIRA, 2006).

Os meninos e meninas de rua do conto não são distintos dos errantes brasileiros, pois almejam a escolha da liberdade. Em nenhum instante desse trabalho, foi defendida a ideia que é preciso renunciá-los, tampouco de acreditar que suas estadias são decisões genuínas. Contudo, o objetivo é afirmar a existência de uma vida diferente que não é unicamente formada de hostilidade e sofrimento.

“O mais que faço não vale nada. Como, pois, sereis vós que me dareis impulsos, ferramentas e coragem para eu derrubar os meus obstáculos?” (PEREIRA, 2006). Como os saberes PSI e do Direito podem ter recursos para oferecer uma vida digna e protegida aos meninos de rua, se são os mesmos saberes que, por muitas vezes, desqualificam as práticas dos errantes e o julgam como perigosos ou inferiorizados? Por um comportamento ético que valoriza a alteridade, é preciso de antemão nos questionar a quem de fato estamos garantindo direitos ou se estamos reforçando as ideologias que desconhecem e apagam a história de vida destes meninos. Dora, a bela personagem de Amado (2015), foi retirada de seu ambiente e em “nome da proteção” foi colocada em um abrigo religioso, como os inúmeros abrigos presentes no estado do Espírito Santo.

Para educadores, conselheiros e pais sociais, a institucionalização de Dora (Amado, 2015) foi uma oportunidade de se livrar da vida criminosa, de estar protegida, de alimentar-se e de

ocupar-se, pois assim ela evita pensamentos perniciosos (TAVARES et al., 2011). “Vem por aqui, dizem-me alguns com os olhos doces. Estendendo-me os braços, e seguros de que seria bom que eu os ouvisse” (PEREIRA, 2006). Acreditando ser um ato benevolente, os projetos sociais produzem modelos hegemônicos e discursos higienista (TAVARES et al., 2011). Fora que tais ocorrências ignoram o processo de subjetivação do institucionalizado, colocando-o em espaços diferentes de suas crenças e domesticando suas ações. Há uma discussão nas instituições de proteção da criança e do adolescente quanto à falta de responsabilização do Estado após a avaliação do saber PSI ou da decisão dos Saberes do Direito. A Vara da Infância e Juventude, órgão responsável pela proteção de crianças e adolescentes avalia a ação, atende aos requeridos e requerentes, fabrica um parecer e toma uma decisão. Posteriormente ao despacho, o processo é arquivado, porque não há acompanhamento da ação, logo, não investiga-se o efeito nos “beneficiados” da decisão tomada pelo Poder Judiciário. Desse modo, em sua maioria, as consequências das sentenças só serão avaliadas se houver uma nova denúncia.

Para Machado (1999), a ética é um exercício do pensamento, uma avaliação contínua e incessante sobre moralidade. “É a educação do caráter visando à felicidade, a vida justa e livre” (MACHADO, 1999, p. 3). Segundo a autora, a manutenção constante é necessária, visto que o bem/mau e certo/errado são conceitos instáveis que foram modificados durante a história. Para além disso, o comportamento ético não diferencia-se da ontologia do ser, logo entende o sujeito a partir da sua “produção e dos seus modos de existência” (MACHADO, 1999, p. 9), já que, ao compreender a história do sujeito, a ética anuncia a existência da alteridade e da liberdade.

Ao exercício ético não cabe a aceitação de formas de coerção, tampouco da reprodução de modelos legitimados ou aplicação de regras preestabelecidas. Não visa à submissão de processos que impedem a criação ou vedam a possibilidade de se arriscar, como de experimentar outras formas de pensar (MACHADO, 1999). Frente à multiplicidade, os saberes PSI devem, sobretudo, renunciar ao sedentarismo para a produção de um exercício do pensamento e, assim, negar qualquer processo que reproduza a estigmatização, rotulação e condenação dos meninos e meninas de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J. **Capitães da areia**. 28 ed. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2015.

ALMEIDA, F. S. **Compondo a aquarela da vida de meninos e meninas de rua no município de Vitória**. UFES, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, W. **O Narrador**. Observações acerca da obra de Nicolau Lescov. Tradução: Erwin Theodor Rosental. In: *Textos Escolhidos (Coleção Os Pensadores)* 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 115-119

CERQUEIRA, M. **Pobres, Resistência e Criação**. São Paulo: Cortez, 2010.

COIMBRA, C. NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Jovens – Revista de Estudos sobre Juventude**, 9(22), jan/jun, 338-355. México: 2005. Disponível em:
<http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf>
. Acesso em: 20 ago. 2015

DUTRA, E. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estud. psicol.**, Natal, 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

GAGNEBIN. J. M. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: Benjamin. W. :**Magia e técnica, arte e política**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.7-19

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 35, n. 2, p. 57-63, Apr. 1995 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2015.

GUSMAO, S.; SILVEIRA, R. L.; CABRAL FILHO, G.. Broca e o nascimento da moderna neurocirurgia. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo , v. 58, n. 4, p. 1114-1152, Dec. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2000000600028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2015.

JAQUES, P.B. **Elogios aos Errantes**. Salvador : EDUFBA, 2012.

KUNZ, G. S. Narrativas de andanças nas ruas de Vitória. In: Ana Maria Petronetto Serpa; Eugenia Célia Raizer. (Org.). **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência** (2005 -2012). Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, v. 368, p. 01-368, 2012.

LANCETTI, A. **CLÍNICA PERIPATÉTICA**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

MACHADO, L. D. O rei está nu. IN:BARROS, M. E. (org.) **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos da judicialização. **Psicologia & Sociedade**. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 2012. P. 39-44.

OLIVEIRA, C. F. B.; BRITO, L. M. T. Judicialização da vida na contemporaneidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 33. p. 78-89. 2013 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai. 2015.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ARAUJO, S. B.. Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso. **Educ. Pesqui.**, São Paulo ,2 ed. v. 28. p. 87-103. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2015.

PELÚCIO, L. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer.** Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, n. 2, p. 395, 2012.

PEREIRA, J. M. R. **Poemas de Deus e o do Diabo: Cântico Negro.** Quasi Edições, 2006.
TAVARES, G. M.; et al. A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso. **Psicologia & Sociedade**, 23(1), 94-102, 2011.

TAVARES, G. M. Carta à Infância. In: BERNARDES, A. G., TAVARES, G. M., MORAES, M. **Cartas para pensar: Políticas de pesquisa em Psicologia.** Vitória: EDUFES, 2014. P.61-68.

VIESENTEINER, J. L. **Resistência e reinvenção: o estatuto da ética em Deleuze.** 2005.
Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16661632/O-estatuto-da-etica-em-Deleuze#scribd>>.
Acesso em: 20 out. 2015

PSICOSSOMÁTICO: A CONCEPÇÃO APRESENTADA PELA PSICANÁLISE, ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL

Juliana Pereira Nunes¹, Lorranny Guedes de Almeida¹, Andrea Loss Nunes²

1. Aluna do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX.

2. Andrea Loss Nunes. Professora Mestre do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX, doutoranda do curso de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

RESUMO

O termo psicossomático é utilizado por várias abordagens da psicologia como uma tentativa de explicar o processo de adoecimento, a partir do estudo da relação mente e corpo. O objetivo deste trabalho é fazer um resgate histórico para analisar a concepção sobre o termo psicossomático. Buscando compreender o processo de adoecer realizamos um resgate histórico para entender como esse conceito foi se construindo e se modificando ao longo dos anos, até sua concepção atual através de três teorias da psicologia: Psicanálise, Análise do Comportamento e Fenomenologia Existencial com a finalidade de esclarecer como esse conceito foi se construindo e se modificando ao longo do tempo, até sua concepção atual. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório com base em material já publicado como Livros e fontes de publicações de artigos e periódicos como SCIELO, PEPSIC e trabalhos acadêmicos publicados pelas universidades federais. Foram escolhidos os principais livros e artigos que abordavam o tema e realizada leitura sistematizada que buscaram ordenar as informações relacionadas ao problema investigado para facilitar o alcance do objetivo proposto. Em estudos sobre a Psicanálise pôde ser encontrado vários trabalhos, abordando de várias formas e com vários termos. Na fenomenologia existencial pode ser observado um gama de estudos sobre o tema, entretanto, há uma ausência de artigos e trabalhos recentes. Na Análise do Comportamento não foi possível encontrar muitos estudos sobre tal conceito historicamente.

Palavras-chave: Psicossomática. Psicanálise. Comportamento. Fenomenologia. Existencial

INTRODUÇÃO

A escolha desse tema ocorreu pelo interesse em investigar como o termo psicossomático vem sendo conceituado e compreendido ao longo da história. Pouco se tem conversado sobre como o tema é abordado nas diversas raízes da psicologia, desde quando começou a ser conceituado até os dias de hoje.

O termo psicossomático é utilizado por várias abordagens da psicologia como uma tentativa de explicar o processo de adoecimento, a partir do estudo da relação mente e corpo. Quando falamos em psicossomático nos referimos a um campo de estudo em que questões sobre a mente e o corpo se entrelaçam. É um termo que caracteriza estudos sobre a interação mente-corpo rompendo com o dualismo saúde-doença e que coloca em foco o doente e seu processo de adoecer (CERCHIARI, 2000).

Por existir poucos estudos sobre o conceito psicossomático, propõe-se investigar a sua construção, a partir de algumas problematizações: O que significa psicossomático? Como surgiu? Quais as visões e concepções das teorias psicanalistas, análise do comportamento e fenomenologia-existencial apresentados ao longo da história e como é visto hoje?

O objetivo geral do estudo foi analisar a concepção sobre psicossomático a partir de três teorias da psicologia: Psicanálise, Análise do Comportamento e Fenomenologia Existencial. Foram traçados objetivos específicos como: identificar como a Psicanálise, a Análise do

comportamento e a Fenomenologia-Existencial apresentam o conceito psicossomático ao longo da história e na atualidade e avaliar possíveis diferenças ou semelhanças entre os conceitos apresentados por cada teoria da psicologia estudada na pesquisa.

Realizamos um resgate histórico para entender como a concepção sobre psicossomático foi construída e modificada ao longo dos anos e sua relação com o processo de adoecimento. Observou-se que o adoecer era entendido como uma manifestação sobrenatural, na idade antiga e os tratamentos das enfermidades eram baseados em rituais religiosos, realizados por curandeiros que tentavam se livrar das “forças do mal” e que possuíam o conhecimento acerca de plantas medicinais (VOLICH, 2000).

Na idade média, ainda se baseavam no sobrenatural para o tratamento das doenças. As ideias nesse período sofreram fortes influências da Igreja católica, dominante na época. Pensamentos referentes à cura, por exemplo, eram atribuídos à divindade, ou seja, à vontade de Deus. Nesse período, ainda não existiam noções claras de anatomia e fisiologia (VOLICH, 2000). Assim, no que se referia às doenças ou distúrbios mentais eram tratados como possessões demoníacas, ficando os médicos restritos apenas a tratar as enfermidades do corpo (MELLO FILHO, 2002).

No final do séc. XVI, com o advento do renascimento, o pensamento do homem começou a se transformar, atribuindo aos eventos que até então eram explicados como místicos, causas naturais. (MELLO FILHO, 2002). A igreja aos poucos foi perdendo seu domínio, abrindo espaço para investigações em todos os âmbitos, influenciando a ciência moderna e a concepção de homem (VOLICH, 2000).

René Descartes a partir do séc. XVI inicia uma nova discussão sugerindo que para algo ser reconhecido como científico, deveria ser comprovado. Em relação aos estudos sobre mente e corpo, apresentou uma visão dualista em que corpo e mente são duas unidades distintas (VOLICH, 2000). Descartes, propôs uma divisão entre corpo e mente, atribuindo a cada unidade uma função específica. Segundo ele, o corpo poderia ser observado, estudado e constatado e a mente, como por exemplo, os sentimentos, emoções e sonhos, não poderiam ser medidos. O filósofo afirmou que a doença poderia ser observada pelo viés das ciências naturais e da física. Dessa maneira, influencia o pensamento da época de forma que se começa a refletir sobre a relação mente-corpo e pensar sobre as causas de algumas doenças (MELLO FILHO, 2002).

O termo psicossomático foi introduzido pela primeira vez em 1818 pelo Psiquiatra Alemão Johann Heinroth, que também criou o termo somatopsíquica em 1928. Após muito tempo de estruturação, Heinroth apresentou em seu conceito sobre psicossomático um modelo unicista, explicando que corpo e mente são duas partes que pertencem a um todo, afirmando assim a interação e não a separação entre ambos (CERCHIARI, 2000).

Nessa visão holística de Heinroth, o termo trata de uma influência que a mente exerce sobre o corpo. Por isso, os processos mentais e de funcionamento não estariam separados, pois a causa da doença é determinada por fatores psicológicos. O campo da psicossomática constitui um saber teórico de intervenção que não separa corpo e mente e sim, faz uma interação recíproca entre os dois, sendo um modelo teórico e uma metodologia específica (CAPITÃO; CARVALHO, 2006).

A psicossomática põe em evidência o ser humano como um todo. A ideia é que a doença possui causa orgânica, sendo esta potencializada pelo psiquismo e em todo o processo de adoecimento há fatores psíquicos e orgânicos (CERCHIARI, 2000). O termo psicossomático pode ser atribuído tanto a questões psicológicas, como também questões afetivas do estado de saúde física do ser humano (CARDOSO, 1995, apud CERCHIARI, 2000). Entretanto, Alexander afirma que toda doença é psicossomática, uma vez que sofrem influências de elementos emocionais nos processos fisiológicos (VOLICH, 2000).

Cerchiari (2000) ao citar Dias (1981) aponta que Alexander a partir de 1944, estrutura seu modelo psicossomático em quatro premissas: 1) todas as funções humanas são psicossomáticas; 2) as emoções estão sempre associadas aos concomitantes fisiológicos; 3) as emoções ou conflitos específicos levam a concomitantes fisiológicos específicos; 4) as emoções cujas expressões direta é recalcada por razões ligadas ao conflito, intra-psíquico, provocam secundariamente estados de tensão fisiológicas pelo aumento, em intensidade e duração, dos seus concomitantes fisiológicos. Os fatores emocionais podem influenciar e desencadear uma doença, se tornando psicossomática. A psicossomática, nessa perspectiva aponta a relação do psiquismo com o corpo (CERCHIARI, 2000).

A consolidação de estudos acerca da psicossomática só se deu mais tarde, com a fundação das escolas Americanas e de Paris. Esses estudos evoluíram em três fases. A fase inicial apresenta influências da Psicanálise, a intermediária é construída pelas ideias dos teóricos da Análise do Comportamento e a fase atual, apresenta ênfase no aspecto social e na multidisciplinaridade (MELLO FILHO, 1992).

A psicossomática pode ser entendida como um campo do saber relacionado ao adoecer, à saúde e suas práticas. Contudo, a concepção sobre o que é psicossomático é de ordem ideológica, dos estudos de como o corpo e mente interagem entre si, como é esta interação mútua e quais suas implicações (MELLO FILHO, 1992). Mello Filho (2002, p. 19) diz que toda doença é psicossomática e há uma singularidade entre elas, uma vez que cada sujeito tem o seu próprio modo de lidar com os conflitos psíquicos, fazendo com que tenham seu próprio processo de adoecer. Por isso, é permitido usar o termo “Psicossomáticas” no plural, segundo o autor acima.

A partir das leituras efetuadas sobre o termo psicossomático ao longo da história, nota-se a presença de visões e propostas diferentes em sua conceituação. Isso é observado em algumas teorias da psicologia como a Psicanálise, Análise do Comportamento e a Fenomenologia-Existencial.

Psicanálise

Sigmund Freud, o fundador da teoria psicanalítica, contribuiu muito para a história da Psicossomática, tendo elaborado vários dos modelos da psicossomática existentes até hoje, embora em nenhum momento tenha usado esse termo, ou tenha tido a intenção direta de estudar sobre tal assunto (VICENTE, 2000).

Freud ressaltou a importância do conflito psíquico para a compreensão da somatização das doenças, observando que nosso organismo e nossa existência, bem como as relações do Homem com a Natureza e com seus semelhantes são permanentemente marcados pela contraposição de forças, de interesses, de necessidades, de processos fisiológicos. É no

âmbito de tais conflitos que passamos a existir que nos desenvolvemos, que nos constituímos (VOLICH, 2000, p. 64). Ao fundar a Psicanálise, Freud deu importância a fenômenos que até então eram recusados pela ciência, como sonhos e sexualidade, por exemplo, para buscar compreender como os conflitos psíquicos se manifestam no âmbito somático, e acabou produzindo um modelo clínico e teórico que investiga as manifestações psíquicas e corporais do ser humano (VOLICH, 2000).

Freud desenvolveu o conceito de pulsão para descrever um fenômeno que se situa numa articulação entre o mental e o somático. É uma força que age de dentro do organismo para resguardar o sujeito do desprazer. Maldonado (2006, p. 23) descreve a pulsão como uma forma de saída, apontando que “caracteriza-se de saída por ser uma força que pressiona constantemente, contra a qual não há nenhuma ação motora (fuga) que a elimine”.

A energia *pulsional* é uma força que vêm de dentro do sujeito com o objetivo de associar o psiquismo deste e o somático, se manifestando por meio de representação e afeto. Segundo Silva (2012, p. 20), “a pulsão pode ser pensada como essa força constante que se origina em algum processo de ordem somática e pressionará o aparelho psíquico no sentido de que ele trabalhe para obter sua satisfação”.

Freud ilustra as manifestações dos conflitos psíquicos, abordando em seus escritos, o processo de recalque em que há o surgimento do sintoma corporal, que é o deslocamento desse sintoma para o corpo. O que significa que no âmbito da teoria freudiana, sabemos que a ligação do afeto desinvestido pelo recalque em uma representação substitutiva caracteriza o mecanismo de deslocamento, dinâmica central da neurose obsessiva e das fobias. A ligação e descarga desse afeto por meio de partes do corpo configuram o mecanismo da conversão, característico das manifestações histéricas (VOLICH, 2000, p. 66).

Com isso, chegou à conclusão de que o organismo não é o responsável pelos sintomas, destacando ainda o simbolismo e a importância pessoal na localização do sintoma. Para ele, há investimento dos dois elementos (simbolismo e importância pessoal) na formação do sintoma, que se dá na interação entre o psíquico e o somático (VOLICH, 2000). Assim desenvolveu o termo “complacência somática” fazendo menção à “escolha da neurose histérica e a escolha do órgão ou do aparelho corporal sobre o qual se dá a conversão” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1995, p. 69 apud CERCHIARI, 2000, p. 66).

Na visão psicanalítica, o termo psicossomático diz respeito a um investimento referente à neurose histérica em relação a escolha do órgão em que se dará a conversão. A partir da existência de um conflito psíquico, o sintoma corporal se instaurará de acordo com o simbolismo que tal localização anatômica tem para o sujeito, havendo então a conversão, ou seja, o deslocamento do sintoma para o corpo (LAPLANCHE; PONTALIS, 1995, apud CERCHIARI, 2000).

Por conversão histérica, entende-se aqui, o conceito proposto por Freud como abordado por Moraes (2007), descrito como um mecanismo de defesa do organismo. Esse mecanismo age no sentido de evitar algum conflito que gera desprazer e sofrimento para o indivíduo, ocorrendo então, um deslocamento do psiquismo para a esfera somática. Essa conversão

acontece em função do processo de recalçamento, que ao evitar que algum conflito fique acessível ao consciente, acaba se transferindo para o corpo (MORAES, 2007).

Os estudos da psicossomática na visão psicanalítica se desenvolvem por volta da década de 1930, com Flanders Dunbar e Franz Alexander, sendo este último, o fundador do Instituto de Psicanálise de Chicago e reconhecido por ser o maior teórico sobre a psicossomática entre os anos de 1930 a 1940. Esses psicanalistas compartilhavam de uma visão psicogenética, ou seja, o sintoma psicossomático surge em decorrência de acontecimentos traumáticos que se deslocavam para o corpo, quer dizer, a partir de conflitos internos já vivenciados que irão gerar a doença (VICENTE, 2005).

Em meados dos anos 30 foi fundada a Sociedade Americana de Psicossomática por Flanders Dunbar, que desenvolveu no ano de 1943 a teoria dos perfis da personalidade. Para ela, as diferentes formas em que a doença psicossomática se apresenta têm relação às diferentes personalidades dos sujeitos (VICENTE, 2005).

Dunbar e Alexander propõem, segundo Vicente (2005), que as doenças psicossomáticas são de caráter orgânico e psicológico e relacionadas com a personalidade. Esses autores propõem modelos médicos que se baseiam em esclarecimentos fisiológicos fazendo com que estudiosos procurem sempre uma correspondência psicológica para as doenças (VICENTE, 2005).

Vicente (2005, p. 259) explica que “grande parte dos sintomas somáticos seriam o efeito de uma descarga de energia pulsional sobre o sistema vegetativo”. Nessa perspectiva a autora chegou a estudar e elaborar os perfis de pacientes em diversas doenças, como a coronária, por exemplo.

Flanders Dunbar disse que os vários tipos de personalidade se relacionam aos diversos tipos de doenças psicossomáticas. Ela foi muito criticada em seus trabalhos por delinear o perfil dos pacientes, excluindo outros fatores no estudo de determinada doença. Entretanto, muitos seguidores compartilharam de seus escritos contribuindo na construção de diversos perfis de pacientes em relação a algumas enfermidades (CERCHIARI, 2000).

Franz Alexander desenvolveu a teoria da especificidade dos conflitos. Segundo o ele, o recalçamento operado na mente do sujeito por impossibilidade de expressão de emoções geradoras de um conflito intrapsíquico, provoca estado de tensão fisiológica (VICENTE, 2005).

Na estruturação de sua teoria da especificidade, Franz Alexander apresenta a distinção de sintomas conversivos e neurose vegetativa. Assim sendo, o sintoma conversivo é a expressão de um conteúdo psicológico recalçado e a neurose vegetativa é uma resposta fisiológica dos órgãos aos estados emocionais. Por isso, toda perturbação vinda de experiências conflituosas em que há o recalçamento, é direcionada para órgãos específicos (CERCHIARI, 2000).

No final dos anos 50, alguns psicanalistas como Pierre Marty, Michael de M'usan, Michel Fain e Christian Davi, se juntaram para revisar os estudos acerca da Psicossomática da Escola Americana. A partir de suas investigações desligaram-se da escola e iniciaram a construção de uma nova vertente da psicossomática, fundando a Escola de Psicossomática

de Paris (MELLO FILHO, 1994). Diferente dos autores psicanalíticos da escola americana, na escola de Paris, eles não defendiam uma causa específica para as doenças, referenciavam uma integração entre corpo e psiquismo, ou seja, eles buscavam entender como as pessoas respondiam aos conflitos, como se dava o processo de somatização, através da conceituação e importância do corpo para o sujeito (CERCHIARI, 2000).

Essa escola apresenta, portanto, outra perspectiva, na qual questiona o modelo tradicional, colocando em foco o sintoma, e não mais somente o orgânico, além de se oporem aos estudos de Alexander, afirmando que este tem uma visão dualista de homem (PERES, 2006).

Os psicanalistas liderados por Pierre Marty segundo Silva (2012) focaram seus estudos em discussões sobre as manifestações corporais em decorrência de sofrimento psíquico. Esses autores apontam para a questão de pacientes somáticos apresentarem um funcionamento distinto dos pacientes neuróticos e psicóticos. Essa diferença ocorre pelo fato de que para o autor, no paciente somático há um excesso de energia pulsional, em que há a necessidade de descarga no corpo para que este diminua o excesso de excitação, por não encontrar vias de elaboração. O sujeito possui dificuldade no mecanismo de simbolização desse excesso de excitação e tende a fazer a descarga dessa energia para o corpo. Por essa razão se distingue do paciente neurótico em que há presença de um conflito psíquico, uma espécie de mediação que pode aparecer por meio de uma conversão, como a conversão histérica, por exemplo (SILVA, 2012).

Pierre Marty emprega o conceito de mentalização para delinear um tipo clínico que qualifica como “neurótico mal mentalizado”. Ele usa esse termo para explicar que pacientes psicossomáticos tem uma capacidade intelectual deficiente. Esse termo pode ser associado à metapsicologia da psicanálise freudiana quando se investiga se pode o recalque ser decisivo na formação do sintoma psicossomático (SILVA, 2012).

A doença psicossomática, pelo viés da Escola Psicossomática de Paris, se instala quando há falha nesse processo de mentalização, pois para Marty, como apontado por Silva (2012) o indivíduo está constantemente submerso por instintos e pulsões que necessitam de um meio para externalização, não sucedendo dessa forma em uma patologia. Nesta ocasião, o indivíduo que tem um aparelho psíquico com dificuldade de regular essas pulsões através da representação e simbolização, encontra como meio de descarga, o corpo biológico (SILVA, 2012).

Como o ponto central para o desenvolvimento de uma doença psicossomática é a ruptura no processo de mentalização, evidenciado por indivíduos com restrição na capacidade intelectual, o teórico francês desenvolveu o conceito “Pensamento Operatório” que discrimina o pensamento e comportamento dos pacientes que fazem a somatização. Essa concepção é apontada por Marty (1990 apud SILVA, 2012) como sendo “um pensamento consciente, sem ligação com movimentos fantasmáticos (representativos) apreciáveis”. Nessa perspectiva, os teóricos da escola francesa de psicossomática perceberam nos sujeitos uma pobreza mental, baixa capacidade de fantasiar e uma deficiente vida onírica. A esse comportamento chamavam ‘reação branca’, em que não existiam afetos, sendo pobre e vazia (MELLO FILHO, 1994).

Os autores chegaram à conclusão de que o pensamento operatório é revelado por causa de uma falha no pré-consciente que dificulta a comunicação entre o consciente e o inconsciente, isso faz com que a capacidade simbólica e a sublimação do paciente sejam quase inexistente, dificultando sua capacidade produtiva (VICENTE, 2005). Para Pierre Marty, o pensamento operatório é seguido de um tipo de funcionamento que denomina “depressão essencial”. Esse tipo de depressão se define como uma deficiência na função de elaboração que desestabiliza o psiquismo. O teórico especifica esse tipo de processo como “Desorganização Progressiva”. Essa desorganização implica em uma desordem na organização libidinal e dificuldade no funcionamento mental (SILVA, 2012).

A escola de Psicossomática de Paris, liderada por Pierre Marty, proporciona, então, uma outra forma de se olhar para o sujeito que desenvolve a doença psicossomática. Nesse caso, pode-se perceber que os conceitos descritos por Marty foram elaborados com base em uma diferenciada forma com que olhavam o sujeito. Desenvolveram uma investigação que estrutura a psicossomática se distanciando da escola americana e contribuindo para a criação de uma psicossomática científica (SOTO, 2006). Os estudos de Marty, segundo Peres (2006), são os mais coesos no que diz respeito à psicossomática e os mais completos, dando base a muitos outros teóricos.

Outro importante autor da psicanálise que elaborou estudos sobre Psicossomática é Winnicott. Para este (1983), a integração do ser humano ocorre através da relação do bebê com o meio ambiente, criando e desenvolvendo sua própria personalidade, pois quando o ser humano desenvolve e amadurece, aparecem suas questões psíquicas. Winnicott (1983) verificou que infinitas apropriações somáticas primitivas estão na base das conquistas subsequentes do amadurecimento. Portanto, para Winnicott (1983, p. 209), a integração no ser humano inicia-se com um "arranjo operacional satisfatório entre a psique e o soma", sendo que, na saúde, a crescente integração psicossomática é à base do desenvolvimento individual. Essa concepção a respeito da psique e o soma, tem ligação com o termo psicossomático, tendo assim uma necessidade de associar as questões orgânicas, físicas e emocionais.

Como exemplifica o psiquiatra Medard Boss (1997), os fenômenos somáticos e psíquicos se diferenciam, não podem ser tomados como iguais, mas em sua diferenciação, devem ser compreendidos quando remetidos a sua realidade comum. Portanto, psíquico e somático são dois modos diferentes pelos quais se dá o acontecimento da existência humana.

Para Dias (2012) a presença psicossomática revela que ali, naquela estrutura física, há uma pessoa com determinadas características, com um modo próprio de ser, tanto no aspecto saudável quanto na doença. Ou seja, é sobre um alicerce corporal que um ser humano vive e essa estrutura revela uma parte da história de cada um.

Segundo Laurentiis (2007), as mídias atuais insistem em vender imagens de identidades perfeitas entre soma e psique, apelam possivelmente para o sentimento de precariedade dessas relações. Mas, para Winnicott (1983), todo indivíduo tem a capacidade de experimentar momentos de não-integração, de despersonalização ou perda de contato com o real.

Nos dias de hoje, um dos nomes mais fortes no estudo da Psicossomática no campo da Psicanálise é Joyce McDougall, uma psicanalista holandesa que se radicou na França. Essa teórica para responder aos seus questionamentos atravessa várias abordagens e teorias junto a outros autores, levantando novas hipóteses sobre a psicossomática (PERES, 2006). Em sua teoria, aponta que a somatização decorre de um processo de defesa do organismo, através de um meio primitivo que é consequência de falhas no modo de internalização. A autora, diferente de Pierre Marty, relata a semelhança desse processo com a psicose, por causa do processo primitivo e pela falta de simbolização que o indivíduo apresenta (SILVA, 2012).

Para esta autora, pacientes somáticos, geralmente, são pouco capazes de elaborar psiquicamente afetos potencialmente desestruturantes. Em função disso, não raro lançam mão de estratégias defensivas arcaicas para evitar a eclosão de mobilizações emocionais que podem fugir do seu controle. (PERES, 2006, p. 107). Ela propõe que esses sintomas dos pacientes não sejam comparados à repressão e ao recalque, pois esse processo se dá de forma consciente.

McDougall argumenta que emoções podem se dissipar do aparelho psíquico em função da exclusão do “plano consciente de pensamento, fantasias e representações associadas aos afetos capazes de provocar sofrimento”. (PERES, 2006, p. 171). A essa forma de defesa do organismo, a autora denomina de “desafetação” (PERES, 2006). Esse processo pode ser visto como uma estratégia defensiva que propicia uma forma de buscar equilíbrio para o corpo (CAPITÃO; CARVALHO, 2006).

Há ainda um importante teórico que aborda a psicossomática na visão psicanalítica. Cristophe Dejours faz uma discriminação do corpo humano que é constituído em corpo biológico e corpo erótico. Esse autor descreve um processo que denomina subversão libidinal ao qual relata a construção do corpo erótico (SILVA, 2012). Esse processo de subversão do corpo biológico em corpo erótico ocorre durante a interação entre a criança e os pais nos cuidados destes direcionados às necessidades primárias da criança. “Este mecanismo se forma a partir da transformação do foco da função fisiológica do órgão biológico” (SILVA, 2012, p. 62). O processo de adoecimento psicossomático nessa perspectiva acontece quando o corpo erógeno não é acionado, possibilitando, assim, que surjam áreas do corpo que não tiveram investimento libidinal, mantendo-se ligadas ao corpo biológico. Ou seja, a doença psicossomática é um acontecimento no âmbito somático que se manifesta em decorrência de alguma área do corpo não ter sido influenciado pela subversão libidinal (SILVA, 2012).

Cristophe Dejours descreve o conceito de forclusão da função para explicar o fato da subversão libidinal não ocorrer, ficando inativas as funções fisiológicas. Para o autor, os processos fisiológicos devem ser reduzidos em relação à atenção que é dada ao prazer. Assim sendo, “a escolha do órgão na somatização é baseada nas alterações provenientes do processo de subversão libidinal, que possibilita o desenvolvimento do corpo erótico” (SILVA, 2012, p. 63). O autor ainda faz uma crítica ao monismo, explicando que o dualismo é de extrema importância no estudo da psicossomática, considerando a interação entre psique e soma. O dualismo de que Dejours trata é entre o campo biológico e fisiológico.

Análise do Comportamento

A proposta da Análise do Comportamento não aborda diretamente a questão da psicossomática que, em sua visão tradicional, propõe a explicação do processo de adoecimento a partir do estudo da relação entre mente e corpo. O Behaviorismo Radical proposto por Skinner, hoje conhecido como Análise do Comportamento, rejeita o dualismo entre mundo interior e exterior (mundo subjetivo e objetivo) e institui o monismo como concepção de homem (SKINNER, 1945 apud DARWICH, 2005).

Nesse sentido, o monismo proposto pela análise do comportamento quer dizer que corpo e mente (ou ambiente interno e externo) não podem ser estudados cientificamente como unidades distintas, uma vez que fazem parte de um todo. Nessa perspectiva, o ser humano é visto em sua amplitude, um ser completo que interage com o meio, permitindo dessa forma, que o ambiente externo possa ter influência no comportamento do indivíduo (DARWICH, 2005).

O behaviorismo foi fundado por John B. Watson. Este criticou que a psicologia seria uma ciência da mente e “sustentou que somente através do estudo do comportamento poderia a psicologia atingir a confiabilidade e a generalidade necessárias para se tomar uma ciência natural” (BAUM, 2006, p. 30). O behaviorismo proposto por Watson, chamado de Behaviorismo metodológico e era dirigido por estudos em que o foco eram os métodos das ciências naturais. O Behaviorismo radical, fundamentado por Skinner, trata-se na verdade de uma corrente filosófica afirmando que a ciência do comportamento pode ser objeto de estudo da Psicologia (SÉRIO, 2001). Dessa forma, teve forte influência do pragmatismo, que não compartilha com uma visão realista, a qual foi muito propagada como visão de mundo na sociedade ocidental.

Essa visão realista segundo Baum (2006, p. 34) “representa a ideia de que (...) há um mundo real fora do sujeito que dá origem a nossas experiências”. Assim, segundo esse ponto de vista realista para se chegar a uma exatidão se trilha um caminho lento e incerto, porque não se pode investigar o campo objetivo diretamente.

O behaviorismo metodológico fundamentava-se segundo a visão realista. O Behaviorismo radical, contemporâneo compreende uma visão pragmática. Segundo Baum (2006) o behaviorismo radical contrapõe o realismo, pois este pressupõe uma percepção dualista do sujeito (separação mundo objetivo/subjetivo), tornando-se inviável a uma ciência do comportamento (BAUM, 2006). Skinner fundou o behaviorismo radical e sugeriu que é possível no Behaviorismo uma investigação dos eventos abertos (perceptível ao coletivo) e encobertos para descrever os comportamentos. Sendo assim, Skinner estabelece a investigação de termos como pensamento e sentimento nesta perspectiva (DARWICH; TOURINHO, 2005).

A partir dessa proposta da Análise do Comportamento de estudar eventos encobertos, torna-se plausível fazer uma conexão do termo Psicossomática com essa abordagem psicológica, a partir dos estudos skinnerianos. Skinner, citado por Sérgio (2001, p. 228) discorre que:

É particularmente importante que uma ciência do comportamento enfrente o problema da privacidade. Ela pode fazer isto sem abandonar a posição básica do behaviorismo. A ciência freqüentemente fala sobre coisas que não pode ver ou medir. [...] Uma ciência do comportamento adequada deve considerar os eventos que ocorrem dentro da pele do organismo, não como mediadores fisiológicos do

comportamento, mas como parte do próprio comportamento. Podemos lidar com esses eventos sem assumir que eles tenham qualquer natureza especial ou que devam ser conhecidos de uma maneira especial [...] Eventos públicos e privados têm os mesmos tipos de dimensões físicas.

Na perspectiva do modo causal de seleção por consequências, o comportamento humano pode ser explicado por três sistemas chamados de “variação e seleção sendo eles: a seleção natural, condicionamento operante e transformação das culturas” (SÉRIO, 2001, p. 166). Em outras palavras, esses sistemas também podem ser compreendidos como a história da espécie, a história do indivíduo e a história da cultura.

Ferreira et al. (2010) abordam a questão dos eventos privados na perspectiva do behaviorismo radical de Skinner, afirmando a possibilidade de serem estudados na análise comportamental como fenômenos comportamentais. Eles afirmam que, ao introduzir o conceito de eventos privados, Skinner (1945) aponta a possibilidade (e a necessidade) de a psicologia comportamental lidar com temas relacionados à subjetividade, como pensamentos, emoções e cognições, sem o apelo a uma natureza imaterial dos fenômenos. Essa vem a ser uma característica distintiva de sua filosofia behaviorista radical, para a qual, no lugar de abandonar o estudo da subjetividade, compete a uma ciência do comportamento analisá-la como fenômeno comportamental. Skinner apresenta duas relações que auxiliam no desenvolvimento do condicionamento. O condicionamento reflexo ou respondente pressupõe uma relação entre estímulo e resposta. Essa relação pode ser explicada pela seleção natural através de comportamentos adquiridos pela evolução da espécie. A outra relação é definida como condicionamento operante descrita nas variações do comportamento em decorrência da participação de reforçadores e punidores que podem alterar a variação do comportamento (BAUM, 2006).

Dessa forma, pode-se perceber como o indivíduo influencia e é influenciado pelo meio externo. A análise do comportamento por não aceitar uma visão mentalista/dualista, afirma que o indivíduo em sua totalidade interage com um meio cultural e social em determinado tempo histórico e cria um repertório de comportamentos que determinam seu comportamento, até ser instaurado novas variações comportamentais (DARWICH;TOURINHO, 2005).

Essa interação também acontece nos comportamentos referentes às situações emocionais. Como o próprio Skinner relatou que o comportamento ocorre ainda dentro da pele do organismo, esse organismo ao ser influenciado por contingências do meio externo, sofre alterações corporais (DARWICH, 2005). Segundo a autora, isso ocorre devido ao condicionamento respondente. O que intensifica a afirmação de que o indivíduo interage com seu meio externo através de variações do ambiente que implicam uma alteração e determinação de seu comportamento.

Catania (1998, p. 388 apud DARWICH, 2005, p. 217) ao abordar sobre condicionamento operante, apresenta o conceito de comportamento emocional explicando que são mudanças correlacionadas em uma série de classes de respostas (por exemplo, se um estímulo pré-aversivo altera, simultaneamente, a taxa de batimentos cardíacos, a respiração, a pressão sanguínea, a defecação e o comportamento operante mantido por reforço, diz-se que ele produz um comportamento emocional). Percebe-se dentre o exposto que embora a análise do comportamento não trate diretamente da questão Psicossomática, utilizando o termo,

demonstram ser possível fazer uma conexão através das contingências de reforçamento, tanto reflexas como operantes, podendo ser punitivas ou reforçadoras. Tendo em vista que esta interação com o ambiente provoca transformações no organismo que responde emocionalmente com alterações corporais (DARWICH, 2005).

Contingência para a análise do comportamento é qualquer relação entre eventos sejam ambientais, comportamentais ou ambientais e comportamentais. Para Castanheira (2001, p. 37) como sujeitos verbais, observamos que grande parte de nosso repertório comportamental não é adquirido através de uma longa exposição às contingências de reforço ou punição, mas sim, através de descrições verbais, apresentadas como regras, que especificam essas contingências. Nos estudos realizados por Skinner, o comportamento humano pode ter duas origens. A primeira tem relação direta com as contingências, numa relação estímulo resposta, ou seja, ao emitir uma resposta experimentamos uma consequência seja positiva ou negativa. A segunda origem do comportamento pode ser descrita pelas regras em que o ser humano aprende por meio de descrições verbais das contingências. Os dois comportamentos, então, governado por regras e modelado por contingências, são adquiridos de forma diferente, o que sugere que apresentam formas diferentes de controle de estímulos. Dessa forma, respondem ao ambiente de forma distinta (CASTANHEIRA, 2001).

Guedes (1997) e Malott (1998) abordados por Castanheira (2001, p. 43) discorrem que para Skinner as regras têm uma importância fundamental no controle do comportamento humano. Para eles, o ser humano está “programado para, o tempo todo fugir/esquivar de punidores imediatos e buscar reforçadores positivos imediatos”.

Para Skinner segundo Darwich e Tourinho (2005) o organismo é modificado quando é sensível aos eventos presentes na interação com o ambiente. Essa interação produz mudança no comportamento futuro à medida que o estímulo que ocorre após a emissão do operante gera a possibilidade futura da resposta em situações similares.

Na visão da psicossomática tradicional, há uma interação entre corpo e mente que não condiz com a visão da análise do comportamento que rejeita esse dualismo. Porém, para essa abordagem da psicologia, como já estudado até aqui, o conceito de eventos privados torna possível realizar uma análise de comportamentos que ocorrem dentro da pele do sujeito.

A análise do comportamento busca estudar sentimentos e emoções, que denominam também de respostas emocionais. Como proposto por Darwich e Tourinho (2005) “Respostas Emocionais” são apresentadas como fenômenos complexos que envolvem tanto a eliciação de condições corporais específicas quanto a emissão de operantes. Assim, a definição ou nomeação de uma resposta emocional advém da discriminação verbal das condições corporais presentes no momento e da relação de contingência entre a presença de tais estímulos (públicos e privados) e a emissão de operantes anteriormente selecionados. Um exemplo de resposta emocional é a ansiedade. Esta gera alterações orgânicas e reações fisiológicas que devem ser consideradas no estudo de eventos privados, como por exemplo, alterações no batimento cardíaco e respiração. Skinner citado por Darwich (2005, p. 217) relata que a ansiedade é “autoperpetuadora e autointensificadora

a partir da punição de um operante”, e que a esta é implicada alterações no organismo que podem causar danos à saúde.

Dessa forma, é possível compreender na análise comportamental como é visto o processo de adoecimento. Partindo de uma visão monista em que o indivíduo é visto como um ser integral que age no ambiente e é modificado por este. É na análise de contingências que se pode verificar como se instalam determinadas doenças.

Para o behaviorismo radical proposto por Skinner, todo comportamento (tanto público como privado) é aprendido. Assim, através das contingências em que são instalados os comportamentos, pode ser desenvolvida alguma doença orgânica em função da exposição a longo prazo de respostas emocionais que geram sintomas orgânicos no corpo do indivíduo.

Fenomenologia Existencial

Nessa abordagem, segundo Ribeiro (2005) podemos encontrar na literatura fenomenológica a denominação do ser humano como um “organismo total”. Lima (2005) cita Goldstein (1995), que apresenta um pensamento sistêmico do organismo. Portanto, dentro dessa visão o organismo é compreendido em si como um sistema, que funciona como uma unidade, sendo que qualquer estímulo que atinja este organismo em qualquer um dos seus subsistemas, necessariamente promoverá mudanças na unidade total. Para chegar, a um organismo total, é preciso buscar padrões de respostas, para um objetivo que é o equilíbrio.

Para Lima (2005), o equilíbrio acontece quando o organismo consegue se atualizar através de suas performances, lidando simultaneamente com as demandas do meio. Assim, Kurt Goldstein (1995) relatado por Lima (2005), dizia que este modo de funcionamento se dava de forma semelhante à lei de figura-fundo da Psicologia da Gestalt para explicar os fenômenos perceptivos. Segundo Lima (2005), Goldstein dizia que estas eram definidas pela “essência” (dotação natural) do organismo. E assim são atualizadas diante das mudanças trazidas pela relação com o meio circundante, que está interagindo permanentemente com o organismo total. Contudo Lima (2005) afirma que Goldstein definia a autorregulação orgânica como uma forma do organismo de interagir com o mundo, segundo a qual o organismo pode se atualizar, respeitando a sua natureza, do melhor modo possível. Esse lidar com o meio pode se dar tanto através de reações de aceitação e adaptação a este, quanto também através de ações de rejeição e fuga do mesmo. Quanto a continuidade do sistema é ameaçada pelo contato com o meio, a retirada do contato é uma tentativa de adaptação do organismo.

Com isso, a pessoa vive em constante processo de autorregulação e podemos verificar isso na sociedade multifrênica em que vivemos. Para explicar melhor o conceito, Gergen (1991), citado por Filho (2002, p. 9) aponta que as tecnologias de saturação social expõem o indivíduo a uma grande quantidade de modelos comportamentais e culturas alternativas, em que ele acumula não só um maior conhecimento teórico de mundo, mas também um conhecimento prático, um saber como. Ao resultado desses processos de socialização secundária, esse autor denomina de multifrenia, uma síndrome normal da pós-modernidade caracterizada pela “dissociação do indivíduo numa multiplicidade de investimentos do self”. Sendo assim, diz-se de uma sociedade em que indivíduos expostos às várias informações e culturas, passam por processos em que têm de assumir vários papéis, o que pode causar o

surgimento de algumas psicopatologias em detrimento destes conflitos, entre elas as doenças psicossomáticas.

Na abordagem fenomenológica temos a filosofia de Merleau-Ponty (1999) que se configura como uma crítica aos modelos empirista e intelectualista. Merleau Ponty (1999) cita Descartes, afirmando que o filósofo, na tentativa de ficar imune às contradições da vida, utiliza o racionalismo e o empirismo, para criar uma visão de um mundo objetivo, tendo a concepção de um sujeito racional neutro. O filósofo propõe, então, um retorno àquele mundo considerado ilusório pela ciência, um retorno ao mundo vivido. Para Merleau-Ponty (1999) a tarefa da filosofia é interrogar o mundo tal como lhe aparece, questionar a experiência total do homem. Trata-se de recolocar o homem na ordem da existência, noção esta que foi esquecida com a prevalência do pensamento positivista cartesiano.

Segundo Descartes, há uma experiência espacial, temporal e corporal que pode anteceder o pensamento objetivo. “É preciso que reencontremos a origem do objeto no próprio coração de nossa experiência.” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 109). A concepção cartesiana relata que:

O paradigma cartesiano instaura uma concepção de mundo que dá impulso às chamadas ciências da natureza: a física, a química, a biologia. A idéia de um corpo sem alma, como mera materialidade, impulsiona as pesquisas em fisiologia e anatomia, assim como uma abordagem do corpo, da doença e da dor como fenômenos físicos que merecem intervenção direta, pragmática e que são passíveis de correção. (COSTA, 2007, p. 159)

No entanto Merleau-Ponty (1999) critica a concepção cartesiana de Descartes, que separa totalmente a mente e corpo. Ele possui uma visão que distingue o que existe como algo material ou como algo pensante, separando a mente do mundo. O homem para Merleau-Ponty não é só orgânico ou só psíquico. Em algumas abordagens psicanalíticas, se faz dicotomia da existência do psíquico e do corpo. Entretanto, para Merleau-Ponty, na sociedade em que vivemos, o físico (corpo) e o psíquico (mente) promovem uma somatização, das emoções, dos pensamentos, dos sentimentos e dos desejos, interferindo no corpo e na mente juntamente.

O que nos permite tornar a integrar o ‘fisiológico’ e o ‘psíquico’, que reintegrados à existência, eles não se distinguem mais como a ordem do em si e a ordem do para si, e de que são ambos orientados para um pólo intencional ou para um mundo. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 129). Para Merleau-Ponty, o corpo sente o momento certo, podendo assim compreender os sentidos existenciais que se manifestam corporalmente e mentalmente. Ponty descreve: “A união entre a alma e o corpo não é selada por um decreto arbitrário entre dois termos exteriores, um objeto, outro sujeito. Ela se realiza a cada instante no movimento da existência”. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 131).

O que a psicossomática propõe é que se amplie a visão do corpo e da psique mostrando o que é existente. Vivemos no mundo que cada um cria seu espaço, mudando constantemente esse espaço físico e psíquico. Em Merleau-Ponty (1999), o corpo não é uma reunião de órgãos justapostos no espaço. Cada corpo possui sua posição, seu espaço em um determinado local, sabendo o seu lugar e sua espacialidade corporal.

A espacialidade do corpo não é algo material como vimos com Descartes, é algo criado por cada corpo físico, criando seu existencialismo, seu modo de lidar com as situações, o corpo é algo ativo e não material como um objeto, o corpo se interage com o espaço objetivo, criando uma interligação corpo objeto. Merleau-Ponty(1999) reafirma que o corpo é o pivô do mundo, sendo um corpo subjetivo e não um corpo objetivo, faz uma relação corpo físico e psíquico e faz uma relação homem e mundo, sendo algo inseparável, mostrando que o homem faz parte do mundo, agindo sobre ele e o modificando, um modifica o outro. De acordo com ele:

[...] o sujeito posto diante de sua tesoura, sua agulha e suas tarefas familiares não precisa procurar suas mãos ou seus dedos porque eles não são objetos a se encontrar no espaço objetivo (...) mas potências já mobilizadas pela percepção da tesoura ou da agulha, o termo central dos 'fios intencionais' que o ligam aos objetos dados. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 153).

O corpo é como você é, tendo uma relação entre a psique e o mundo, em que o sujeito consegue descobrir a si mesmo, interagindo com o meio em que está inserido. Portanto, a primeira visão do conceito psicossomático e as concepções de doença começaram com Hipócrates, concebendo a pessoa doente em sua totalidade não separando corpo e mente, considerando seus sentimentos, sensações e emoções, analisando e constatando a história de cada indivíduo. Contudo, segundo Angerami Camon (2004), para diagnosticar uma doença é preciso verificar uma reação, o ambiente em que o sujeito vive e interage.

Angerami-Camon (2004) relata que não é aceitável nos dias de hoje pensar em corpo e mente separados, como algo independente na vida de cada indivíduo, pois é algo que conversam entre si e interagem entre si, fazendo o mecanismo juntos. Ele relata que as orientações da psicossomática atuam compreendendo e intervindo, tendo as suas ações distintas e complementares, para assim, ter uma dimensão e compreensão da experiência dolorosa.

Para Heidegger (2001) a questão não está em pensar o psíquico e o somático, nem tampouco as possibilidades de integração ou articulação destas duas dimensões, tal como o fez alguns psicanalíticos sobre a teorização da psicossomática, sendo relatadas as representações psíquicas no corpo, se tornando a somatização. Heidegger (2001), antes de estudar a psicossomática, nos ressalva das necessidades e complexidades do humano, de um modo próprio. Segundo ele, o modelo cartesiano aplicado ao homem divide e separa o homem em sua humanidade.

O homem é aquele que está presente no mundo de forma peculiar, criando sua própria experiência de existir, se desenvolvendo pelo meio em que vive e interagindo, tendo autoconsciência do tempo e espaço em que se encontra, tem noção do real onde vive, mas não sabe o que irá acontecer com ele mesmo. Por isso, para Heidegger o indivíduo busca a partir de seus anseios, as necessidades existenciais, procurando um sentido para existir. É preciso entender existencialmente o fenômeno humano em sua totalidade e não separando o que seria orgânico e físico, pois não se trata de estatísticas, e, sim, de um modo da perspectiva existencial de cada indivíduo (HEIDEGGER, 2001).

Outro fenomenólogo importante foi Fritz Perls (1997), criador da Gestalt-terapia, que influenciado pelas concepções clássicas da psicossomática a partir da noção de

psicogênese contribuiu para a construção da proposta fenomenológica existencial. A psicogênese estuda a origem dos processos psicológicos e mentais em seu desenvolvimento, sendo um estudo do comportamento humano e suas variáveis da personalidade.

Segundo Fritz Perls (1997), o ser humano tem a possibilidade de ser-no-mundo de várias maneiras e em níveis qualitativamente distintos, no pensar e no agir. Por isso, Perls chama a atenção para o fato de a ciência ter tomado essas duas possibilidades como independentes entre si e conseqüentemente, como áreas de estudo distintas. Portanto, é possível verificar tal separação do pensar e do agir, relatado por Perls, baseando-se nos pressupostos do paradigma cartesiano, através de Descartes, sendo um movimento inaugurado pela psicanálise visando repensar a concepção mente e corpo. Entretanto, segundo Perls (1997), tal visão pressupõe um entendimento mecanicista.

Um dos fatos mais notórios a respeito do homem é que ele é um organismo unificado. Todavia, esse fato é completamente ignorado pelas escolas tradicionais de psiquiatria e psicoterapia que continuam a operar em termos da velha cisão corpo/mente. Desde o surgimento da medicina psicossomática, a estreita relação entre atividade mental e física se tornou cada vez mais flagrante. Não obstante, essa persistência do paralelismo psicofísico, esse avanço no conhecimento não progrediu tanto quanto deveria. Continua preso aos conceitos de causalidade, tratando a doença funcional como um distúrbio físico causado por um fato psíquico (PERLS, 1988, p. 24).

Ribeiro (2011) ressalta que para Perls (1988) a concepção de homem como constituído por níveis de atividade acaba com a doutrina do paralelismo psicofísico. Soma e psique não são entidades separadas e independentes, mas possibilidades do existir humano. Pensamentos e ação são maneiras de ser da pessoa total que se desvela ora de uma forma ora de outra.

Para Ribeiro (2011) é possível encontrarmos na literatura gestáltica uma terapia centrada no aqui agora e na experiência concentrada do sujeito, englobando a sua totalidade: corpo, sensações, emoções, sentimentos e pensamentos, e tudo que está presente naquele momento, tudo que constitui o campo de experiência único daquela pessoa, com todos os seus valores e significados. Perls (1988) define o conceito de "campo unificado" como instrumento conceitual para o entendimento desse homem global, que se caracteriza como um ser nos quais ações físicas e mentais estão entrelaçadas.

Na visão da Gestalt-Terapia, a denominação do ser humano como um "organismo total", como vimos inicialmente, significa que a pessoa vive no mundo num constante processo de autorregulação organísmica. Essa conceitualização exclui os problemas causados pelas denominações de soma e psique. O sintoma vai sendo compreendido como um "sinal" do organismo, que poderá ser ressignificado e utilizado na busca de uma autorregulação mais saudável.

MÉTODO

O trabalho realizado é uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, incluindo materiais impressos, como livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos. O trabalho de levantamento bibliográfico, pode também assumir uma postura

exploratória, isto significa que em razão da limitação de estudos sobre o assunto, será abordado de forma que proporcionará mais acessibilidade e entendimento ao tema, explicitando acerca do assunto escolhido.

As técnicas mais adequadas para coleta de dados na pesquisa bibliográfica são as que possibilitam pesquisas em bibliotecas. Há ampla disseminação de materiais bibliográficos em formato eletrônico, assumindo grande importância na pesquisa feita por meio de bases de dados e sistemas de busca (GIL, 2010).

A coleta de dados para esse estudo foi realizada através de bases para pesquisas como: livros, e fontes de publicações de artigos e periódicos como SCIELO, PEPSIC e trabalhos acadêmicos publicados pelas universidades federais. Foram selecionados os cem principais artigos sobre o tema investigado e feito um recorte, a partir de sua visão histórica, para proporcionar melhor entendimento e comparação sobre a concepção do termo psicossomático apresentado em cada abordagem da psicologia proposta pela pesquisa. Realizaram-se leituras sistemáticas que buscaram ordenar as informações relacionadas ao problema investigado para facilitar o alcance do objetivo proposto.

Foi possível encontrar uma gama de publicações sobre a psicanálise e fenomenologia abordando o adoecer na visão psicossomática. Sobre Análise do Comportamento não foram encontrados muitos estudos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram organizados em quadros (Quadro I, Quadro II e Quadro III) com o intuito de demonstrar os conceitos identificados em cada abordagem estudada e suas diferenças e semelhanças. A seguir foi feita a discussão dos resultados.

Quadro I: Principais conceitos elaborados pela teoria da Psicanálise

Autor	Conceito	Trabalhos pesquisados
Flanders Dunbar	Teoria dos perfis de personalidade: doenças tinham relação com perfil de personalidade.	Vicente, 2005. Cerchiari, 2000.
Franz Alexander	Teoria da especificidade dos conflitos: impedimento de manifestar emoções, gerando conflito psíquico.	Vicente, 2005. Cerchiari, 2000.
Pierre Marty	Mentalização: operações de representação e simbolização em que o aparelho psíquico regula as energias instintivas e pulsionais, libidinais e agressivas	Silva, 2012.
Pierre Marty	Pensamento operatório: pensamento consciente, sem ligação com movimentos fantasmáticos apreciáveis	Silva, 2012.
Pierre Marty	Reação branca: comportamento em que não existiam afetos, sendo pobre e vazio.	Mello Filho, 1994.
Winnicott	Integração do ser humano: relação bebê/meio criando a sua personalidade.	Winnicott, 1983.
Joyce McDougall	Desafetação: estratégia	Capitão & Carvalho, 2006. Peres, 2006.

Christophe Dejours	Subversão libidinal: modificação do corpo biológico para corpo erótico. Forclusão da função: quando não ocorre subversão libidinal.	Silva, 2012.
--------------------	--	--------------

Quadro II: Principais conceitos elaborados pela teoria da Análise do Comportamento

Autor	Conceito	Trabalhos pesquisados
Skinner	Eventos encobertos/privados: fenômenos que são acessíveis somente para o indivíduo que está se comportando.	Darwich& Tourinho, 2005.

Quadro III: Principais conceitos elaborados pela teoria da Fenomenologia-existencial

Autor	Conceito	Trabalhos pesquisados
Merleau-Ponty	Crítica ao pensamento cartesiano: crítica à separação mente e corpo	MerleauPonty, 1999. Heidegger, 2001.
Merleau-Ponty	Espacialidade do corpo: criado por cada corpo físico, criando seu existencialismo, seu modo de lidar com as situações.	MerleauPonty, 1999.
Heidegger	Totalidade do ser humano: não separação entre orgânico e físico	Heidegger, 2001.
Hipócrates	Totalidade do ser humano	Angerami-Camon, 2004.
Angerami-Camon	Integração corpo e mente	Angerami-Camon, 2004.
Fritz Perls	Totalidade do ser humano: soma/psique não são entidades separadas e independentes, mas possibilidades do existir humano	Perls, 1988.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Psicanálise

Nota-se diante do quadro exposto que esses estudiosos da psicanálise divergem muito em relação à origem das doenças psicossomáticas. A partir de Sigmund Freud, o precursor da Psicanálise da qual emergiram os estudos acerca da psicossomática, outros autores que se destacam são Flanders Dunbar e Franz Alexander que integraram a Escola Americana de Psicossomática em Chicago. Estes sugeriram que as doenças psicossomáticas são de caráter orgânico e psicológico e têm relação com a personalidade. Esses autores propuseram um esclarecimento fisiológico para explicar essas doenças.

Dunbar explica as doenças psicossomáticas se referindo a um perfil de personalidade. Dessa forma, o desenvolvimento das doenças tinha relação com um perfil de personalidade de cada indivíduo. Já Alexander desenvolveu o conceito de teoria da especificidade do conflito em que aponta que no processo de recalçamento, o sujeito fica impedido de manifestar as emoções, o que gera o conflito psíquico.

Pierre Marty que junto alguns colaboradores fundou a Escola Psicossomática de Paris o qual tinha uma forma diferenciada de olhar o sujeito. Eles fazem uma crítica aos teóricos da

Escola Americana ao propor que as doenças não possuem causa específica resultante de uma perturbação já vivida. Este propõe verificar a integração entre corpo e mente, estudando a importância e conceito do corpo para o sujeito. É diferente dos autores da escola americana, que colocam em foco o sintoma e não somente o orgânico como fazia Dunbar e Alexander. Para descrever o processo das doenças psicossomáticas, o autor desenvolve os conceitos de mentalização, pensamento operatório e reação branca.

Winnicott se propõe a estudar a relação do bebê com o meio ambiente. A partir dessa associação que se configura a personalidade. Para ele, as infinitas apropriações somáticas primitivas estão na base das conquistas subsequentes do amadurecimento.

Joyce McDougall, diferente de Marty e Winnicott, propõe que as doenças psicossomáticas ocorrem como uma forma de defesa do organismo, através de um meio primitivo que é consequência de falhas no modo de internalização. Essa autora desenvolveu dessa forma, o conceito de desafetação para explicar esse mecanismo de defesa que opera na origem das doenças psicossomáticas.

Cristophe Dejours desenvolve o conceito de subversão libidinal para explicar a importância do investimento na interação da criança com os pais para desenvolver o corpo biológico em corpo erótico. Quando esse processo não ocorre, as funções fisiológicas ficam inativas, o que denomina de forclusão da função. Dejours critica o modelo monista relatando que o dualismo é essencial no estudo da psicossomática.

Análise do Comportamento

Na teoria da Análise do Comportamento, não foram encontrados estudos utilizando o termo Psicossomático. Para a Análise do Comportamento, todos os comportamentos são aprendidos social e culturalmente e seus estudos rejeitam a mente como causa do comportamento. Essa abordagem propõe estudos como os eventos privados ou encobertos para se referirem aos processos fisiológicos e consideram comportamentos socialmente aprendidos e repassados para o sujeito que interagem com o meio em determinado tempo histórico.

A análise do comportamento partilha de uma visão monista do ser humano. Ela rejeita a mente como causa de comportamento, pois não há como separar esses dois processos que fazem parte de um todo, diferente de algumas visões da psicanálise que partilha desse dualismo.

Fenomenologia-Existencial

Na fenomenologia destaca-se a visão de Heidegger (2001) que enfatiza que a questão não está em pensar o psíquico e o somático, nem tampouco as possibilidades de integração ou articulação dessas duas dimensões, tal como o fez alguns psicanalíticos sobre a teorização da psicossomática. O que a psicossomática propõe é que se amplie a visão do corpo e da psique mostrando o que é existente. Vivemos no mundo que cada um cria seu espaço, mudando constantemente esse espaço físico e psíquico.

Segundo o autor Angerami-Camon (2004), a primeira visão do conceito psicossomático e as concepções de doença começaram com Hipócrates, concebendo a pessoa doente em sua totalidade não separando corpo e mente, considerando seus sentimentos, sensações e emoções, analisando e constatando a história de cada indivíduo.

E Fritz Perls (1997), influenciado pelas concepções clássicas da psicossomática a partir da noção de psicogênese, contribuiu para a construção da proposta fenomenológica existencial. Segundo Perls (1997), o ser humano tem a possibilidade de ser-no-mundo de várias maneiras e em níveis qualitativamente distintos, no pensar e no agir. Por isso, Perls chama a atenção para o fato de a ciência ter tomado essas duas possibilidades como independentes entre si e, conseqüentemente, como áreas de estudo distintas.

Merleau-Ponty (1999) irá criticar a concepção cartesiana de Descartes, que separa totalmente a mente e corpo. Ele possui uma visão que distingue o que existe como algo material ou como algo pensante, separando a mente do mundo. O homem para Merleau-Ponty não é só orgânico ou só psíquico.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Como visto ao longo desse resgate histórico, a psicologia vem evoluindo ao longo dos anos e o processo de adoecer vem ganhando espaço dentre diversas abordagens, como vimos na Psicanálise, Análise do Comportamento e Fenomenologia Existencial.

Como o objetivo desse trabalho estava pautado no resgate histórico do termo psicossomático, foi preciso analisar e explorar cada abordagem dentro do seu contexto, lidando com as percepções e visões de diferentes teóricos. Concomitante a isso, a presente pesquisa, propôs-se explicitar os pontos de cada abordagem a respeito desse conceito.

Todavia, observou-se uma escassez de artigos científicos sobre a psicossomática na visão da análise do comportamento, dificultando a descrição histórica, necessitando ser acompanhado de outras abordagens, como citadas ao longo deste estudo. Já na Psicanálise, encontraram-se vários trabalhos e estudos sobre a psicossomática, abordando de várias formas e termos como foi discorrido ao longo desse levantamento histórico. Na fenomenologia existencial pode observar-se um gama de estudos sobre o tema, entretanto, há uma ausência de artigos e trabalhos publicados recentemente.

Sugere-se assim, estudos mais aprofundados capazes de acrescentar e referir critérios mais minuciosos a respeito da psicossomática, principalmente, nas abordagens fenomenológicas e na análise do comportamento, em que foi percebido uma escassez de artigos, livros e trabalhos relacionados à psicossomática publicados recentemente.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V. A (org). **Psicossomática e a psicologia da dor**. 2. ed. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2004.

AYOUCH. T. Merleau-Ponty e a psicanálise: da fenomenologia da afetividade à figurabilidade do afeto. **Jornal de psicanálise**. São Paulo, v. 45, n.83, p. 173-190, 2012.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CAPITÃO, C. G.; CARVALHO, E. B. Psicossomática: Duas abordagens de um mesmo problema. *Psic: Revista de Psicologia da Vetor Editora*. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 21-29, 2006.

CASTANHEIRA, S. S. **Regras e aprendizagem por contingência: sempre e em todo lugar.**

GHILHARDI, H. J. (org.). Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade. 1. ed. **Santo André: ESETec**, 2001. p. 36-46.

CERCHIARI, E. A. N. Psicossomática: Um estudo histórico e epistemológico. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 20, n. 4, p. 64-79, 2000.

CHAVES, R.B. **Produzir enfermidades:** um estudo de caso sobre a sintomatologia psicossomática na perspectiva da Gestalt-terapia. Monografia (Bacharel em Psicologia), Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2006. 61p.

DARWICH, R. A. Razão e emoção: uma leitura analítico-comportamental de avanços recentes nas neurociências. *Estudos de Psicologia*. Natal, v.10, n.2, p. 215-222, 2005.

DARWICH, R. A.; TOURINHO, E. Z. Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por consequências. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**. São Paulo, v. 7, n.1, p. 107-118, 2005.

FERREIRA, D. C.; TADAIESKY, L. T.; COELHO, N. L.; NENO, S.; TOURINHO, E. Z. A interpretação de cognições e emoções com o conceito de eventos privados e a abordagem analítico-comportamental da ansiedade e da depressão. **Revista Perspectivas**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 04-19, 2010.

FURLAN, R. Merleau-Ponty e descartes: o afeto entre a medicina e a psicologia. **Psicologia clínica**. Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 101-114, 2012.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO FILHO, J. **Concepção psicossomática:** visão atual. 10.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MELLO FILHO, J. **Psicossomática hoje**. 10.ed. São Paulo: Artmed, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, J.G. S. **O corpo entre a conversão histórica e o fenômeno psicossomático**. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 112p.

PERES, R. S. O corpo na psicanálise contemporânea: sobre as concepções psicossomáticas de Pierre Marty e Joyce McDougall. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 165-177, 2006.

RIBEIRO, E. C. **Existência e corporeidade:** A Questão da Psicossomática na Abordagem Fenomenológico-Existencial. Trabalho de conclusão de curso (Especialidade em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia Fenomenológico Existencial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SÁ, R. N. A Questão da psicossomática no pensamento de Heidegger e na terapia daseinsanalítica. In: Jornada de Psicologia do Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial. 3,2004, Rio de Janeiro.

SÉRIO, T. M. A. P. **O impacto do behaviorismo radical sobre a explicação do comportamento humano.**

GHILHARDI, H. J. (org.). Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade. 1.ed. **Santo André:** ESETec, 2001. p. 164-172

SILVA, M.M. **Trauma e seus desdobramentos psicossomáticos:** o que a psicanálise tem a dizer. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012. 76p.

VICENTE, L, B. Psicanálise e psicossomática – uma revisão. **Revista portuguesa de psicossomática.** Porto, v.7, n. 1-2, p. 257-267, 2005. VOLICH, R. M. Psicossomática: de Hipócrates à psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p.38-76.

KERBAUY, R. R. Comportamento e saúde: doenças e desafios. *Psicologia USP.* São Paulo, v.13, n. 1, p. 11-28, 2002. LIMA, P. V. A. **Teoria Organísmica.** IGT. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2005.

PASCHOAL, T.; TAMOYO. A. Construção e validação da escala de bem-estar no trabalho. *Avaliação Psicológica.* Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2008.

REFORMA PSIQUIÁTRICA E O SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO (SRT)

Priscila Silva de Oliveira¹; Alexandre de Souza²

1: Docente da Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (MULTIVIX). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-Graduação (Lato Sensu) em Transdisciplinaridade e Clínica pela Faculdade Saberes. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2: Graduado em Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix-Vitória

RESUMO

Este trabalho tematiza a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Objetivou-se com esta pesquisa discutir o Serviço Residencial Terapêutico como dispositivo de intervenção e reinserção social no âmbito das atuais políticas públicas em saúde mental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada nas fontes eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO) entre o período de 2001, época da aprovação da Lei Federal nº 10.216/2001, a 2014. A pesquisa indica que somente entre anos de 2007 a 2014 foram publicados artigos sobre o Serviço Residencial Terapêutico. Para a análise desse material bibliográfico foram criadas as seguintes categorias temáticas: desinstitucionalização e desospitalização; o Serviço Residencial Terapêutico; a vivência na casa e o combate ao retorno à lógica manicomial. Apesar da reinserção social dos pacientes psiquiátricos ser um processo difícil, lento, gradativo e oneroso, os resultados desse trabalho indicam que as Residências Terapêuticas têm sido um principal dispositivo da reforma que viabiliza e torna possível esse processo.

Palavras-chave: Serviço. Residencial. Terapêutico. Política. Pública. Mental.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa bibliográfica cujo tema é a reforma psiquiátrica e o Serviço Residencial Terapêutico (SRT). O projeto se propôs discutir a construção sócio-histórica da noção de doença mental e sobre o projeto das Residências Terapêuticas.

É de suma importância ressaltar que por um longo período na história, os indivíduos internados nas instituições psiquiátricas eram considerados perigosos, improdutivos e incapazes de viverem em sociedade. De acordo com Foucault (1978, p. 78), no século XVII “a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo”.

O Serviço Residencial Terapêutico, em sua operacionalidade, propõe uma nova lógica de tratamento que visa privilegiar a desospitalização, a desinstitucionalização, a humanização, a autonomia, o resgate da cidadania e a inclusão social e urbana desses sujeitos.

Deve-se destacar que o projeto de implementação das Residências Terapêuticas é o reflexo da conscientização social preconizado pelos movimentos sociais de trabalhadores, familiares, usuários dos serviços de saúde mental, que visam defender um tratamento mais digno e humanizado denunciando as péssimas e gravíssimas condições das instituições psiquiátricas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para execução deste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico de estudos publicados, entre o período de 2001 a 2014, sobre o Serviço Residencial Terapêutico (SRT) no Brasil.

Cabe ressaltar que a escolha do ano de 2001 deve-se ao fato de ter sido o período de aprovação da Lei Federal de nº 10.216/2001, de autoria do deputado Paulo Delgado, que visa resguardar e garantir os direitos das pessoas consideradas portadoras de transtornos mentais. É a partir da aprovação desta lei, que foi de vital importância, que se efetivou a implementação do projeto do Serviço Residencial Terapêutico e o desenvolvimento das políticas públicas no âmbito nacional da atenção à Saúde Mental.

Para alcançar esse objetivo foi realizado um levantamento nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Na busca utilizou-se para pesquisa os seguintes descritores: Serviço Residencial Terapêutico e Residência Terapêutica. Pretendeu-se obter artigos escritos por autores nacionais em língua portuguesa do Brasil. Foi feito um recorte de um número considerável dos artigos para viabilizar o recolhimento dos dados considerando as mudanças na esfera política, econômica, sócio-cultural e das políticas públicas de saúde mental da atualidade.

Cabe aqui justificar que por se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o seu tempo de execução inviabilizaria a análise de outras plataformas de pesquisa. Por isso, preferiu-se utilizar como fonte os artigos publicados somente em periódico científico, neste caso, Scielo.

Vale ressaltar que em um levantamento inicial utilizando como descritores reforma psiquiátrica, saúde mental e Serviço Residencial Terapêutico nas plataformas Scielo e Lilacs foram encontrados, aproximadamente, 60 artigos. Os artigos encontrados apresentavam como proposta de estudo a trajetória do movimento da reforma psiquiátrica e o seu desdobramento no mundo e no Brasil, pouco se referiam ao Serviço Residencial Terapêutico, que é o foco desta pesquisa. No entanto, muitos desses artigos foram utilizados na composição desse trabalho, mas não considerados como dados a serem analisados.

Esses materiais pesquisados foram lidos, selecionados por temas, organizados em fichas, classificados e interpretados conforme os eixos teóricos-conceituais. Todo esse estudo seguiu os procedimentos do método de elaboração de pesquisa bibliográfica (GIL, 2010).

Pretendeu-se com esta análise de dados obter informações que coloquem em cena questões contemporâneas relevantes que se apresentam como desafios encontrados na luta do movimento antimanicomial e das atuais políticas públicas em saúde mental. Desafios que se configuram dentro de um cenário político, econômico, social e cultural.

Durante o processo de análise dos dados, teve-se o cuidado de considerar o contexto histórico e social em que os materiais a serem pesquisados foram escritos para evitar ou minimizar a reprodução de possíveis erros. “Convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições [...]” (GIL, 2010, p. 30). A análise identificou as possíveis dificuldades enfrentadas na implementação e operacionalização do Serviço Residencial Terapêutico e os desafios da reinserção social.

RESULTADOS

Durante a pesquisa realizada na plataforma científica, Scientific Eletronic Library Online (SciELO), com as palavras-chave Serviço Residencial Terapêutico entre o período de 2001 a 2014 encontrou-se 10 artigos sobre o referido tema correspondente a esse trabalho. Os mesmos foram organizados em uma tabela com as seguintes classificações: número, título, autores, palavras-chave e ano.

Tabela I: Os artigos pesquisados.

Nº	Título	Autores	Palavras-chaves	Ano
1	Da tutela à autonomia: Narrativas e construções do cotidiano em uma residência terapêutica.	Vanessa Barreto Fassheber; Carlos Eduardo Leal Vidal.	Reforma psiquiátrica, Residência Terapêutica, reconstrução da identidade, Histórias de vida.	2007
2	Reforma psiquiátrica e Serviço Residências Terapêuticas.	Carlos Eduardo Leal Vidal; Marina Bandeira; Eliane Dias Gontijo.	Psiquiatria, desinstitucionalização, reforma psiquiátrica, moradias assistidas.	2007
3	Serviços Residenciais Terapêuticos em saúde mental: uma resposta que busca resgatar a subjetividade dos sujeitos?	Renata Cristina Boaretto Suiyama; Marli Alves Rolim; Luciana de Almeida Colvero.	Saúde mental; Moradias assistidas; reforma psiquiátrica.	2007
4	Habitar a cidade: análise de Serviços residenciais terapêuticos.	Maria Inês Badaró Moreira; Angela Nobre de Andrade.	Residências terapêuticas; desinstitucionalização; pressupostos em saúde.	2007
5	Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico.	Ana Karenina de Melo Arraes Amorim; Magda Dimenstein.	Desinstitucionalização, saúde mental, serviço residencial terapêutico, práticas em saúde mental.	2009
6	Cuidando do cuidador: da demanda de escuta a uma escrita de si.	Analice de Lima Palombini; Rita Pereira Barboza; Tanise Kettermann Fick; Gabriel Binkowski.	Saúde mental, escrita de si, serviço residencial terapêutico, psicanálise.	2010
7	A arte de morar...na lua: a construção de um novo espaço de morar frente à mudança do dispositivo asilar para o serviço residencial terapêutico.	Tania Kuperman Sztajnberg; Maria Tavares Cavalcanti.	Psicose, psicanálise, desinstitucionalização, serviço residencial terapêutico.	2010
8	Residências terapêuticas e comunidade: a construção de novas práticas antimanicomiais.	Maria Inês Badaró Moreira; Carlos Roberto de Castro-Silva.	Reforma psiquiátrica, residências terapêuticas; comunidades.	2011
9	Serviço residencial	Bruna Gusmão de Matos; Lilian Hortale	Desinstitucionalização, serviços residências	2013

	terapêutico: o olhar do usuário.	de Oliveira Moreira.	terapêuticos; saúde mental.	
10	Sob o pé do castanheiro: histórias que perpassam um serviço residencial terapêutico.	Tania KupermanSztajnberg; Maria Tavares Cavalcante.	Serviço residencial terapêutico; desinstitucionalização, psicanálise, Winnicott.	2014.

Vale ressaltar que durante a pesquisa na plataforma Scielo percebeu-se que quando se utilizava a palavra-chave “reforma psiquiátrica” foram encontradas vastas e variadas publicações de materiais (artigos) entre os anos 2001 a 2014, que abordam sobre movimento da reforma psiquiátrica e seu desenvolvimento em diversas partes do mundo.

Para ser fiel a proposta apresentada nos objetivos e na metodologia deste trabalho e para efeito de delimitação do mesmo, optou-se apenas pelo descritor “Serviço Residencial Terapêutico”.

Durante a pesquisa, constatou-se que entre os anos 2001 a 2006 não há nenhum registro de publicação acadêmica científica na plataforma sobre o Serviço Residencial Terapêutico. As publicações que foram encontradas referem-se aos anos de 2007 (4 artigos); 2009 (1 artigo); 2010 (2 artigos); 2011(1 artigo); 2013 (1 artigo); e 2014 (1 artigo).

A análise dos dados aqui apresentados é uma tentativa de compreender alguns aspectos relevantes do Serviço Residencial Terapêutico como a implementação, a dinâmica de funcionamento, as dificuldades e as políticas que gerenciam esse dispositivo.

Os artigos pesquisados foram enumerados em sequência e dispostos em tabela. A classificação numérica é de caráter fictício para fins de organização dos dados e será mencionada quando for necessária.

Vale também destacar que com base na análise dos artigos, foram criadas categorias temáticas que serviram como eixos norteadores na análise e discussão dos dados, tais eixos temáticos são: desinstitucionalização e desospitalização, o Serviço Residencial Terapêutico, a vivência na casa e o combate ao retorno a lógica manicomial.

Sobre a desinstitucionalização e a desospitalização, há duas Leis Federais que visam potencializar esse processo. A primeira é a Lei Federal de nº 10.216/2001 que garante a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais como o primeiro fundamento jurídico para a realização do processo de desinstitucionalização e de desospitalização. E a segunda é a Lei 10.708/2003 que institui o Programa de Volta para Casa (PVC). Esse programa estrutura-se numa “política pública que visa contribuir e fortalecer o processo de desinstitucionalização [...] e prevê um auxílio reabilitação de caráter indenizatório para pessoas com transtorno mental egressas de internação de longa permanência” (BRASIL, 2013, p. 51).

O Programa de Volta para Casa busca desenvolver um trabalho de assistência e acompanhamento psiquiátrico, financeiro e social, fora do ambiente hospitalar, às famílias que desejam receber de volta seus membros (parentes) diagnosticados com transtornos mentais e que viveram muitos anos internados em hospitais psiquiátricos ou que se

encontravam abandonados pelas ruas das grandes cidades submetidos às situações de riscos.

Com as duas Leis e a portaria de nº3.088/2011, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), propondo estratégias para desinstitucionalização elaborando projetos que “visam a garantir às pessoas com transtorno mental em situação de internação de longa permanência, o cuidado integral por meio de estratégias substitutivas [...]” (BRASIL, 2013, p. 50).

Essas iniciativas almejam alcançar para essas pessoas a inclusão na sociedade buscando garantir seus direitos como cidadãos. Dentre as estratégias, está o Serviço Residencial Terapêutico que se constitui como dispositivo substitutivo terapêutico, o qual se propõe resgatar a autonomia, a dignidade, a cidadania, a liberdade dos pacientes egressos das instituições psiquiátrica.

No artigo 1, os autores Fassheber e Vidal (2007, p. 196) apresentam o Serviço Residencial Terapêutico como um serviço de manutenção “do sujeito em sua comunidade, de modo que não ocorram perdas de suas relações sociais e referência subjetivas”, e, também, como um dispositivo que facilita e promove a recuperação e reabilitação dos egressos dos hospitais psiquiátricos. Os autores definem esse serviço como “uma ponte entre o hospital e a comunidade”.

No artigo 2, Vidal, Bandeira e Gontijo (2007, p. 77) dizem que esse Serviço visa “promover a reinserção social dos pacientes desospitalizados e proporcionar-lhes o desenvolvimento e autonomia”.

Vale ressaltar que o artigo 3, ao se referir a implementação das residências, diz que obteve ganho significativos porque, a partir do ano 2003, constatou-se o protagonismo dos moradores. Muitos estudos relatam a realidade desses moradores, preocupando-se em manter as perspectivas dos mesmos. Verificou-se que gradativamente “ganha voz o sujeito, ex-residente do hospital psiquiátrico, morador de um Serviço Residencial Terapêutico” (SUIYAMA; ROLIM; COLVERO, 2007, p. 109).

De acordo com o artigo 5, Amorim e Dimenstein (2009) proferem que a idéia de desinstitucionalização fundamenta-se na desconstrução, isto é, na desconstrução ideológica e territorial no sentido de mudanças de paradigmas. Nesse sentido diz que dentre os serviços ofertados pela rede, o Serviço Residencial Terapêutico constitui o mais recente dispositivo ofertado e um avanço conquistado como fruto do movimento da reforma psiquiátrica no Brasil e no mundo.

No artigo 8, Moreira e Silva (2011, 550), ao mencionarem sobre a vivência na casa, enfatizam que é necessário compreender a dinâmica interna da convivência dos moradores das Residências Terapêuticas, pois o fato desses indivíduos permanecerem “por longos períodos agachados ou sentados na garagem ou em seus quartos. Aos olhos de quem chega, essa cena pode ser tomada apressadamente como uma falta de relação com o lugar [...]”. Para os autores isso de maneira nenhuma deve ser compreendido como uma situação estranha, pois deve se considerar que as Residências Terapêuticas são casas, e não existe uma maneira correta e adequada para se comportar. É uma casa comum, o que deve ser preservado é a liberdade, a privacidade e a intimidade de quem nela vive.

Entretanto, os autores dos artigos 2, 5, 7 e 8 apresentam diversas dificuldades que foram constatadas relativas a sustentação e a manutenção do Serviço, e também fazem um alerta para que o cuidado que se deve ter para que o projeto não se torne uma mera reprodução das lógicas manicomialis. A saber:

- Quando os pacientes deixam o hospital para morar nas Residências Terapêuticas, permanecem neles todos os sintomas psiquiátricos e os efeitos dos medicamentos de que fizeram uso por longos períodos de internação e as lembranças de como eram tratados. “O medo e a insegurança muitas vezes apresentados pelos moradores das casas como também pelos profissionais respondem a esta nova situação em que ambos estão envolvidos em um novo modo de viver, ainda desconhecido” (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 550).

- Para desenvolver um trabalho que seja efetivo e que corresponda à proposta do projeto do Serviço Residencial Terapêutico em relação aos moradores constata-se dificuldades que estão “relacionadas ao fato de serem pacientes com graus variados de limitações decorrentes da sua condição psiquiátrica, requerendo trabalhos diferenciados com cada um [...]” (VIDAL; BANDEIRA; GONTIJO, 2007, p. 77).

- Os pacientes crônicos que necessitam de um tratamento contínuo tornam-se a maior dificuldade, porque precisam de mais atenção e demandam mais recursos técnicos e operacionais. Para Amorim e Dimenstein (2009, p. 198), essa realidade é comum nas Residências terapêuticas de Natal onde se observa “dificuldades na construção de espaços de comunicação entre os técnicos dos serviços, o que impede as necessárias discussões acerca do modo como estes moradores devem ou não ser acompanhados pelo CAPS [...]”

- Sobre a desarticulação do Serviço de Saúde, ainda citando Amorim e Dimenstein (2009, p. 199), afirmam que os projetos terapêuticos que são desenvolvidos e ofertados aos moradores não são bem acolhidos por eles. Isso se percebe “pela recusa e insatisfação de alguns moradores em frequentar o CAPS, por sentirem-se ‘presos’ lá dentro ou por não verem sentido no que fazem no serviço”. Vale ressaltar, também, que um outro desafio que se constata é a “desconstrução e a desnaturalização das práticas profissionais a partir do acolhimento-diálogo no contexto dos SRT sem incidir na clínica tradicional [...]” (AMORIM; DIMENSTEIN, p. 203).

- É importante dizer, citando Moreira e Silva (2011), que há dificuldades no estar e na adaptação dos que moram na Residência Terapêutica. Os moradores apresentam certas resistências de não se apropriarem dos espaços em que vivem e o medo deles em relação aos profissionais que atuam nas Residências Terapêutica, isso porque as experiências dolorosas sofridas pelos maus tratos, quando ainda estavam confinados em hospício, estão muito presentes em suas consciências como lembranças e nas marcas deixadas em seus corpos. E, além disso, existe o sentimento de medo da parte dos profissionais cuidadores em relação aos moradores das casas por acharem que eles são perigosos.

- Para Sztajnberg e Cavalcanti (2010, p. 459), ao mudar o paciente de um dispositivo asilar para o serviço residencial terapêutico torna-se difícil devido à lógica e a política diferente de funcionamento que gerenciam os diferentes dispositivos, “isso sem levar em conta toda a dificuldade prática que envolve esta mudança tais como o aluguel do imóvel e a compra de móveis e utensílios necessários”.

No artigo 10, Sztajnberg e Cavalcanti (2014, p. 274) afirmam ainda que a residência terapêutica é um lugar de passagem que aponta para uma nova direção que proporciona um espaço facilitador de possibilidade para que o morador crie “seu próprio jeito de estar em algum lugar seja ele a RT ou outro”.

Além de ser um lugar de passagem a Residência Terapêutica, é também um lugar no qual cada morador encontra o seu próprio espaço para descansar, relaxar e viver com tranquilidade sem sentir-se ameaçado, coagido ou constrangido por ser diferente ou por compreender a vida de forma diferente.

DISCUSSÃO

Esse estudo realizado sobre o Serviço Residencial Terapêutico, no âmbito das atuais políticas públicas em saúde mental, permitiu conhecer a proposta e o funcionamento desse dispositivo. E, ao mesmo tempo, elaborar um mapa de seu desenvolvimento desde sua implementação destacando aspectos positivos que reforçam a sua permanência e aspectos negativos que servem como alerta para melhorar a qualidade desse serviço.

O Serviço Residencial Terapêutico é uma conquista da reforma psiquiátrica brasileira que trouxe benefícios concretos, que se configuram numa nova política de tratamento, para àqueles que estavam condenados a viverem confinados nas instituições psiquiátricas asilares; e para a sociedade, incluindo qualquer pessoa que estejam em situações de vulnerabilidade social e que são diagnosticadas com algum transtorno mental grave ou não.

Deve se destacar que por ser um movimento sociopolítico, a reforma psiquiátrica vem estabelecendo novos paradigmas que se chocam com o modelo tradicional de clinicar, medicalizar e tratar as pessoas classificadas como portadora da loucura abrindo novos caminhos para o resgate da cidadania e a inclusão social. “O sucesso da Reforma depende, portanto, de novas formas de clinicar e praticar o tratamento, e supõe que o trabalhador em saúde mental esteja preparado para realizar essas atividades” (BERLINCK; MAGTAZ; TEXEIRA, 2008, p. 25).

Na pesquisa realizada, percebe-se que o Serviço Residencial Terapêutico, apesar de ter conquistado tantos benefícios, enfrenta hoje dificuldades comuns e constantes no dia-a-dia das Residências Terapêuticas. Essas dificuldades abarcam as vivências e a inserção social dos moradores, a contratação e qualificação dos profissionais para trabalharem nas residências, o combate ao retorno as lógicas manicomiais, a aceitação dos moradores na própria comunidade em que as casas estão inseridas, os custos e a manutenção das casas etc.

É de suma importância ressaltar que a portaria de nº 131/2012 “Institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas [...]” (BRASIL, 2013, p. 58). Mesmo com esse incentivo financeiro garantido por lei para custear o serviço, ainda é pouco, não contempla satisfatoriamente a demanda de gastos, além disso, parte dessa verba é destinada as Comunidades Terapêuticas que possuem uma lógica diferente de funcionamento. Essas comunidades se destinam a cuidar de pessoas que

fazem uso sistemático de álcool, crack e outros tipos de drogas, e, geralmente, são gerenciadas por comunidades e líderes religiosos.

Vale dizer também que em meio as dificuldades citadas acima, existe um trabalho efetivo de consolidação de um novo modo de compreender a loucura e de tratar as pessoas que vivenciam esse fenômeno em suas vidas. Esse trabalho é fruto de um esforço conjunto e constante de profissionais e instituições que atuam no âmbito das atuais políticas públicas em saúde mental, que estão em sintonia com a proposta política que embasa os princípios fundamentais do movimento da reforma psiquiátrica. Configurando-se, assim, em um tratamento digno e humano, no resgate da cidadania e na inclusão social.

Há também iniciativas de resgate da autonomia que transcendem àquelas que foram propostas pelo Serviço Residencial Terapêutico. No artigo 6, Palombini, Barboza, Fick e Binkowski (2010, p. 256) apresentam trabalhos que são desenvolvidos com os moradores da residência terapêutica que os inserem numa dinâmica de produção de vida criando espaços que favoreçam a escrita, o diálogo, a interação, a partilha e a escuta entre eles e com os profissionais cuidadores que trabalham na casa. “A proposta da oficina de escrita surgiu como acolhimento a essa vontade de narrativa, através da oferta de um espaço coletivo em que as histórias orais ganham forma escrita [...]”.

É de suma importância frisar que apesar do trabalho que vem sendo desenvolvido e impulsionado pelo movimento da reforma psiquiátrica e pelas atuais políticas públicas em saúde mental, é necessário estar atento àquilo que Pelbart (1990) chama de “manicômio mental” em nós, ou seja, o processo de desinstitucionalização da loucura e da desnaturalização da noção de doença mental, o qual coloca-se como desafio da contemporaneidade.

Segundo Pelbart (1990, p. 133), para superar esse desafio é necessário desconstruir aquilo que o processo histórico cultural construiu em nós em relação ao modo de conceber a loucura e o louco. “Por louco entendo esse personagem social discriminado, excluído e recluso. Por loucura, que para facilitar chamarei aqui de desrazão, entendo uma dimensão essencial de nossa cultura”. A desrazão encontra a sua origem no Século XVII, quando Descartes “fundador do moderno racionalismo, decretava a incompatibilidade absoluta entre loucura e o pensamento” (PELBART, 1990, p. 135). Durante muito tempo, as pessoas portadoras da loucura eram classificadas como “desarrazoadas”, ou seja, eram incapazes de estabelecerem uma comunicação linear ou de elaborarem pensamentos lógicos, eruditos e compreensíveis dentro do arcabouço da criteriosa razão metódica e científica. Essa concepção deu origem a um processo de desvalorização e de humilhação da figura do louco, pois se o mesmo, não era capaz de pensar de forma lógica, não poderia ser considerado gente.

Hoje essa realidade se manifesta na forma de um cuidar indiferente, ou seja, quando o poder público não capacita de forma adequada os profissionais do Serviço Residencial Terapêutico. Segundo Vidal, Bandeira e Gontijo (2007, p. 71) existe uma “ausência de equipes capacitadas para intervenção em crise”.

O que se constata, atualmente, são equipes que trabalham, porém demonstram dificuldades em lidarem com episódios de crises ou conflitos entre os moradores. Nessas situações, esses profissionais utilizam-se da medicalização como forma de contenção para sanar o

problema. A técnica de contensão não é coisa nova. Segundo Pessoti (1996), no passado, havia diversos instrumentos para conter o louco/maníaco, e um deles era o tranquilizador. O louco/maníaco era colocado no tranquilizador a fim de acalmá-lo. “O paciente era imobilizado pelos pés, cintura, peito, braços e cabeça. Uma caixa de madeira vedava qualquer visão ou qualquer movimento da cabeça. O paciente, assim imobilizado, ficava trancado numa sala escura e sem qualquer som, por muitas horas” (PESSOTI, 1996, p. 236).

Outro aspecto relevante a ser destacado nessa pesquisa é a dificuldade em abolir por completo a ideia de que o louco é um doente e, por ser doente, é impotente, inválido, inútil e que a sua existência não serve para nada. É um ser de existência inútil.

Desconstruir essa ideia de desvalorização e de doença da figura do louco, não é tarefa fácil, isso porque numa sociedade mercantilista é nítida a separação de dois grupos: os que produzem e os que não produzem. Segundo Gonçalves e Sena (2001, p. 52), “numa sociedade competitiva, sob a égide do modo de produção capitalista, aquele que não produz, não tem rendas e, além disso, [...], não tem inserção social. Então passa a ser visto como ocioso, improdutivo, inútil, sem cidadania”. É por isso que se torna difícil a eliminação do estigma da doença e do rótulo da desvalorização pelo fato do louco estar incluído no grupo dos que não produzem. Se não produz, não tem voz e nem vez.

Ainda citando Pelbart (1990, p. 135), é urgente a busca pela libertação, e esta deve ser um processo contínuo, integral e deve abarcar toda a sociedade e nossas consciências. “Libertar o pensamento dessa racionalidade carcerária é uma tarefa tão urgente quanto libertar nossas sociedades dos manicômios”.

Vale dizer que o Serviço Residencial Terapêutico apresenta em toda sua lógica estrutural um processo dinâmico de abertura para integração com toda sociedade. O mesmo, não se assemelha as estruturas hospitalocêntricas psiquiátricas do passado que não recuperava, que só consumiam serviços e recursos da sociedade e que produziam somente dor, sofrimento, alienação e isolamento. O Serviço Residencial Terapêutico tem como meta a reabilitação social de pacientes psiquiátricos garantindo para eles qualidade de vida, liberdade, autonomia, saúde e cidadania.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa permitiu conhecer o processo de implementação das Residências Terapêuticas e sua dinâmica de funcionamento. Dinâmica que direciona para um novo modelo de tratamento e cuidado para com os egressos das instituições psiquiátricas.

Permitiu também, através do estudo sobre a trajetória da reforma psiquiátrica, entrar em contato com relatos históricos de como era concebido o fenômeno da loucura e de como eram tratadas as pessoas que a vivenciavam em suas vidas.

É inadmissível conceber, hoje, a forma de tratamento e os instrumentos utilizados no passado para tratar o louco, os quais foram submetidos a todas as formas de sofrimento e violência. Sofrimento físico, psíquico, moral e emocional, e violência física, simbólica e de todos os tipos.

O movimento da reforma psiquiátrica gerou um grande avanço, ou seja, permitiu repensar a política, o método, a técnica aplicada, a medicalização, o modo de clinicar, o diagnóstico, o tipo de clínica, a ética e a forma de como as pessoas diagnosticadas com transtornos mentais eram e são tratadas.

Esse movimento foi imprescindível para a consolidação de políticas públicas no âmbito da saúde mental e para criação de dispositivos terapêuticos de reinserção social e valorização da vida humana, como o Serviço Residencial Terapêutico.

Hoje, o Serviço Residencial Terapêutico depende da participação de toda sociedade, isto é, de políticas públicas em saúde mental que sejam efetivas e menos burocráticas, da não mercantilização do serviço residencial terapêutico, da liberação dos recursos econômicos para a manutenção e sustentação do serviço, da extinção gradual, progressiva, completa e definitiva do encarceramento manicomial e de sua lógica desumana, da promoção e inserção social dos residentes com todos os seus direitos civis garantidos na sociedade e da participação da família, pois a mesma é um “elemento fundamental no processo de reabilitação do indivíduo com transtorno mental, já que são essas as pessoas que estão no convívio direto e que formam a base de sua estrutura” (MATOS; MOREIRA, 2013, p. 673).

O que se busca para os que necessitam do Serviço Residencial Terapêutico é um tratamento mais digno e mais humano para que essas pessoas possam viver e ter a oportunidade de elas mesmas construir a própria história. O que se almeja alcançar é o “fim do manicômio, mas igualmente fim do manicômio mental, isto é, um direito à desrazão” (PELBART, 1990, p. 137).

Busca-se para os que vivenciam o fenômeno da loucura é o direito a desrazão e, também, o direito ao delírio sem serem enquadrados na categoria doente mental ou serem rotulados com todos os adjetivos pejorativos e preconceituosos como: os perturbados, perigosos, os possessos, os de juízo fraco etc. O que se deseja alcançar é o direito a dignidade, a cidadania e a um tratamento que promova autonomia e o exercício de liberdade nas práticas de cuidado.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. K. M. A.; DIMENSTEIN, M. **Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto residencial terapêutico**. Ciênc. Saúde coletiva v.14 n.1 Rio de Janeiro jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a25v14n1.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

BERLINCK, M. T.; MAGTAZ, A. C.; TEIXEIRA, M. A reforma psiquiátrica brasileira: perspectivas e problemas. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** v.11 n.1 São Paulo mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n1/a03v11n1.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/conheca_raps_rede_atencao_psicossocial.pdf> Brasília – DF 2013. Acesso em: 15 jun. 2015.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 503p.

FASSHEBER, V. B.; VIDAL, C. E. L. Da tutela à autonomia: Narrativas e construções do cotidiano em uma residência terapêutica. **Psicol. cienc. prof.** vol.27 no.2 Brasília jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n2/v27n2a03.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. M.; SENA, R. R. A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** v.9 n.2 Ribeirão Preto mar./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-11692001000200007&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt>. Acesso em: 20 out. 2015.

MATOS, B. G.; MOREIRA, L. H. O. **Serviço residencial terapêutico: o olhar do usuário**. Esc. Anna Nery vol.17 no.4. Rio de Janeiro set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n4/1414-8145-ean-17-04-0668.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MOREIRA, M. I. B.; ANDRADE, A. N. **Habitar a cidade**: Análise de serviços residenciais terapêuticos. **Psicol. Soc.** v.19 n.3 Porto Alegre set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a08v19n3.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MOREIRA, M. I. B.; SILVA, C. R. C. **Residências terapêuticas e comunidade: a construção de novas práticas antimanicomiais**. **Psicol. Soc.** vol.23 no.3 Florianópolis set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/12.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

PALOMBINI, A. L.; BARBOZA, R. P.; FICK, T. K.; BINKOWSKI, G. Cuidando do cuidador: da demanda de escuta a uma escrita de si. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** vol.13 no.2 São Paulo jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v13n2/07.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

PELBART, P. P. Manicômio mental- a outra face da clausura. Saúde e loucura (dir. Antônio lancetti). São Paulo, Hucitec. (1990).

PESSOTTI, I. **O século dos manicômios**. 1. ed. São Paulo: 34, 1996.

SUIYAMA, R. C. B.; ROLIM, M. A.; COLVERO, L. A. **Serviço residenciais terapêuticos em saúde mental**: Uma proposta que busca resgatar a subjetividade dos sujeitos. **Saúde Soc.** São Paulo, v.16, n.3, p.102-110, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n3/10.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

SZTAJNBERG, T. K.; CAVALCANTI, M. T. A arte de morar...na lua: a construção de um novo espaço frente à mudança do dispositivo asilar para o serviço residencial terapêutico. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** vol.13 n.º.3 São Paulo set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v13n3/a06v13n3.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

SZTAJNBERG, T. K.; CAVALCANTI, M. T. Sob o pé do castanheiro: histórias que perpassam um serviço residencial terapêutico. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** vol.17 no.2 São Paulo jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n2/1415-4714-rlpf-17-02-00265.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

VIDAL, C. E. L.; BANDEIRA, M.; GONTIJO, E. D. **Reforma psiquiátrica e serviços residenciais terapêuticos.** J Bras Psiquiatr. 57(1): p. 70-79, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n1/v57n1a13.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.